



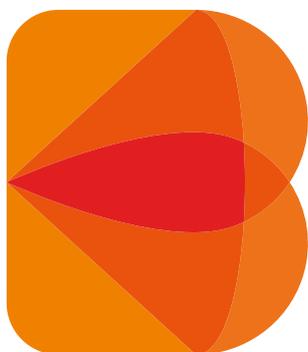
Banco **BNI**

Paixão pelo futuro



Paixão
pelos negócios

RELATÓRIO E CONTAS 2013



BNI. PAIXÃO PELOS NEGÓCIOS.

É a paixão pelos negócios que nos faz querer ser cada dia melhores. Mais inovadores, mais competitivos, mais fortes, capazes de vencer numa das economias mais estimulantes de África, num momento fundamental na história de Angola.

É a paixão pelos negócios que garante o nosso sucesso e faz crescer o Banco BNI.

Índice

Uma nova ambição

01 Mensagem do Presidente	06
02 Principais Indicadores	10
03 Banco de Negócios Internacional	12

Uma equipa de confiança

04 Estrutura Orgânica	16
05 Modelo de Gestão Corporativa	18
06 Marcos Históricos	20
07 Presença Geográfica e Rede de Balcões	24

Uma atitude vencedora

08 Evolução do Negócio	28
09 Áreas de Negócios	30
10 Canais de Distribuição	34

Uma visão de futuro

11 Áreas de Apoio ao Negócio	40
12 Gestão do Risco	52

Uma reputação sólida

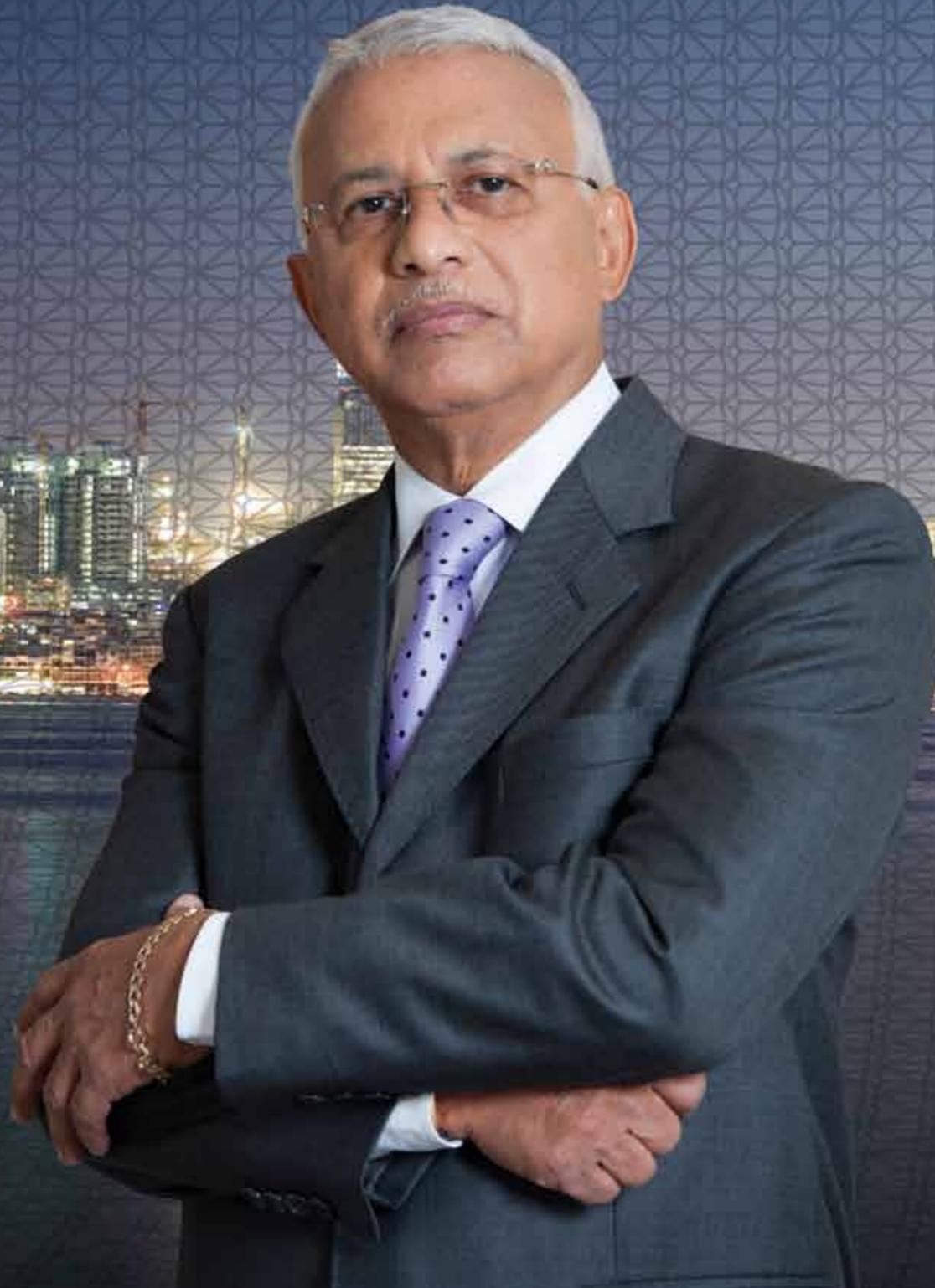
13 Enquadramento Regulamentar	58
14 Envolvente Económica e Financeira	62
15 Análise Financeira	72

Um bom investimento

16 Demonstrações Financeiras	84
17 Parecer Auditoria	138
18 Parecer do Conselho Fiscal	140

Uma nova ambição

// Mensagem do Presidente
// Principais Indicadores
// Banco de Negócios Internacional



Mensagem do Presidente

Conjuntura Económica

Em 2013, a economia Angolana continuou a crescer a um ritmo considerável, com um crescimento do PIB na ordem dos 5,3%, destacando-se a nível do continente Africano, não obstante da crise económica e financeira internacional, tendo sido o sector petrolífero o que mais contribuiu para esta performance. A nível da produção petrolífera, Angola está em segundo lugar na África Subsaariana, após a Nigéria, com uma produção de cerca de 2 milhões de barris por dia.

Assiste-se o esforço do Executivo na alavancagem do sector não petrolífero, intensificado através do programa de investimentos públicos, destinados à conclusão dos projectos de construção e de melhoria das infra-estruturas básicas.

Transversalmente, o Governo fez progressos na introdução de Legislação, nomeadamente a dirigida a encorajar o incremento do sector privado, em simultâneo com reformas macroeconómicas, destacando-se o Programa Angola Investe, cujo principal objectivo é diversificar a economia, criar e fortalecer as micro, pequenas e médias empresas, tornando-as capazes de gerar emprego e contribuir para o desenvolvimento do País.

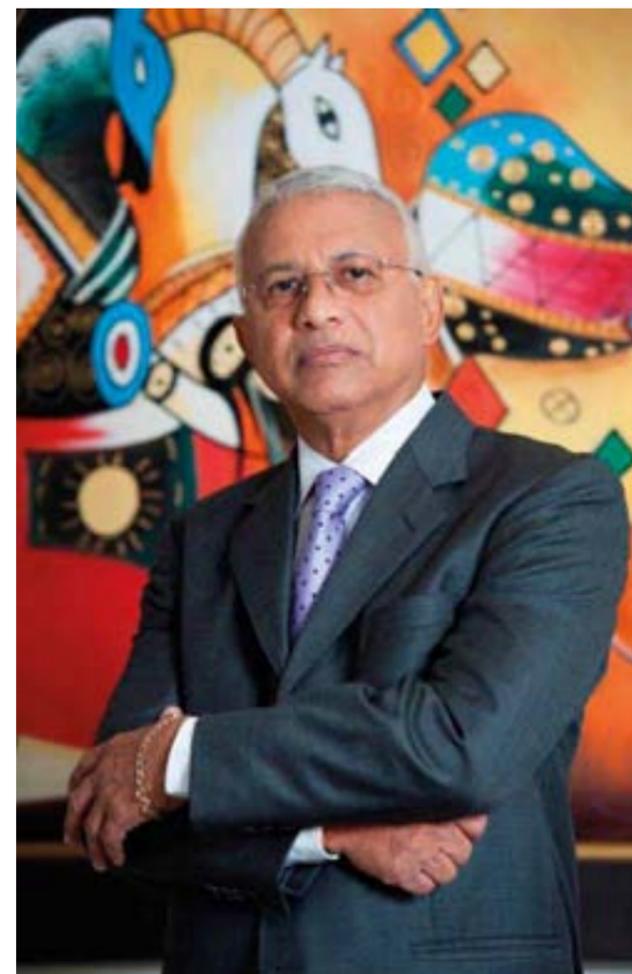
Política Monetária

Verificou-se à estabilização das taxas de câmbio e à baixa das taxas de juro, que têm vindo a diminuir gradualmente, com os Títulos do Tesouro a 3 meses a caírem de 24% em Fevereiro de 2010 para 5,2% em Fevereiro de 2013 e 3,5% em Fevereiro de 2014. A LUIBOR, introduzida em Outubro de 2011 a uma taxa de 10,5% situava-se em Janeiro de 2012 em 10,25%, tendo baixado para 10,00% em Janeiro de 2013 e 9,25% em Janeiro de 2014.

No final de 2013 a taxa de inflação, beneficiada pela estabilidade da moeda nacional e de uma política fiscal mais rígida, atingiu o nível histórico de 7,7%.

Confirma-se um decréscimo de 6% nas reservas internacionais líquidas, situadas em USD 29.978 milhões em Fevereiro de 2014 contra USD 32.020 milhões em Fevereiro de 2013.

Estima-se que a Balança de Pagamentos apresente um excedente em 2014 e que as importações entrem em queda como consequência da nova pauta aduaneira. Esta evolução terá reflexos nas reservas internacionais com um aumento dos activos líquidos de Angola face ao exterior, o que permitirá alcançar um saldo acumulado de reservas de brutas de USD 35,6 mil milhões em 2014, segundo as previsões do Executivo.



Mário Palhares, Presidente do Conselho de Administração

Sector Bancário

O sector bancário detém hoje um papel mais significativo na economia de Angola, dispondo de um grau de cobertura da rede Bancária de 1.130 Agências, distribuídas por 23 Bancos, revelando uma melhoria nos níveis de bancarização e índices de crescimento dos agregados monetários favoráveis.

No que toca ao Crédito concedido a economia, em 2013, é verificável um maior cuidado por parte dos Bancos, reflectindo um nível crescimento mais moderado face aos anos anteriores. No que toca aos Passivos foi destaque a redução do Coeficiente de Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional, de 20% para 15%, no início do segundo trimestre de 2013, espelhando uma política monetária menos restritiva. O processo de "desdolarização" da economia Angolana já se começa a fazer sentir, com particular incidência sobre o peso dos Depósitos e Crédito em Moeda Nacional face as Moedas Estrangeiras.

No que respeita à regulação do Sector, importa destacar o esforço desenvolvido pelo Banco Nacional de Angola no sentido de efectivar a estabilidade de um sector com cada vez mais peso na economia Angolana e o desenvolvimento regulamentar do mesmo. Foi emitida em 2013 nova regulamentação relativa ao Sistema de Pagamentos, Governação Corporativa, Controlo Interno e Auditoria Externa.

O novo regime cambial do sector petrolífero (Lei 02/2012) poderá desenvolver o sistema financeiro e vir a permitir um aumento da circulação de moeda nacional e uma maior integração do sector petrolífero na economia, contribuindo assim para a solidez dos Bancos e para a sua consolidação.

A efectivação do Mercado de Capitais é um dos próximos grandes desafios para os Bancos, não só ao nível das adaptações que deverão ocorrer nas suas estruturas, mas também na adaptação e modernização dos serviços que poderão ser prestados e dos produtos que poderão ser disponibilizados.

Banco BNI

O Banco terminou o exercício de 2013 com um total de Activos de USD 1.886.690 milhares, o que, para o período homólogo de 2012, representa um crescimento de 11,5%.

Os recursos de Clientes situaram-se em USD 1.367.565 milhares tendo os Fundos Próprios Regulamentares crescido 2,2% em relação a 2012, situando-se agora em USD 221.400 milhares, sendo o rácio de Solvabilidade de 14,9%.

O Resultado Líquido do exercício de 2013 atingiu o montante de USD 28.600 milhares, apresentando um decréscimo de 18,3% em relação ao exercício anterior, condicionado pela descida das taxas de juro do mercado e pela aposta na expansão da nossa rede de agências. Durante o 7º ano de actividade, o Banco adoptou uma postura mais conservadora na concessão de crédito, devido ao elevado nível de incumprimento verificado na Banca Nacional.

Em 2013 a nossa estratégia priorizou a reorganização interna e prossecução da aposta na formação interna, visando uma melhor preparação dos nossos quadros, tendo o número de Colaboradores crescido 29,2%.

A nossa actual penetração em 14 Províncias do País atingiu um total de 77 Pontos de Atendimento, perspectivando-se já no exercício de 2014 a cobertura total das quatro restantes Províncias onde ainda não estamos presentes, o que, prosseguindo assim a nossa política de implantação junto dos nossos Clientes, significa ultrapassar os 100 balcões.

O Banco mantém o seu posicionamento como parceiro destacado do Executivo Angolano, abraçando e criando condições a nível das suas estruturas internas para o bom andamento de programas de fomento da economia Nacional como Angola Investe e Bankita.

Para o ano de 2014 colocam-se inúmeras metas, das quais destacamos a contínua formação dos nossos Quadros, a expansão da nossa rede de Agências, a aposta nas novas Tecnologias, a criação da Seguradora do Banco, consolidação no segmento Oil and Gas, o reforço do Capital Social do Banco para USD 150.000 milhares, o arranque da actividade do BNI Europa e a modernização da nossa carteira de produtos e serviços, permitindo a criação novas sinergias com diversas empresas, aumentando assim as possibilidades de cross-selling.

A contínua adequação das nossas estruturas aos mais recentes e futuros desafios de carácter regulamentar, decorrentes do processo de aproximação dos Bancos Angolanos aos padrões Internacionais, assim como para efectivação da actividade do Mercado de Capitais Angolano, são desafios que o mercado terá de incorrer, os quais merecem atenção especial a nível da gestão estratégica do BNI.

Finalmente, os meus agradecimentos aos nossos Clientes, pela preferência na escolha, aos nossos Accionistas por nos apoiarem neste percurso, aos Colegas do Conselho de Administração e a todos os Colaboradores do Banco pela dedicação com que se empenham neste projecto em contínuo crescimento.

Mário A. Palhares

Presidente do Conselho de Administração

Principais Indicadores

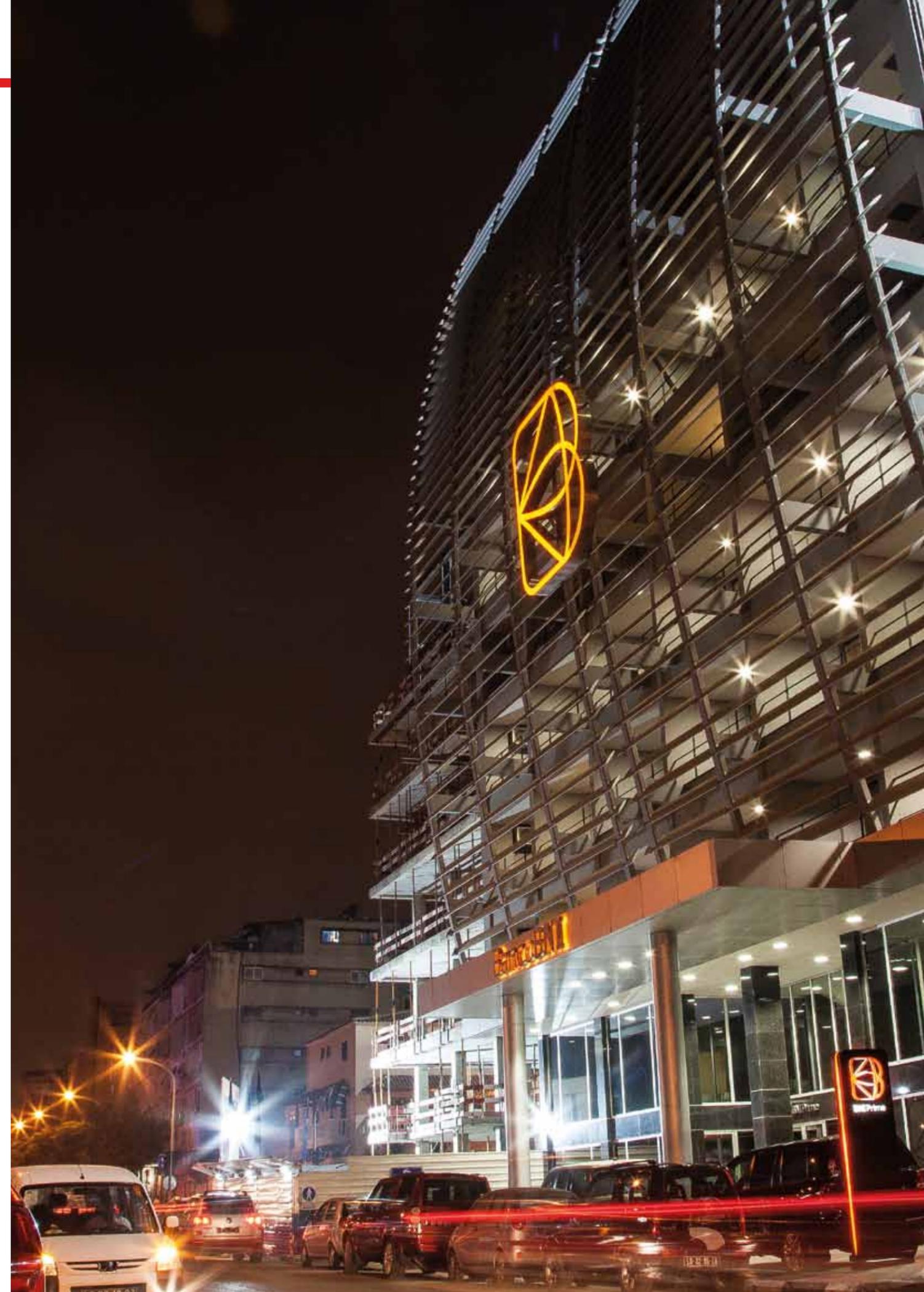
	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Activo Líquido	184 175 934	1 886 690	162 144 578	1 692 075
Activo Líquido Ponderado	143 878 738	1 473 888	124 373 377	1 297 910
Fundos Próprios	18 359 485	188 074	15 831 373	165 210
Fundos Próprios Regulamentares (1)	21 612 701	221 400	21 151 671	220 730
Crédito Total	85 963 777	880 609	75 825 141	791 280
Recursos de Clientes	133 499 669	1 367 565	125 102 191	1 305 516
Recursos Totais (2)	138 719 482	1 421 037	130 376 721	1 360 559
Margem Financeira	5 944 272	61 614	5 684 889	59 572
Margem de Trading	2 682 562	27 805	2 152 678	22 558
Margem de Serviços	2 426 184	25 148	2 317 226	24 282
Produto Bancário	11 053 016	114 568	10 154 793	106 412
Custos de Estrutura	7 436 305	77 080	6 029 255	63 181
Cash Flow	5 361 894	55 578	4 369 351	45 786
Resultado Líquido do Exercício	2 759 277	28 600	3 378 526	35 404

	2013	2012
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	1,50%	2,08%
Rendibilidade dos Fundos Próprios (ROE)	12,77%	15,97%
Cost-To-Income	70,17%	58,32%
Rácio de Solvabilidade	14,92%	14,73%

Crédito Vencido/Crédito Total	2,10%	2,64%
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões	93,04%	102,55%
Cobertura do Crédito Total por Provisões	1,95%	2,10%
Custo do Risco	0,79%	0,54%
Rácio de Transformação (3)	63,32%	59,96%

Nº de Colaboradores	735	569
Nº de Centros de Negócios	6	6
Nº de Agências	43	46
Nº de Postos	28	10
Nº de Clientes	127 667	95 896

(1) Fundos Próprios calculados de acordo com o instrutivo do BNA;
 (2) Rubrica composta por Recursos de Clientes, Instituições, Responsabilidade por títulos e Recursos de outras entidades;
 (3) Rácio de Transformação inclui Depósitos de Clientes e outras Captações.



Banco de Negócios Internacional

Órgãos Sociais

Mesa de Assembleia-Geral

Presidente
João de Matos

Vice-Presidente
Mário Dias

Conselho Fiscal

Presidente
Luís Manuel Neves

Vogal
Licínio de Assis

Vogal
Dina Maria Leote de Oliveira

Conselho de Administração

Presidente
Mário A. Palhares

Vice-Presidente
José Boyol

Vice-Presidente
Carlos Rodrigues

Administrador
Sandro Africano

Administradora
Lara Boyol

Administrador
Pedro Palhares

Administrador
Bruno Inglês

Auditores

KPMG – Auditores e Consultores, SARL

Missão, Estratégia, Valores e Responsabilidade Social

Visão

O BNI quer ser um modelo de sustentabilidade financeira, de eficiência operacional e de imagem no mercado nacional e internacional.

Pretendemos contribuir para o sucesso das iniciativas dos nossos Clientes, Accionistas e Colaboradores, oferecendo soluções inovadoras e competitivas. Expandir a nossa actuação para novos segmentos de negócio, estabelecendo parcerias sólidas.

Missão

Somos um banco de referência em Angola. Temos um profundo conhecimento do sector financeiro e dos mercados em que actuamos. Criamos valor para os nossos Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores, através da oferta de Produtos e Serviços inovadores, guiando-nos por elevados padrões de conduta e princípios corporativos de transparência e rigor.

Valores

Enfoque no Cliente – Criamos produtos centrados nas necessidades dos nossos Clientes, demonstrando total empenho em exceder as suas expectativas, garantindo a sua satisfação e fidelização.

Confiança – Os nossos Clientes são o activo mais importante. Desenvolvemos relações de futuro, baseadas na confiança, na sustentabilidade empresarial, no sigilo e na transparência.

Rigor – Actuamos com ética, consciência, responsabilidade e profissionalismo.

Inovação – Estamos vocacionados para a inovação, persistindo na criação de novas ferramentas, metodologias, produtos e serviços, que nos colocam na vanguarda do mercado financeiro Angolano e Internacional.

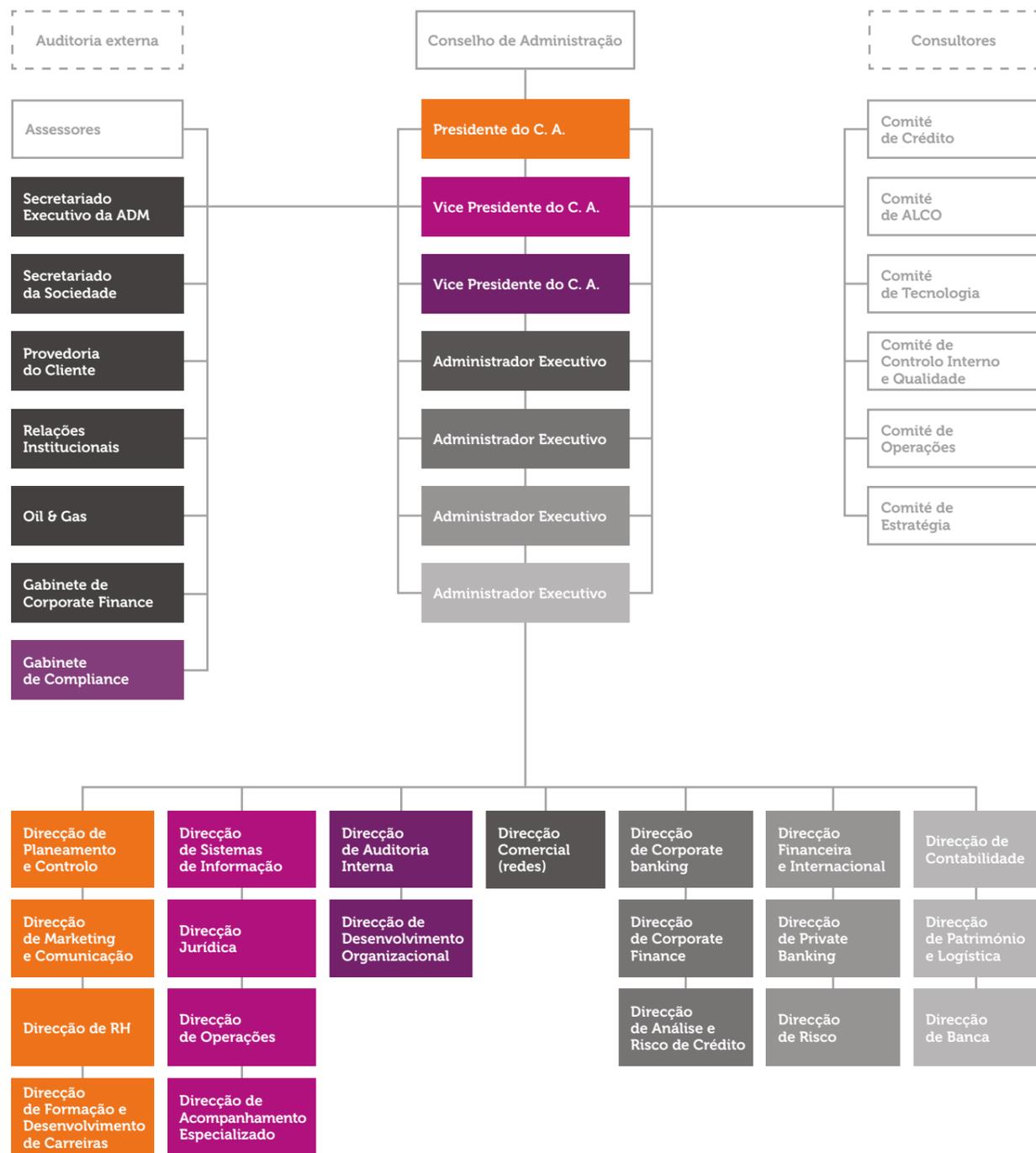
Trabalho de Equipa – Respeitamos as pessoas. Partilhamos a responsabilidade de melhorar o nosso desempenho de forma a alcançar os objectivos definidos, para o sucesso de todos.

Uma equipa de confiança

- // Estrutura Orgânica
- // Modelo de Gestão Corporativa
- // Marcos Históricos
- // Presença Geográfica e Rede de Balcões



Estrutura Orgânica



Modelo de Gestão Corporativa

O modelo Governação do BNI respeita e satisfaz os requisitos expressos na lei das Instituições Financeiras (Lei nº13/05 de Setembro).

Fazem parte dos Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 anos, sendo possível a sua reeleição.

A estrutura do BNI é constituída por: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Conselho Geral; Assesores; Secretariado Executivo e 20 Direcções, 7 Gabinetes e 6 Comitês.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral do BNI é constituída por todos os membros singulares ou colectivos que tenham averbado em seu nome acções, no livro de registos de acções da sociedade que confirmam o direito de voto. Este registo tem de ser efectuado, como se encontra explicito nos estatutos do Banco, até 10 dias antes da reunião.

Nas reuniões de Assembleia dá-se a discussão de assuntos de relevância para a sociedade por parte dos Accionistas. Os Accionistas sem direito de voto podem participar nas discussões caso o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e os outros elementos o autorizem.

Compete à Assembleia Geral, para além das disposições exigidas por lei, respeitar as funções explícitas nos estatutos do Banco de Negócios Internacional:

- a) Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e designar os respectivos Presidentes;
- b) Eleger os membros do Conselho Geral;
- c) Designar só membros do Conselho de Remunerações;
- d) Aprovar o Relatório de Gestão e Contas de cada Exercício, bem como parecer do Conselho Fiscal;
- e) Deliberar sobre os aumentos de Capital que forem propostos pelo Conselho de Administração.

Gestão Executiva

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BNI é o Órgão Social ao qual cabe zelar pelos interesses gerais da sociedade, praticando todos os actos necessários ou convenientes para o desenvolvimento das actividades previstas no objecto social. De acordo com os estatutos, o Conselho de Administração garante os interesses dos Accionistas sendo também o órgão responsável pela gestão global do Banco, propondo e assegurando a implementação do Plano de Negócios aprovado.

Este conselho é composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral.

Ao Conselho de Administração compete sem prejuízo das atribuições que por lei lhe são genericamente conferidas e das demais atribuições que lhe estejam cometidas pelos estatutos considerados para o Banco de Negócios Internacional:

- Definir políticas gerais do Banco e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar poderes aos outros níveis da cadeia hierárquica;
- Gerir a actividade do Banco, praticando todos os actos e operações que integrem o seu objecto social;
- Constituir mandatários ou procuradores para o exercício de actos determinados;
- Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- Propor a Assembleia Geral a continuidade dos Órgãos Sociais sempre que razões ponderosas o justifiquem;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração são também componentes dos 6 Comitês que constituem a estrutura do Banco, todos eles presididos pelo Presidente do Conselho de Administração.

Fiscalização

Conselho Fiscal

A fiscalização dos negócios do BNI é exercida, nos termos da lei, por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um ou dois membros suplentes. O Conselho Fiscal reúne-se nos prazos estabelecido por lei e extraordinariamente sempre que seja solicitado pelo Presidente, pela maioria dos membros ou pelo Conselho de Administração.

As deliberações são tomadas por maioria de votos e com a obrigatoriedade da presença de mais de metade dos membros em exercícios.

Conselho Geral

É constituído por um número par de elementos, não superior a quinze. São membros efectivos do Conselho Geral: o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal.

O BNI, de acordo com a lei, não permite que exerçam funções no Conselho Geral membros que exerçam funções em outras instituições financeiras, excepto se o exercício dessas funções seja numa instituição financeira onde o próprio BNI tenha directa ou indirectamente participação.

Marcos Históricos



2006

Criação do Banco de Negócios Internacional.

2007

Abertura do primeiro Centro de Negócios;

Criação da Marca Rede Expresso 24 para tender ao segmento de retalho;

O Banco celebrou com o Fortis Bank um acordo de parceria para o desenvolvimento de novos produtos financeiros;

Linha de crédito com o Deutsche Bank (USD 500 000 milhares), destinada a financiar projectos de infra-estruturas;

Linha de crédito com o Fortis Bank (USD 50 000 milhares);

Celebração de acordo com o BDA para comercialização, através da nossa rede de balcões, os serviços e produtos do BDA;

O Banco de Negócios Internacional celebrou um acordo de exclusividade para Angola com a Mastercard, em que o Banco fez a emissão e acquiring de cartões de crédito Mastercard.

2008

O Banco de Negócios Internacional é aprovado como Member Visa e Acquiring POS;

O Banco faz a emissão do primeiro do cartão de débito Visa electron em Kwanza no País;

Acordo assinado entre o BNI e GA Seguros – parceria cross-selling para venda seguros;

Aprovação do aumento de Capital Social do Banco (USD 20.000 milhares);

Abertura de balcões nas seguintes províncias: Benguela, Huila, Cunene, Zaire.

2009

Emissão do cartão de débito pré-pago Visa Kwanza, o primeiro cartão pré-pago em moeda nacional no País;

Abertura de balcões nas seguintes províncias: Cabinda, Kwanza Sul.

2010

Novo aumento do Capital Social (USD 20.000 milhares);

Emissão de obrigações subordinadas (USD 50.000 milhares);

Continuação do programa de expansão da rede balcões.

2011

Participação no Sindicato do Sindicato Bancário do financiamento da TAAG, para a aquisição de novas aeronaves;

Licença para operar em Portugal;

Atingiu-se a meta de 50 Balcões;

Adesão ao programa "Bankita" e fomento habitacional.

2012

Rebrandig, o Banco adopta nova imagem, nova identidade e novo logotipo.

Inauguração da nova Sede do Banco;

Criação de protocolo com a Hertz, abrangendo todos os cartões gold Visa e Mastercard, oferecendo descontos e vantagens aos Clientes no aluguer de um carro no mundo inteiro;

Criação de um cartão Mastercard de débito co-branded TAAG-BNI, o primeiro cartão co-branded existente em Angola;

Celebração de parceria junto do Executivo Angolano no programa denominado Angola Investe visando o financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas dos sectores prioritários da economia nacional.

2013

Prémios

The Bizz 2013 – World Business Leader entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);
 The Bizz 2013 – Inspirational Company entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);
 The Majestic Five Continents Award for Quality / Excellence entregue pelo Presidente da Association Otherways Management / Consulting (Genebra);
 Total quality aptitude seal for the high quality performance / best customer satisfaction (Genebra);
 Best Enterprise – Socrates Committee – in the field of Bank Services (Oxford, UK).

Outros Destaques

Criação do Balcão Escola;
 Lançamento do Projecto Institucional “Desafio Crescer”;
 Adesão ao Programa “Angola Investe”;
 Participação na Feira Banca e Seguros;
 Produção da nova imagem gráfica dos cartões de débito Multicaixa e Visa Electron, bem como dos cartões de crédito Visa Gold e Mastercard Gold;
 Criação do SILO AUTO BNI junto a Nova Sede 1, para estacionamento de Clientes e Colaboradores;
 Criação de uma plataforma de e-learning para o BNI;
 Participação na organização do workshop Fórum Jovens Empreendedores;
 Participação no Fórum Poupança do BNA;
 Presença na cerimónia de entrega dos Prémios SIRIUS, como finalistas da categoria O Melhor Banco de Angola e O Melhor Relatório & Contas 2012;
 O BNI foi considerado o 2º melhor Banco Comercial Angolano no Atendimento ao Cliente, segundo estudo da KPMG;
 Criação do Gabinete de Oil and Gas;
 Abertura de 15 novos balcões;
 Captação de 31.771 novos clientes;
 Contratação de 166 novos colaboradores.

Responsabilidade Social

No âmbito da solidariedade social, foram ofertados 50 computadores Magalhães ao Hospital Pediátrico David Bernardino e 15 ao Lar Kuzola, bem como doação pecuniária através de publicidade no Livro de Honra da Fundação Lwini na Gala da respectiva Fundação.

Expectativas para 2014

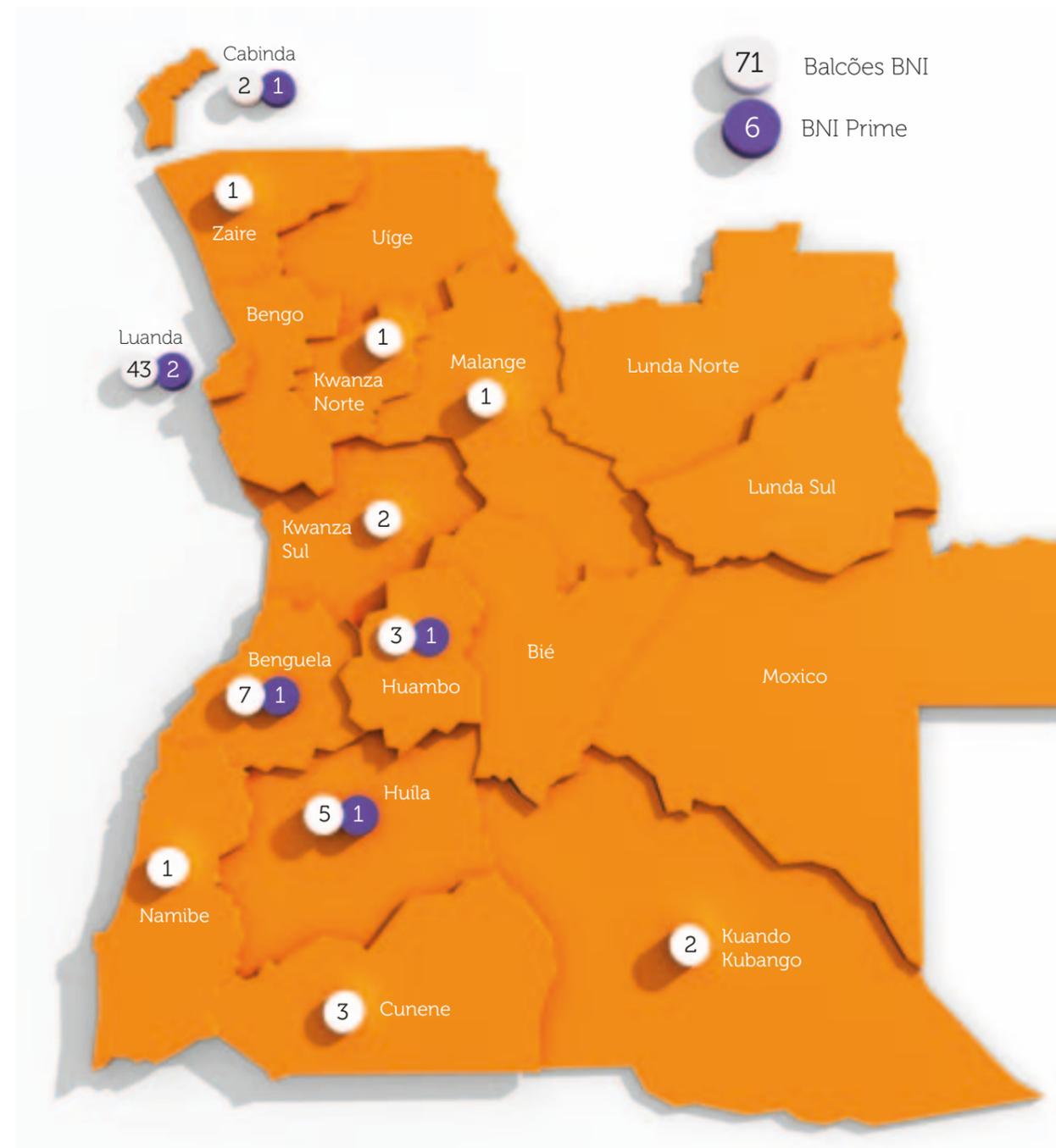
O BNI perspectiva o ano de 2014 como promissor e desafiante, uma vez que o Banco tem como objectivo a manutenção do crescimento sólido do seu Balanço e da Rede de Agências, assim como a penetração em novos segmentos do sector Financeiros. Destacam-se na Estratégia de 2014 do BNI os seguintes pontos:

- O arranque da actividade do BNI Europa;
- Marcar presença nas 18 províncias do País;
- Reforço do Capital Social do Banco para o equivalente a USD 150.000 milhares;
- Criação da Seguradora com ramo vida e não vida;
- Lançamento de Fundo de Investimentos Imobiliário.

Presença Geográfica e Rede de Balcões

O BNI tem como estratégia estar junto dos seus clientes, pautando por uma política de crescimento sustentado. No final de 2013 o Banco possuía um total de 77 Pontos de Atendimento (mais 15 que em 2012).

Em Luanda, o Banco operou com 2 Centros de Negócios, 23 Agências e 19 Postos de Atendimento, contra 4 Centros de Negócios, 20 Agências e 9 Postos de Atendimento nas restantes Províncias do País.



Uma atitude vencedora

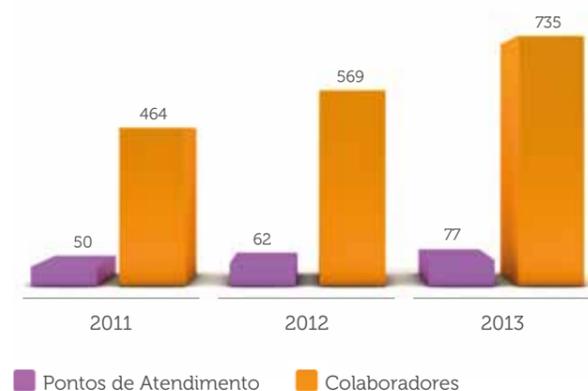
- // Evolução do Negócio
- // Áreas de Negócio
- // Canais de Distribuição



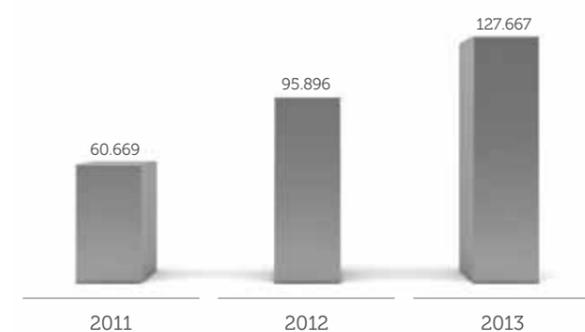
Evolução do Negócio

Breves considerações dos principais indicadores:
 (*) Valores em USD'000.

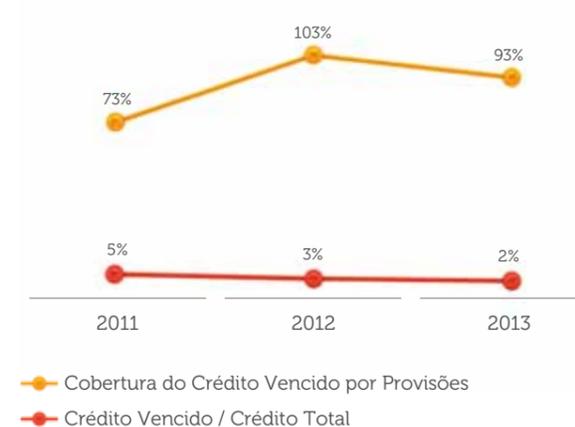
Pontos de atendimento e Colaboradores



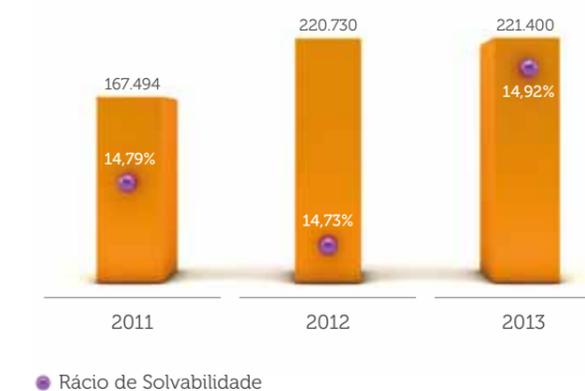
Clientes



Qualidade do Crédito



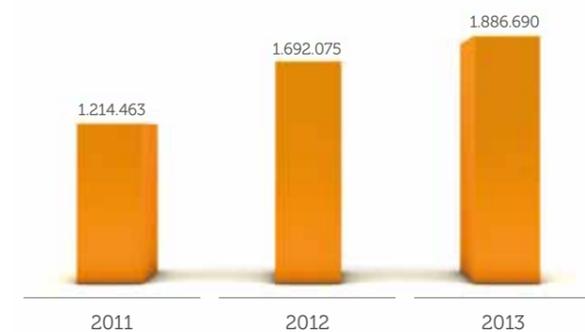
Fundos Próprios Totais (*)



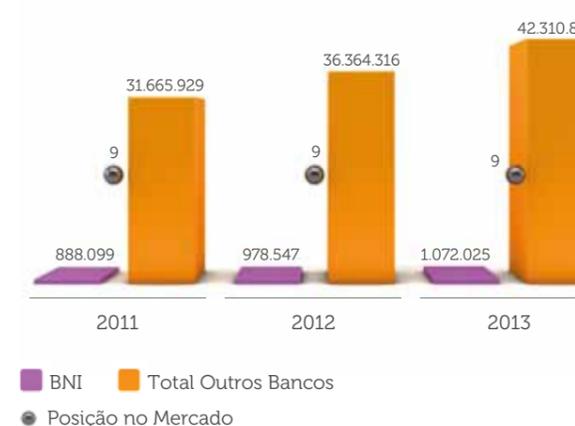
Actividade com os Clientes (*)



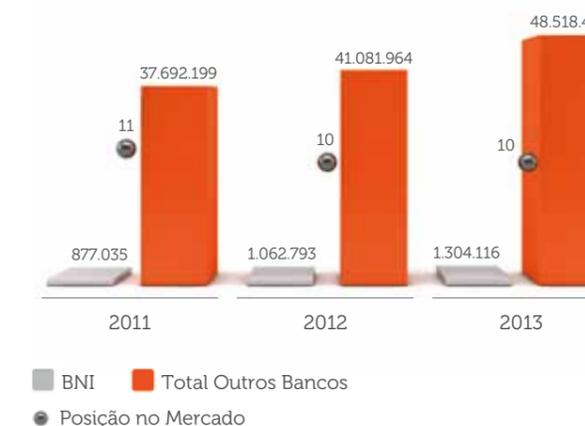
Activo Total (*)



Posição no Mercado Crédito (*)



Posição no Mercado Depósitos (*)



Áreas de Negócios

O Banco de Negócios Internacional dedica-se a captação de Recursos de terceiros e actua no mercado através de unidades de negócio estratégicas, tendo como suporte critérios claros e objectivos de segmentação e diferenciação, sob a forma de depósitos ou outros serviços, promovendo a sua aplicação em operações de crédito, financiamento e outras operações activas no mercado interbancário e secundário.

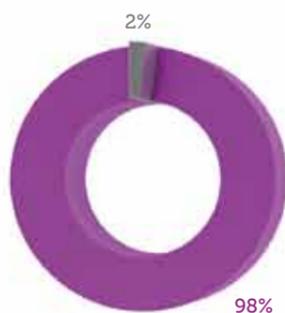
BNI Prime Corporate - dedica-se a um conjunto selectivo de empresas com um tratamento diferenciado, dadas as especificidades dos negócios e volume de recursos transaccionados pelas mesmas. No final de 2013 a unidade de negócio Prime Corporate detinha 72 clientes (0,06% do total do Banco), atingiu USD 389.232 milhares em depósitos de clientes (28,62% do total do Banco) e USD 166.990 milhares em crédito concedido (19,17% do total do Banco).

BNI Retailho - dedica-se ao segmento de retalho, com 123.000 clientes (96,34% do total do Banco), USD 188.514 milhares em depósitos de clientes (13,86% do total do Banco) e USD 58.914 milhares em crédito concedido (6,76% do total do Banco).

Unidades de Negócio

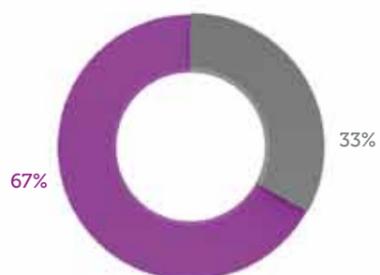
BNI Prime - dedica-se ao segmento de grandes empresas e particulares de renda elevada. No final de 2013 esta unidade alcançou um total de 4.595 clientes (3,66% do total do Banco), USD 782.085 milhares em depósitos de clientes (57,51% da rede do Banco) e USD 645.039 milhares em crédito concedido (74,06% da rede do Banco);

Cientes Captados

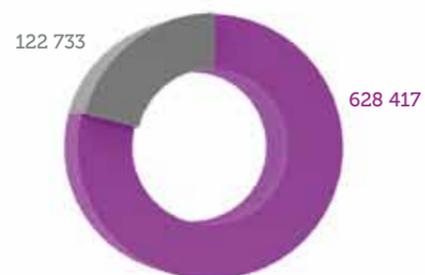


■ BNI Prime Corporate ■ BNI Prime

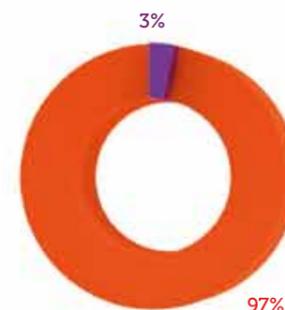
Recursos de Clientes



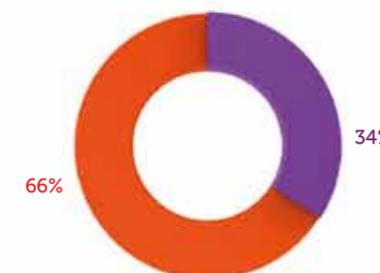
Crédito Concedido



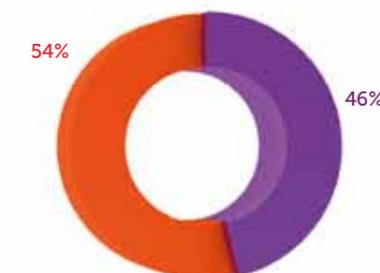
Cientes Captados



Recursos de Clientes



Crédito Concedido



■ BNI Retailho Particulares ■ BNI Retailho Empresas

No final do exercício, o Banco atingiu 127.667 Clientes, mais 31.771 face 2012, o que regista um crescimento de 33,13%. A rede de balcões ao longo do País aumentou de 62 unidades para 77 unidades, perfazendo um total de 15 Balcões abertos em 2013.

A Carteira de Crédito registou um incremento de 11,29% atingindo os USD 880.609 milhares. O Crédito concedido a clientes em moeda nacional refletiu 79%, USD 699.337 milhares, do total da carteira de Crédito do Banco. O BNI detinha, em Dezembro de 2013, uma quota de mercado de 2,69% para os depósitos de clientes e 2,53% para o crédito.

Os Depósitos de Clientes registaram, em 2013, um crescimento de 4,75% atingindo os USD 1.367.565 milhares. Os Depósitos de clientes em moeda nacional e em moeda estrangeira, representaram 72% e 28%, respectivamente, do total da carteira.

Oil & Gas

A Lei cambial para o sector Petrolífero nº 2/12, obriga as Indústrias Petrolíferas e prestadoras de serviço ao sector, nacionais e estrangeiras, a realizarem os pagamentos de todos os encargos tributários e de bens fornecidos por entidades residentes e não residentes, a partir de Instituições Financeiras do mercado Angolano.

Com vista a atender este nicho específico de mercado, em 2013, o Banco deu início a um processo que visa proporcionar as melhores soluções em produtos e serviços a medida das exigências deste sector, dentre as quais destacam-se:

- Criação do Gabinete Oil and Gas, que visa servir e acompanhar as empresas do ramo petrolífero criando estratégias que permitem a reactivação das contas destas mesmas empresas, a captação e fidelização de novos clientes.
- Desenvolvimento de um plano estratégico de actuação no Mercado. Em curso está o processo de Certificação ISO271001 (Norma de Segurança da informação) e os procedimentos de Compliance com os pré requisitos exigidos pelas Operadoras Petrolíferas.
- Implementação da Plataforma 360T que permitirá a negociação cambial com execução em tempo real, on-line electronic trading.
- Implementação da Plataforma Web Oil and Gas que compreende uma ligação VPN entre o Banco e o Cliente permitindo assim automatizar e realizar operações em tempo real e fazer uma gestão da conta à distância, por parte do cliente.

Programa "Bankita"

Durante o ano de 2013 o Banco deu continuidade a massificação dos produtos Bankita, concluindo o ano com 11.397 contas "Bankita" abertas, mais 5.490 que no período homólogo, perfazendo um crescimento de 92,94%

Os Depósitos de clientes "Bankita" registaram em 2013, um crescimento de 142,56%, cerca de USD 582 milhares, atingindo os USD 990 milhares, contra USD 408 milhares em 2012. Em 2013, os depósitos a ordem e a prazo representavam, 78% e 22%, respectivamente, do total dos depósitos de clientes "Bankita".

Clientes
(* Valores em USD'000)



Programa "Angola Investe"

No intuito de impulsionar a Economia Nacional, o Programa "Angola Investe" tem como objectivo principal diversificar a Economia Nacional, através do financiamento de projectos de investimento a micro, pequenas e médias empresas e empreendedores.

A 31 de Dezembro de 2013 o BNI aprovou 3 financiamentos, tendo disponibilizado 1 no montante de AOA 115 milhões.



Canais de Distribuição

O BNI mantém a aposta forte no desenvolvimento de soluções a fim de proporcionar uma maior satisfação nos serviços prestados ao cliente, através da criação de produtos e canais atractivos e cómodos para todos os segmentos.

A rede de distribuição do BNI é composta por:

Pontos de Atendimento

No final de 2013, o Banco registou um total de 77 Balcões (mais 15 que em 2012), dos quais 6 Centros de Negócios, 43 Agências e 28 Postos de atendimento, a funcionar em 14 Províncias do País. Em Luanda, o Banco opera com 2 Centros de Negócios, 23 Agências e 19 Postos de atendimento.

Pontos de Atendimento em Luanda



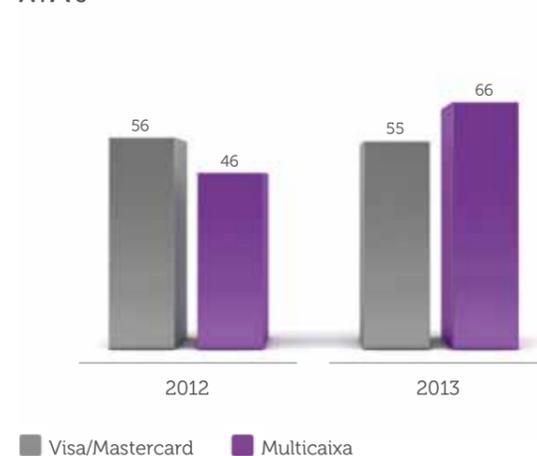
Pontos de Atendimento nas restantes Províncias



Caixas Automáticas (ATM'S)

Em 31 de Dezembro o Banco dispunha de 121 ATM's, dentre os quais 55 correspondem a rede Visa/Mastercard e 66 ATM's correspondentes a rede Multicaixa.

ATM's



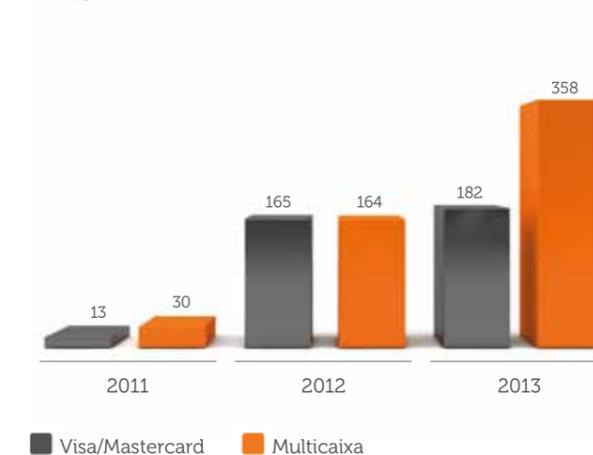
Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA's)

A rede de TPA's contempla 540 terminais, dos quais 182 correspondem a rede Visa/Mastercard e 358 a rede Multicaixa.

A rede de Terminais contratados da rede Visa, em 2013, fez uma taxa de operacionalidade de 72%, tendo registado um total de 34.131 compras válidas, cujo montante transaccionado totalizou o equivalente a USD 22.526 milhares, atingindo uma média mensal de USD 1.877 milhares.

Para o mesmo período, os terminais contratados pela rede Multicaixa registaram 293.508 transacções válidas, cujo montante transaccionado totalizou o equivalente a USD 50.775 milhares, alcançando uma média mensal de USD 4.231 milhares.

TPA's



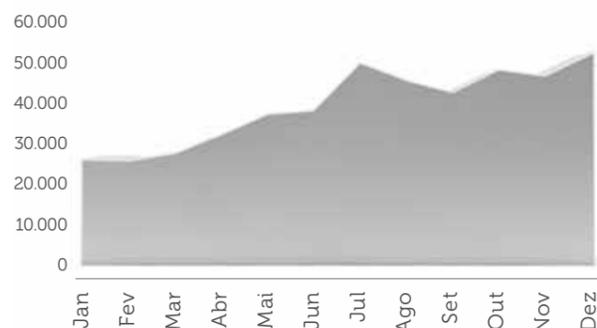
Internet Banking (BNI Online)

No final de 2013, o Banco havia registado 458.913 operações via BNI Online contra 204.541 (registadas em 2012), cerca de 3.556 contractos activos, perfazendo um volume transaccionado de USD 4.333 milhares.

Contratos e Volume de Transações 2013



Número de Transações 2013



Cartões de Crédito (Visa e Mastercard)

No ano de 2013, o Banco registou a emissão de 684 cartões de crédito da bandeira Visa dos quais 352 são da rede Prime e 332 da rede BNI Retalho.

Para a bandeira Mastercard, foram emitidos 468 cartões dos quais 223 correspondem a rede Prime e 245 da rede BNI Retalho.

Em Dezembro de 2013, o número de cartões de crédito do Banco era de 1.152, mais 262 cartões que em igual período do ano anterior.

Cartões de Crédito

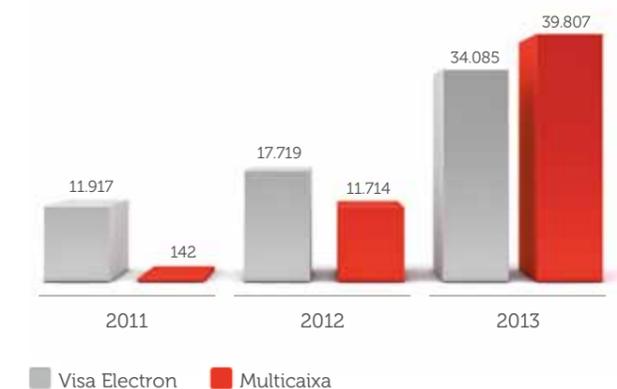


Cartões de Débito (Multicaixa e Visa Electron)

Em 2013, os cartões de Débito da rede Multicaixa válidos do BNI completaram 39.807, mais 28.093 que no final de 2012.

Os cartões de Débito da rede Visa Electron atingiram os 34.085 cartões válidos, mais 16.366 que no período homólogo, dos quais 1.230 cartões para rede Prime e 32.855 para rede BNI Retalho.

Cartões de Débito



Uma visão de futuro

// Áreas de Apoio ao Negócio
// Gestão do Risco



Áreas de Apoio ao Negócio

Recursos Humanos

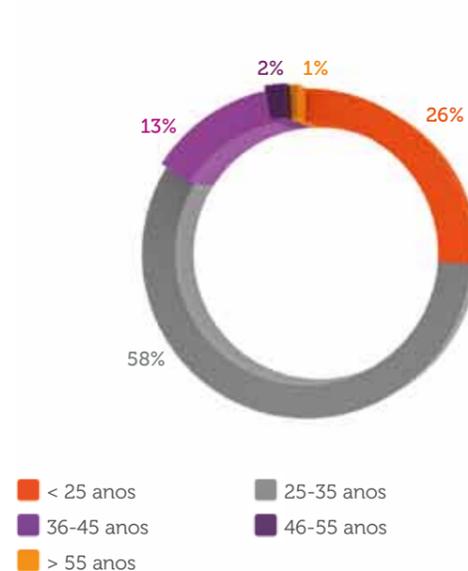
A Direcção de Recursos Humanos é formada pela Subdirecção de Gestão de Pessoal, Departamento de Recrutamento e Emprego, Departamento de Planeamento, Políticas e Projectos. Considerando todos os desafios com o Capital Humano no ano de 2013, e o plano estratégico do BNI, a Direcção de Recursos Humanos foi reestruturada e reorganizada por forma a poder responder de forma positiva às expectativas do Conselho de Administração e Accionistas, assim como do colectivo de trabalhadores desta Instituição.

Seguem os principais factos ocorridos na Direcção de Recurso Humanos durante o ano de 2013:

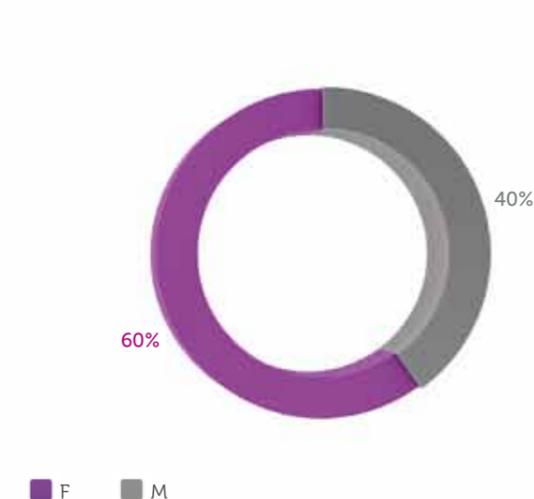
- Reestruturação da área e elaboração de nova estrutura orgânica;
- Contracção de técnicos seniores, incluindo Director, Subdirector e Chefes de Departamento;
- Início da Parametrização do Sistema de Gestão de RH e formação aos técnicos;
- Optimização do Sistema de Controlo de Assiduidade;
- Recrutamento e Selecção de 241 novos colaboradores;
- Elaboração do Manual do Colaborador;
- Criação e implementação do Plano de Rotação de Colaboradores da Direcção Comercial;
- Optimização do Sistema de Gestão de Avençados e regularização da sua situação contractual;
- Optimização do Sistema de Gestão de Expatriados (Colaboradores e Consultores) e regularização da sua situação contractual;
- Elaboração e aprovação do Qualificador de Funções;
- Definição e aprovação das Competências Organizacionais;
- Elaboração e aprovação do Modelo de Avaliação Desempenho e de Bónus;
- Elaboração e aprovação do Modelo de Recrutamento & Selecção, e Plano de R&S;
- Elaboração do Projecto Desafio Crescer BNI – Mudança Organizacional, Motivação e Retenção de Colaboradores;
- Criação da Área de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Criação e Nomeação da Comissão de Prevenção de Acidentes de Trabalho;
- Abertura do Posto Médico BNI;
- Elaboração do Modelo de Remuneração e Benefícios, e respectivo estudo de impacto da massa salarial;
- Reformulação do mecanismo de atribuição de Bónus (Partilha de Resultados);
- Criação de um modelo de reporte para a Caracterização do Efectivo BNI, e sua partilha trimestral aos Administradores, Directores e Colaboradores em Geral.

A 31 de Dezembro de 2013 o quadro de colaboradores do BNI era formado por 735 trabalhadores, mais 166 que no mesmo período de 2012.

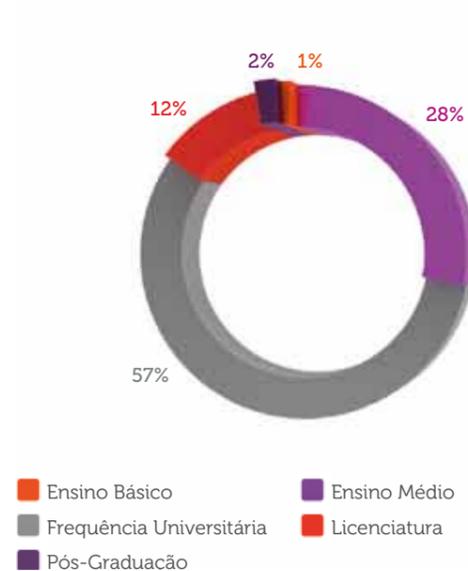
Faixa Etária



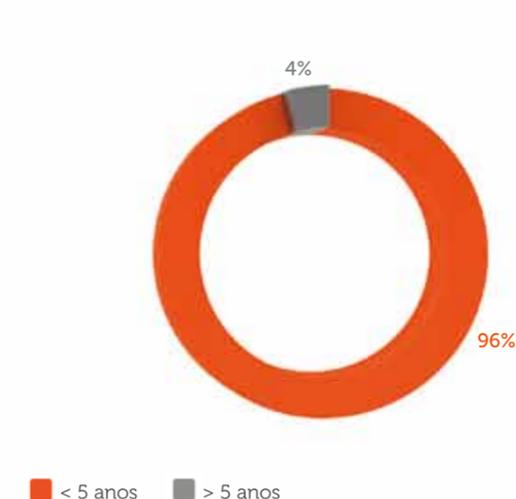
Género



Habilitações Literárias



Antiguidade



Projecto “Desafio Crescer BNI – Mudança Organizacional”

O Projecto Crescer é um projecto interno do Banco de Negócios Internacional, desenvolvido pelas Direcções de Recursos Humanos, Marketing e Formação, envolvendo o colectivo de trabalhadores da instituição, visando utilizar a comunicação interna como uma ferramenta de gestão, que ajude num alinhamento dos Quadros internos em torno de uma visão ambiciosa e partilhada. Neste contexto o projecto dá a conhecer às ferramentas, práticas e acções que deverão ser adoptadas pelo BNI para permitir um alinhamento do público interno com a visão estratégica da Marca, tomando em consideração as principais conclusões do Relatório de Clima e Cultura Internas realizados no Banco anteriormente.

Este é um Programa agregador que suporta todo o plano de mudança organizacional:

- Aspiracional - Transmite a Visão, os Valores e fomenta as Práticas de Negócio desejadas no BNI;
- Unificador - Aplica-se a todos os que trabalham no BNI, independente da área de negócio ou função;
- Consistente - A nível de conteúdos, tom e imagem da comunicação.

Objectivos do “Projecto Crescer”:

1. Elevar o conhecimento da organização;
2. Fomentar a consolidação da cultura organizacional;
3. Reforçar a visibilidade da Liderança;
4. Elevar o nível de competências em comunicação das lideranças;
5. Criar consistência na Comunicação Interna para que hajam mudanças.

Gabinete de Oil&Gas

O Gabinete de Oil&Gas foi criado no final de 2013, direccionado as empresas do sector petrolífero, assim como as prestadoras de serviços do ramo.

Os principais destaques da actividade desenvolvida pelo Gabinete de Oil&Gas em 2013 correspondem a:

- Conclusão da implementação da Plataforma 360T (Plataforma de negociação cambial com execução em tempo real, on-line electronic trading);
- Finalização da implementação da Plataforma Web Oil&Gas (esta plataforma estabelece uma ligação dedicada VPN entre o Banco e o Cliente permitindo assim automatizar e realizar operações em tempo real, e fazer uma gestão da conta à distância).
- Reactivação das contas BNI das empresas do sector Oil&Gas, captação e fidelização de novos clientes do sector Oil&Gas;
- Criação de uma base de dados de Clientes Oil&Gas;
- Desenvolvimento de um Plano Estratégico de Actuação no Mercado;
- Em curso o processo de Certificação ISO271001 (Norma de Segurança da informação);
- Em curso a implementação dos procedimentos de Compliance com os pré-requisitos exigidos pelas Operadoras Petrolíferas.

Sistemas de Informação e Tecnologia

Os principais destaques da actividade desenvolvida pela Direcção de Sistemas de Informação e Tecnologias em 2013 correspondem a:

- Reorganização de todo o perímetro de Segurança no Data Center da Sede I;
- Mudança do Data Center Principal da Sede II;
- Abertura de 15 novas Agências;
- Implementação de uma solução de Backup ao nível dos Servidores/Storage;
- Implementação da solução de Disaster Recovery a nível do Core Bancário;
- Início do projecto de Fax Server;
- Instalação da Gestão de Ficheiros de Pagamentos em todos os Gestores;
- Automatização da Cobrança de Despesas de Manutenção em atraso das Contas D/O;
- Implementação da nova Plataforma Contabilística do Parque de ATM's.

Projectos iniciados a finalizar em 2014

- Implementação do Front-end de suporte à Bizcard com integração “automatizada” via WebServices à Biz e Banka;
- Instalação do Compliance Link;
- Implementação do sistema de gestão de Provisões e Imparidades;
- Sistema de Pagamentos EPAL;
- Sistema de Pagamentos DLI (Balcões e Internet Banking).

Departamento de Cartões

Os principais destaques da actividade desenvolvida pelo **Departamento de Cartões** em 2013 correspondem a:

- Tecnologia CHIP, Certificação EMV da Visa e Certificação EMV da Mastercard;
- Sincronização do Estados dos Cartões Visa Electron Banka vs Bizcard;

Projectos iniciados e a finalizar em 2014

- Lançamento do cartão Co-branded do Intermarket (piloto);
- Lançamento do novo POS - com imagem do Banco.

Auditoria Interna

Em 2013 foi aprovada a nova Estrutura Orgânica e Funcional da Direcção de Auditoria Interna, passando estar constituída pelos departamentos de Auditoria Interna, Inspeção e Controlo Administrativo.

Dentre as várias actividades realizadas pela DAI durante o ano de 2013, destacam-se as seguintes:

- Supervisão do trabalho desenvolvido pelos técnicos de Auditoria nas suas deslocações aos Balcões, permitindo assim a concretização dos objectivos traçados, bem como a monitorização da qualidade do serviço prestado nas Agências;
- Avaliação contínua dos conhecimentos técnicos dos colaboradores afectos a Direcção;
- Implementação de procedimentos para reforço do Controlo Interno a nível das Balcões da rede;
- Implementação de software de consulta "AuditBank", o qual permite a monitorização em tempo real de todas as transacções bancárias executadas pelos Balcões;
- Realização de Processos de Inspeção em 80% dos Balcões da rede;
- Formação técnica em Auditoria Interna.

Compliance

No decorrer do ano de 2013, o Gabinete de Compliance desenvolveu várias acções dentre as quais se destacam:

- Consolidação do programa de Monitorização e Filtragem da base de Dados dos clientes contra as principais listas de sanções em vigor nos Mercados Financeiros Internacionais;

- Cadastro e actualização da informação corporativa do BNI, junto de Instituições Internacionais vocacionadas a promoção e divulgação das boas práticas bancárias, eficiência nos pagamentos Internacionais e soluções de Compliance. (Bankers Almanac, Wolfsberg Group, We Comply, entre outros.);
- Elaboração de 35 pareceres relacionados a organização interna da instituição e entrada em vigor de novos normativos (internos e externos);
- Implementação da Declaração Justificativa da Origem e Destino de Fundos, para as transacções em numerário de valor igual ou superior equivalente a USD 15 milhares;
- Envio para 5 Instituições Financeiras estrangeiras e uma nacional dos processos referentes ao KYC (Know Your Customer);
- Solucionados 24 casos referentes a solicitação de informação/investigação relacionada a operações de pagamentos internacionais;
- Participação efectiva nos trabalhos referentes a conformidade dos cheques normalizados, em conformidade com a legislação em vigor;
- Participação nos trabalhos referentes a actualização do Manual de Controlo Interno, em conformidade com a nova legislação do BNA;
- Acompanhamento do processo de conformidade referente ao envio de remessas de valores via MoneyGram;
- Acompanhamento do processo de implementação do Cockpit Financeiro;
- Participação na elaboração do relatório de conformidade ISSO 27001, com a colaboração da consultora KPMG.

Contabilidade

Em 2013, a Direcção de contabilidade foi reestruturada, passando a existir 3 departamentos: Departamento de Pagamentos, Contabilidade Pura e Reconciliações.

Factos de destaque durante o ano de 2013:

- Renovação da equipa com a entrada de 4 colaboradores para o Departamento de Reconciliação e 1 para o Departamento de Contabilidade Pura;
- Implementação de mecanismos para automatização de alguns dos processos da área;
- Construção e implementação de ferramentas que permitem a estatística e definição de critérios quantitativos para a realização de avaliações de desempenho;
- Definição e consolidação da nova estrutura da Direcção, assim como atribuição e divisão de tarefas;
- Implementação de um sistema de trabalho com resolução de todas as situações "ao dia".

No que toca a Acções de Formação, durante o ano de 2013, os técnicos beneficiaram dos módulos abaixo:

- Contabilidade Bancária;
- Derivados Financeiros.

Financeira Internacional

A Direcção Financeira Internacional (DFI) desenvolve e assegura a implementação do programa financeiro do Banco. Igualmente desenvolve e mantém relações com os Bancos no exterior e interior do país, visando os objectivos definidos para o negócio, cabendo-lhe a gestão da tesouraria e o suporte da gestão de activos e passivos (Comité de Activos e Passivos), designadamente ao nível dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial.

A gestão financeira do BNI é sustentada num conjunto de documentações partilhada com os Órgãos de Gestão, nomeadamente informação diária onde são sintetizadas as principais informações de mercado, os movimentos e operações cruciais constatados durante o dia, no que tange ao mercado monetário, cambial, capitais, bem como o cumprimento da Reserva Obrigatória

Em 2013, os acontecimentos mais relevantes da actividade desenvolvida pela DFI foram os seguintes:

- Gestão e controlo dos riscos de mercado;
- Mercado Cambial:
 - Incremento notório das compras de divisas em ME (USD) no BNA, em 2013 compramos USD 1.6 bilhões comparativamente ao exercício anterior (USD 1.4 bilhões);
 - Reforço no controlo do limite de exposição cambial e levantamentos de notas;
 - Elaboração do Manual de Procedimentos da DFI no que tange aos seus três departamentos: Sala de Mercados, Back Office e Tesouraria Central;
 - Divisão da Tesouraria Central em dois grupos (1999 e 2012) tendo em conta a divisão por denominação, de modo a escoar com maior eficiência e eficácia as notas pertencentes da Velha Família do Kwanza;
 - Criação de procedimentos para as falhas de recontagem no BNA. Estas falhas são imputadas por valor facial.

Operações

A Direcção de Operações é composta por 2 departamentos: Departamento de Operações Nacionais e Departamento de Operações de Estrangeiro.

Dada exiguidade de Capital Humano, e atendendo os desafios para o futuro, a Direcção de operações contratou 6 novos colaboradores.

Em 2013, o Departamento de Operações Nacionais realizou as seguintes operações:

	AOA'000			Quantidades		
	2013	2012	Var.%	2013	2012	Var.%
Créditos carregados em sistema	26 073 721	11 624 065	124%	436	645	-32%
SPTR	141 990 674	97 548 570	46%	7 185	6 993	3%
Emitidas	70 869 813	52 537 865	35%	1 816	2 159	-16%
Recebidas	71 120 860	45 010 705	58%	5 369	4 834	11%
STC	13 954 131	7 136 791	96%	19 324	9 455	104%
Emitidas	7 214 952	3 957 344	82%	9 396	4 823	95%
Recebidas	6 739 179	3 179 447	112%	9 928	4 632	114%
Subsistema de pagamentos e compensação de valores						
Compensação a crédito	50 867 246	49 554 329	3%	-	-	-
Compensação a débito	13 196 406	8 857 673	49%	-	-	-

Em 2013, o Departamento de Operações de Estrangeiro realizou as seguintes operações:

	AOA'000			Quantidades		
	2013	2012	Var.%	2013	2012	Var.%
Crédito documentário a importação	7 491 472	8 909 466	-16%	41	94	-56%
Remessas documentárias emitidas a importação	27 392 166	14 469 433	89%	1 284	907	42%
OPE - Emitida	123 860 812	103 372 917	20%	12 108	9 947	22%
OPR - Recebida	25 197 764	29 346 115	-14%	6 188	6 916	-11%
Total	183 942 214	156 097 931	18%	19 621	17 864	10%

Jurídico

A Direcção Jurídica (DJU) durante o ano de 2013 desenvolveu as seguintes actividades:

- Alteração da estrutura orgânica da área, passando a denominar-se "Direcção Jurídica";
- Elaboração de Acordos de Parcerias com clientes estratégicos - Total de 7 Acordos;
- Agenciamentos a formalização de processos de crédito - Total de 180 processos agenciados;
- Revisão das condições gerais do produto "Cartões Bancários" tendo em conta as novas especificidades elencadas pelo BNA;
- Elaboração das condições gerais de utilização de 7 novos produtos;
- Resposta à 203 ofícios endereçados ao BNI de entidades públicas diversas;
- Elaboração de diversos contractos: arrendamento (2), fiscalização de obras (2), prestação de serviços (6) empreitada (3) e outros solicitados pelas diferentes áreas e direcções do Banco - Total de 14 contractos;
- Elaboração de contractos de empréstimos - Total de 17;
- Elaboração de diversos pareceres sobre garantias de cumprimento das obrigações - Total de 80;
- Parecer sobre os Estatutos da Sociedade Gestora de fundos de investimentos;
- Elaboração de participações criminais relacionadas a violações graves de procedimentos - Total 14 participações;
- Emissão de diversas Garantias Bancárias - Total de garantias emitidas 52;

- Instrução de processos disciplinares a colaboradores - Total de 57 processos;
- Constituição de empresas para suporte a actividade do Banco - 5 novas Empresas constituídas;
- Processos em contencioso - 10 processos em juízo e os restantes processos a serem negociados extrajudiciais - Total de 26.

Pontos a salientar

1. Está em curso a alteração do organigrama da Direcção, que passará a comportar três Departamentos: Departamento de Contratação, Departamento de Agenciamento e Departamento de Contencioso;
2. A Direcção Jurídica faz parte do grupo de trabalho para a implementação do Sistema de Controlo Interno e Governança Corporativa. Foi efectuado um levantamento exaustivo sobre todos os processos em curso do BNI e enviado o 1º Relatório ao BNA com a situação factual. Esta em curso a formalização dos manuais de suporte as actividades, de acordo com o preceituado nos Avisos 1 e 2/13 do BNA;
3. Recursos Humanos: Está em curso o recrutamento de mais 2 técnicos qualificados para reforço dos Departamentos de contratação e contencioso;
4. Preparação de uma Newsletter mensal para publicação na intranet de toda a legislação nacional, pertinente a actividade do Banco;
5. Arrecadamos com a prestação de serviços de agenciamento feito pela Direcção Jurídica de AOA 6 milhões.

Banca Electrónica

Na Direcção da Banca Electrónica é feita a gestão dos meios de pagamentos, em que se enquadram os Terminais de Pagamentos Automáticos (TPA) e os Caixas Automáticos (CA) ou Automated Teller Machine (ATM), desde a fase de implementação, gestão transaccional, disputas e ocorrência de anomalias, garantindo assim o bom funcionamento da rede interna. Em 2013, os meios de pagamento do BNI desenvolveram-se no sentido de se tornarem cada vez mais eficientes, potenciado fundamentalmente pela possibilidade de efectuar pagamentos por via electrónica.

A Direcção é composta por 4 departamentos, nomeadamente:

- Departamento de Aceitação/Acquiring composto por 5 colaboradores, Departamento de fraudes com 4 colaboradores, BNI Online com 5 colaboradores e Departamento de cartões com 11 colaboradores.
- A Direcção é responsável pela:

Gestão de Processos

- Recepção e validação de propostas de adesão;
- Inserção dos dados do contrato na Base de Dados de TPA;
- Rotina de controlo de instalação;
- Criação de OTP para cobrança da mensalidade dos TPA's/ATM's após a sua instalação;
- Manutenção de arquivo físico.

Gestão de Disputas

- Análise da reclamação e/ou pedido de esclarecimento;
- Solicitação de documentação de suporte a reclamação se necessário;
- Encaminhamento da reclamação para o processador quer seja no âmbito nacional ou internacional;
- Rotina de acompanhamento da resolução da disputa.

Gestão de Transacções

- Controlo mensal do número e montantes das transacções efectuadas em TPA/ATM para uso estatístico e validação de reclamações.

Apoio ao Cliente

- Recepção e análise de reclamações e/ou pedidos de esclarecimento por parte dos clientes pelo telefone de apoio – 943620093 e rede comercial através dos canais internos.

Call Back

- Após análise feita, é retornada a chamada para o cliente ou balcão a fim de informar qual o desfecho da reclamações e/ou pedidos de esclarecimento.

Controlo de Qualidade

- Envio de informação á rede comercial dos TPA's que não fazem fechos contabilísticos a mais de um mês;
- Gestão dos pedidos de intervenções técnicas;
- Controlo de recusa de cobranças de mensalidade.

Sistemas de Pagamento

- Assistência técnica ATM's/POS's;
- Cartões Chip – Foi dado início ao processo de migração dos actuais cartões que o Banco disponibiliza aos clientes para a tecnologia Chip (tornado os cartões mais seguros e de acordo com as actuais normas de segurança da Visa e Mastercard);
- DataCard – Foi adquirida uma nova máquina para a produção de cartões Chip que nos permite uma maior capacidade de resposta a produção de cartões;
- Fraud Issuing – Actualização do módulo de Fraud Issuing para permitir o controlo de levantamentos por País e tipo de cartão;
- Rede POS – Demos continuidade ao crescimento da nossa rede de POS, permitindo desta forma que os nossos clientes (e clientes de outros bancos) possam efectuar pagamentos com cartões Visa/Mastercard/Multicaixa em vários estabelecimentos;
- Cartões TAAG – Lançamos o cartão pré pago em Dólares para os tripulantes de cabine da TAAG, que permite que os tripulantes recebam as ajudas de custo no cartão;
- Call Center – Foi disponibilizada uma aplicação ao Call Center, que permite a consulta das principais operações/limites de utilização dos clientes do Banco;
- Visa Money Transfer – Foi implementado uma norma da Visa que permite que os nossos cartões de débito possam receber fundos de outros cartões.

Dentre os factos ocorrido durante o ano de 2013 na DBE, destacam-se:

- Restruturação a nível de processos;
- Recrutamento de 3 novos colaboradores para reforçar os Departamentos de Fraudas e de Aceitação/Acquiring;
- Implementação do sistema de cobrança da Anuidade dos Cartões no acto de adesão dos cartões de débito;
- Cobrança taxativa das urgências na emissão dos Cartões Visa Gold e Visa Electron;
- Implementação de reporte dos Cartões à expirar no final do mês (com o objectivo de permitir contactos prévios com os clientes para renovação);
- Implementação de reporte mensal à Direcção Comercial da listagem de contas sem Cartões associados, assim como dos acessos a internet (permitindo a dinamização das vendas);
- Implementação de reporte trimestral relativo a venda dos Cartões por balcão;
- Revisão do procedimento do serviço de Internet Banking;
- Cartão Mastercard Viagem (aguarda aprovação do BNA);
- Lançamento do Cartão Intermarket (em processo de finalização);
- Acção de formação aos balcões sobre o produto TPA;
- Realização do Workshop sobre os produtos geridos pela DBE;
- Implementação do Cartão Umbi Umbi (lançamento previsto para 2014);
- Implementação do Produto Multibonus (lançamento previsto para 2014);
- Elaboração do Manual do utilizador do Internet Banking;
- Implementação do call center;
- Actualização dos formulários de adesão dos cartões.

Direcção de Marketing e Comunicação

A Direcção de Marketing e Comunicação é constituída por 4 departamentos: Marketing Operacional, Comunicação e Marca, Canais Complementares e Conteúdos, e Gestão Administrativa.

Em 2013, os acontecimentos mais relevantes da actividade desenvolvida pela Direcção de Marketing e Comunicação foram os seguintes:

- Actualização de todos os formulários, produto e cartões;
- Actualização de todos os contratos de adesão anexos aos formulários;
- Actualização e manutenção dos conteúdos da homepage da intranet e internet, bem como dos respectivos conteúdos;
- Lançamento de diversos produtos e do primeiro DP de subscrição on line: o BNI NET;
- Alteração e actualização do lay-out e características dos cheques, com criação de novos Cheques BNI, carteiras de cheques e embalagens de segurança;
- Desenvolvimento e lançamento da 4ª fase do DESAFIO CRESCER, em parceria com os Recursos Humanos, com o objectivo de criar e fomentar a Comunicação Interna no BNI;
- Definição de Imagem e Produção da nova Linha de Mobiliário das Agências de Retalho BNI;
- Reformulação de Imagem interna das Agências BNI Prime / Corporate para lançamento em 2014;
- Produção da nova imagem gráfica dos cartões de débito Multicaixa e Visa Electron, bem como dos cartões de crédito Visa Gold e Mastercard Gold;
- Decoração gráfica da Sala de Formação na Sede 2 em Talatona;
- Criação de uma plataforma de e-learning para o BNI.

Principais factos da Direcção de Marketing Comunicação

- Evento Ecowave (kitesurf e preservação do ambiente);
- Doação pecuniária à Associação "Os Jovens da Marginal" para um Natal mais solidário;
- Doação pecuniária à Associação "Jovens Lavadores de Carros" no âmbito da solidariedade social;
- Donativo pecuniário à População de Cunene, em solidariedade com os estragos provocados pelas chuvas;
- Patrocínio ao Fórum Económico Alemão-Angolano.

Direcção de Património e Logística

O Património é constituído por 25 colaboradores, segmentados por DPL frota, economato, secretariado, manutenção, obras e segurança.

Projectos em andamento:

1. Projecto de redução de custos, com a renegociação de todos os contratos de fornecedores e prestadores de serviços. Neste momento o DPL conseguiu reduzir, proporcionalmente ao crescimento do BNI, significativamente os custos fixos;
2. Implementação de um sector de compras que visa centralizar desde requisições de propostas até à encomenda final, desta forma o BNI aumenta o poder de negociação de prazos e preços pois aumenta a quantidade;
3. Projecto de contagem dos bens do banco, imobilizado;
4. Lançamento do software de gestão integrada EXCIS (contabilidade e Património). Ao DPL caberá os procedimentos de cotação e de encomendas;

5. Preparação do primeiro leilão de viaturas BNI e abates de viaturas amortizadas;
6. Implementação do Economato "Outsourcing" com uma parceria comercial;
7. Criação de uma sala de segurança para monitorização de todas as Agências do BNI.

Planeamento e Controlo

O ano de 2013 foi um ano satisfatório para o Gabinete de Planeamento e Controlo, no qual foram destaque os seguintes factos:

- Nomeação do Director da área;
- Processo de reengenharia do Gabinete, que compreendeu a revisão e reformulação, em alguns casos, dos processos e procedimentos de recolha, produção e reporte de informação de gestão de cada um dos departamentos que compõem o Gabinete. O posicionamento e abrangência do Gabinete dentro da organização foram igualmente revistos;
- Acções de Formação: Contabilidade Bancária avançada, Planeamento e Gestão Orçamental;
- Acolhimento do novo técnico da área o qual foi alocado ao departamento de Planeamento;
- Elaboração do Relatório e Contas de 2012 do Banco, o qual pela segunda vez foi distinguido entre dos 10 melhores documentos de gestão a nível nacional, no prémio Sirius da empresa de consultoria Deloitte;
- Elaboração do Orçamento de 2013 do Banco;
- Por determinação do Conselho de Administração o Gabinete passou a fazer parte dos grupos de trabalho para: Redução de custos, Aumento dos depósitos, Incremento da rentabilidade.

Análise de Risco e Crédito

No decorrer do ano de 2013, destacaram-se as seguintes intervenções:

- Reforço das equipas afectas às unidades de análise de crédito (mais 1 colaborador) e recuperação de crédito (mais 1 colaborador);
- Implementação do novo software da CIRC;
- Acompanhamento do programa "Angola Investe";
- Programa de Monitorização da Dívida Pública: acompanhamento contínuo com reporte ao Ministério das Finanças das exposições de crédito e responsabilidades directas (ou indirectas) das entidades públicas;
- Estudo e análise do "Projecto Kiwi", um software que permitirá a informatização de todo o processo de concessão e acompanhamento de crédito, desde a sua origem na agência, até a aprovação.

Gestão do Risco

As instituições Financeiras confrontam-se com riscos de variadas naturezas no decurso da gestão da sua actividade. Em particular de salientar o Risco de Mercado (taxas de juro e taxas de câmbio), decorrente de movimentos adversos nos preços, Risco operacional, reflexo de processos e sistemas desajustados, de evoluções desfavoráveis no contexto regulamentar e fraudes.

No BNI, a Gestão do Risco não visa apenas evitar os acontecimentos desfavoráveis, mas sim contribuir para assegurar o valor e/ou lucro, manter a continuidade do negócio, evitar a falência, gerir os efeitos decorrentes das alterações no contexto externo do Banco e por conseguinte facilitando a concretização dos objectivos definidos na estratégia.

Risco Operacional

Os riscos operacionais podem ser definidos como a possibilidade de perda directas ou indirectas, em função de fraquezas ou ausências de processos e controlos internos adequados; e também como perdas decorrentes de eventos externos, nomeadamente catástrofes, crises sociais, problemas com infra estruturas públicas, crises sistémicas.

Em linha com a estratégia do Banco em relação a gestão dos riscos inerentes a actividade e atendendo ao enfoque que actualmente é dado a temática do Risco Operacional, ao longo de 2013, o BNI, visando conferir maior segurança e controlo, emanou um conjunto de linhas orientadoras e acções destinadas a adequação dos sistemas, processos e recursos humanos, permitindo gradualmente a diminuição do risco operacional.

Neste sentido, o Banco centrou a sua atenção em três pilares nos quais tratou de implementar medidas para criação, reforço e funcionalidade dos mesmos. Os tópicos que mereceram intervenção relevante foram os que se seguem:

- Estrutura Orgânica e Funcional;
- Sistema de Controlo Interno;
- Filtragem e monitorização de entidades e transacções.

No que toca a Estrutura Orgânica, o Banco procurou dotar-se de unidades articuladas que melhor se ajustassem a sua estratégia e pudessem abordar o mercado de forma organizada de acordo com a natureza do negócio e, internamente assegurar-se da justa atribuição de cargos e a correcta segregação de funções.

Nesta matéria o Gabinete de Compliance teve papel de realce, acompanhando todo o processo e garantindo que as medidas introduzidas estivessem em consonância com o conjunto de diplomas legais e regulamentares em vigor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, cuja preocupação maior prendeu-se com o risco de fraude interna, o Gabinete de Auditoria Interna e Inspeção efectuou um trabalho de revisão aos perfis atribuídos aos utilizadores dos aplicativos informáticos destinados aos lançamentos da globalidade das operações realizadas pelo Banco, onde, em função das irregularidades identificadas, sugerem correcções que foram implementadas.

Tecnologicamente, introduzimos uma nova ferramenta de Controlo Operacional que permite ao Gabinete de Auditoria e outras áreas de controlo do Banco monitorar a todo momento qualquer transacção previamente parametrizada, gerando alertas que sugerem análises de carácter investigativo.

Objectivando igualmente a mitigação do Risco operacional, deu-se continuidade a revisão sistemática de alguns normativos internos de forma a adequá-los as exigências actuais.

Neste âmbito, iniciou-se em 2012 o processo de actualização do fluxograma dos processos e tarefas das distintas áreas operacionais do Banco, o que permitirá melhor precisão e uniformização dos procedimentos na execução da actividade do Banco.

Atenção de relevo foi dada também a questão do branqueamento de capitais e ao combate ao financiamento ao terrorismo. Neste sentido, o BNI contratou um aplicativo informático que permite efectuar a filtragem de

entidades com base nas várias listas internacionais de sanções e, realizar simultaneamente a monitorização de transacções domésticas e com o estrangeiro.

Por último referir que o Banco mantém um processo regular de produção de relatórios de âmbito interno e externo destinado ao órgão supervisor e entidades afins quando exigido. Por via do Gabinete de provedoria de Clientes, o Banco tem dado resposta as preocupações e reclamações colocadas no portal dedicado para o efeito, revelando assim uma grande preocupação com a sua imagem e reputação.

Risco de Crédito

O Risco de crédito pode ser definido como a probabilidade do Banco incorrer em perdas, em função da deterioração da saúde financeira do devedor, redução da participação do cliente em seus mercados de actuação, fraude ou deterioração da economia.

O risco de liquidação financeira é também associado ao risco de crédito, uma vez que corresponde ao risco de a instituição não receber o valor do crédito devido pelo cliente por falha no sistema de pagamento do cliente e/ou recebimento da instituição.

O processo de gestão e mitigação do risco de crédito no BNI surge previamente ao início da relação comercial com os clientes aquando da recolha, tratamento e análise de informações relevantes sobre os mesmos e sobre o contexto que os rodeia.

Após ao início da relação comercial por via do crédito, o Departamento de monitorização e recuperação de crédito dá continuidade ao controlo do risco de crédito dos clientes, estando este processo concluído apenas quando a dívida se encontrar integralmente liquidada. Actualmente, a actividade desta área faz parte da cadeia de negócio, estendendo-se as suas funções por todo ciclo de vida da relação com o cliente.

Tais funções acabam por ter início previamente a qualquer actuação de cariz operacional, com a definição da política de crédito.

No ano de 2013 o Departamento de monitorização e recuperação de crédito deu continuidade a revisão dos procedimentos de orientação e actuação sobre o crédito vencido que são transversais a todos níveis de decisão de crédito. Fruto destas acções o Banco concluiu o exercício de 2013 com uma carteira de crédito vencido de USD 18.833 milhares (com um peso de 2,10% sobre a carteira) contra USD 21.450 milhares (com um peso de 2,64% sobre a carteira) no mesmo período de 2012.

	2013	2013	Peso	2012	2012	Peso	Δ
	AOA'000	USD'000	(%)	AOA'000	USD'000	(%)	%
Crédito líquido	85 963 777	880 609	-	75 825 141	791 280	-	13%
Provisões para crédito	(1 710 555)	(17 523)	-2%	(2 107 864)	(21 997)	-3%	-19%
Crédito bruto	87 674 332	898 132	-	77 933 005	813 277	-	12%
Crédito vincendo	85 835 854	879 299	100%	75 877 565	791 827	100%	13%
Crédito vencido	1 838 478	18 833	2%	2 055 440	21 450	3%	-11%
Nº dias de atraso							
15-30	357 671	3 664	19%	348 237	3 634	17%	3%
30-60	27 110	278	1%	263 455	2 749	13%	-90%
60-90	103 932	1 065	6%	112 809	1 178	5%	-8%
90-150	298 435	3 057	16%	330 886	3 453	16%	-10%
150-180	277 652	2 844	15%	161 856	1 689	8%	72%
>180	773 678	7 926	42%	838 197	8 747	41%	-8%

(*) O peso apresentado reflecte a carteira de crédito total líquida de provisões.

Adicionalmente e com vista a mitigar o risco da carteira, durante o ano de 2013 foram instituídos novos Normativos de limites de concessão crédito entre as estruturas, bastante conservadores, definidos por escalões de aprovação, com excepção dos produtos padronizados, nomeadamente crédito automóvel e crédito salário para os colaboradores das empresas com salários domiciliados no BNI.

As demais propostas de crédito são analisadas individualmente na Direcção de Análise de Risco e Crédito e submetidas ao Comité de Crédito de nível de 1.

Em conjunto com outras políticas do Banco, são nesta fase devidamente ponderados vários factores e tomadas de decisões estratégicas que permitem manter a linha de gestão do crédito com os objectivos globais do Banco.

Como complemento do processo de gestão do crédito, composto pela avaliação, monitorização e controlo do crédito e como garantia do sucesso do mesmo, é imprescindível assegurar o acompanhamento dos resultados obtidos para o ajustamento das metas e das estratégias definidas, assim como como a divulgação de informação e de resultados relevantes às áreas que, directa ou indirectamente estão envolvidas na concessão de crédito.

A obtenção dos pareceres das mesmas quanto ao processo de gestão do crédito também é parte integrante do processo.

2013						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		879 299	18 833	898 132	17 523	-
Nulo	A	1 452	22	1 475	0	0%
Muito Reduzido	B	827 327	3 392	830 718	9 143	1%
Reduzido	C	19 878	4 231	24 109	756	3%
Moderado	D	695	1 193	1 889	193	10%
Elevado	E	663	3 082	3 744	764	20%
Muito Elevado	F	1 089	3 123	4 212	2 148	50%
Perda	G	1 005	3 424	4 430	4 519	100%
Juros a receber		27 190	366	27 556	-	-

2012						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		791 826	21 450	813 276	21 997	-
Nulo	A	39 840	149	39 989	-	0%
Muito Reduzido	B	687 624	2 975	690 599	7 264	1%
Reduzido	C	35 659	4 802	40 461	1 184	3%
Moderado	D	23	2 976	2 999	296	10%
Elevado	E	1 638	2 826	4 464	875	20%
Muito Elevado	F	368	3 588	3 956	1 946	50%
Perda	G	7 403	3 298	10 701	10 433	100%
Juros a receber		19 271	836	20 107	-	-

Risco Cambial

O Risco Cambial advém da possibilidade de flutuação da taxa de câmbio do mercado originando a desvalorização dos contravalores das posições activas e passivas do Balanço em moeda nacional, assim como das responsabilidades denominadas em moeda estrangeira.

A gestão do Risco de taxa de Câmbio de posições estruturais ou resultantes de negócios com clientes do Banco encontra-se delegada a Direcção Financeira Internacional – DFI, tendo em conta os limites estipulados pelo BNA.

Deste modo, o Banco procura de forma activa minimizar o Risco Cambial, assegurando que para cada moeda, as suas posições activas e passivas estejam niveladas.

No que tange a moeda estrangeira, o BNI actua essencialmente com Dólares norte-americanos e a exposição à outras moedas possui um caracter residual.

Este acompanhamento é feito por meio de um controlo diário, a nível interno, da posição cambial, exposição cambial, tal como para efeitos de reporte ao BNA através dos relatórios de exposição cambial e de operações de compra de divisas.

Risco de Liquidez ou Funding

O Risco de Liquidez ou Funding inclui todas as situações associadas ao facto de uma instituição se encontrar impossibilitada de cumprir os seus compromissos a tempo ou de apenas o conseguir fazer por meio de empréstimos de urgência, provavelmente com um custo elevado.

A gestão liquidez é realizada numa base diária através de um sistema de gestão sincronizado que permite a monitorização das disponibilidades do Banco, prever cash-flows, controlar os principais rácios de liquidez permitindo assim uma gestão de tesouraria eficiente, capaz de responder as operações do Banco sem colocar em risco as necessidades de curto e longo prazo dos nossos clientes.

Risco de Compliance

Risco de compliance é definido como o risco de sanções legais, perdas financeiras materiais ou perda de reputação do Banco possa sofrer como resultado de sua falha em cumprir com as leis, seus próprios regulamentos, código de conduta e normas das melhores boas práticas.

Risco de compliance é, por vezes também referido como risco de integridade, porque a reputação de um banco está intimamente ligado com a sua adesão aos princípios de integridade e lícita.

De acordo com o Comité de Basileia de Supervisão Bancária "A função de compliance deve ter um estatuto formal dentro do banco para dar-lhe a posição adequada, autoridade e independência". Isto pode ser definido na política de cumprimento por parte do banco ou em qualquer outro documento formal. O documento deve ser comunicado a todos os funcionários em todo o banco.

Uma reputação sólida



- // Enquadramento Regulamentar
- // Envolvente Económica e Financeira
- // Análise Financeira



Enquadramento Regulamentar

Principais limites e rácios prudenciais em vigor a 31 de Dezembro de 2013

Liquidez

- **Reservas Obrigatórias** (Instrutivo N.º 03/2013 de 01 de Julho) - O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência definida nos números 2 e 3, exceptuando as contas dos Governos Central e Governos Locais e Administrações Municipais, é de 15% para MN e ME. O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das contas do Governo Central e Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 100% (ME 100%) e 50% (ME 100%), respectivamente sobre os saldos diários das contas destas instituições.

Crédito

- **Exposição máxima por cliente** (Aviso n.º 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 25% dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR). O excesso deverá ser reduzido ao cálculo dos FPR;
- **Exposição máxima global** (Aviso n.º 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 300% dos FPR para os 20 maiores devedores;

- **Crédito em moeda estrangeira** (Aviso n.º 03/12 de 28 de Março) – Não é permitida a concessão de crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes finalidades: assistência financeira de liquidez, incluindo, dentre outras, as contas correntes caucionadas, financiamento automóvel, empréstimos ao consumo, micro crédito, adiantamentos a depositantes ou descobertos e outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano);
- **Provisões para Crédito** (Aviso n.º 3/12 de 28 de Março) – Os créditos concedidos e as garantias prestadas, devem ser classificados em ordem crescente de risco, tendo em conta as características e os riscos da operação e do tomador do crédito. A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista anualmente, com base na qualidade do cliente e em relação à operação, e mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Fundos Próprios

- **Valor mínimo dos Fundos Próprios** (art.º 75 da Lei n.º 13/05 de 30 de Setembro e Aviso n.º 4/07 de 12 de Setembro) – Igual ao capital social mínimo exigido;
- **Reserva legal** (art.º 327 da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76 da Lei 15/05 de 30 de Setembro) – Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social;

- **Definição dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR)** (aviso n.º 5/07 de 12 de Setembro e Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho – (ver nota 1);

Fundos Próprios de Base (FPB)(Tier 1)

A somar	Art.3.1.1
+Capital	
+Reservas de actualização monetária do capital social	a)
+Lucros e prejuízos transitados	b)
+Reserva legal, reserva especial e outras reservas	c)
+Resultado líquido do exercício em curso	d)
A deduzir	Art.3.1.2
-Ações ou quotas próprios em tesouraria	a)
-Não aplicável (Nota 1)	b)
-Empréstimos com natureza de capital	c)
-Imobilizações financeiras	d)
-Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	e)
-Imobilizações incorpóreas	f) e g)
-Outros valores a determinar pelo BNA	h)

Fundos Próprios Complementares (Tier 2) < 100% FPB

A somar	Art.3.2
Não aplicável (Nota 1)	a)
Não aplicável (Nota 1)	b)
+Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio ((1º) 25% dos FPB e (2º) < 50% do seu valor)	c)
+Dividas subordinadas e instrumentos híbridos de capital ((1º) 50% dos FPB e (2º) < 50% valor div. 5 anos ant. venc.)	d)
+Outros fundos	e)

Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho. (ver possibilidade de incluir o cálculo do rácio de solvabilidade)

- **Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)** (Aviso n.º 05/07 de 12 de Setembro, Instrutivo n.º 3/11 de 8 de Junho e Instrutivo n.º 6/07 de 12 de Setembro) – O cálculo do RSR é efectuado da seguinte forma: $RSR = FPR / (\text{Risco de crédito} + (\text{Risco de Câmbio e ouro}/10\%))$. O limite mínimo permitido para o Rácio de Solvabilidade é de 10%.

Risco Cambial

- **Actualização cambial** (Aviso nº 2/09 de 08 de Maio)
 - As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços do Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos 3 (três) anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizações e dos fundos próprios.
- **Exposição Cambial** (Aviso nº 05/10 de 10 de Novembro e Directiva nº 33/DSI/11 de 1 de Abril) – O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extrapatrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de +20% dos FPR para as posições activas (longas) e -20% para as posições passivas (curtas).

Imobilizações

- Rácio de Imobilizado** (Aviso nº 07/12 de 30 de Março)
- As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo não podem exceder os 100% dos FPR.

Regulamentação relevante para o sector financeiro aprovada em 2013

Data	Avisos	Assunto
19 de Abril	01 /2013	Estabelece as políticas e os processos que as instituições financeiras devem instituir no âmbito da governação corporativa
19 de Abril	02 /2013	Visa regular a obrigação de estabelecimento de um sistema de controlo interno pelas instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Nacional de Angola.
22 de Abril	03 /2013	Estabelece o âmbito da supervisão em base consolidada, para efeitos prudenciais, de acordo com as competências atribuídas ao Banco Nacional de Angola da Lei das Instituições Financeiras.
22 de Abril	05 /2013	Estabelece que, doravante, todas as transferências interbancárias a crédito, passam a ser obrigatoriamente efectuadas através do Subsistema de Transferências a Crédito (STC) ou do Sistema de Pagamentos em Tempo Real (SPTR).
09 de Junho	10 /2013	Estabelece os requisitos e procedimentos relativos à aquisição e aumento, directa ou indirecta, de participação, bem como da fusão ou cisão de instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola.
11 de Julho	12 /2013	Estabelece os requisitos e procedimentos para a autorização de alterações aos estatutos das instituições financeiras sob a supervisão do Banco Nacional de Angola.
31 de Julho	13 /2013	Estabelece as regras e procedimentos que devem ser observados na realização de actos, negócios ou transacções relacionados com viagens, e transferências correntes bem como pagamentos de serviços e rendimentos quando se efectuarem entre o território nacional e o estrangeiro
15 de Novembro	14 /2013	Define o montante de AOA 2.500.000.000,00 (Dois mil milhões e quinhentos milhões de Kwanzas) como Capital social mínimo das instituições financeiras bancárias.

Data	Decretos	Assunto
13 de Dezembro	Decreto Presidencial n.º 212/13	Estabelece a organização e o funcionamento da Unidade de Informação Financeira.

Data	Instrutivos	Assunto
22 de Março	01 /2013	Estabelece a regulamentação do envio de informação ao Banco Nacional de Angola por parte das instituições financeiras, no âmbito das disposições sobre a governação corporativa e o sistema de controlo interno, previstas nos Avisos n.º 01/2013 de 22 de Março e n.º 02/2013 de 22 de Março, respectivamente.
1 de Julho	03 /2013	Estabelece (Instrutivo N.º 03/2013 de 01 de Julho) o coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência definida nos números 2 e 3, exceptuando as contas dos Governos Central e Governos Locais e Administrações Municipais, é de 15% para MN e ME. O coeficiente de Reservas Obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das contas do Governo Central e Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 100% (ME 100%) e 50% (ME 100%), respectivamente sobre os saldos diários das contas destas instituições.
26 de Agosto	05 /2013	Visa assegurar a manutenção de níveis adequados de liquidez para salvaguarda da estabilidade do sistema financeiro e preservação do valor da moeda nacional.
19 de Novembro	09 /2013	Define os limites de valor em emissão de cheques e subsistema de compensação
20 de Novembro	08 /2013	Define a obrigação de emissão de documento comprovativo de instrução de transferência, os termos e condições de elementos de informação e os requisitos para a sua certificação pela instituição financeira ordenante.

Fonte: BNA

Envolverte Económica e Financeira

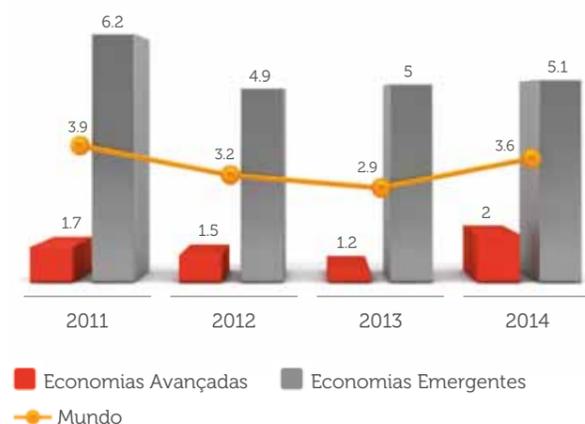
Contexto Económico Mundial - Evolução Recente e Perspectivas

A Economia Mundial cresceu 2,9% durante o ano de 2013, segundo o World Economic Outlook (WEO), apenas menos 0,3 pontos que no ano da 2012, em que este crescimento foi de 3,2%.

O crescimento mundial, além de reflectir o recente abrandamento das Economias Emergentes (5,0%), também espelha o crescimento anémico das Economias Avançadas (1,2%), que ainda não recuperaram totalmente da crise financeira internacional de 2008.

As Economias Emergentes e Em Desenvolvimento, que tinham tido tão boas performances nos últimos anos, revelaram alguns problemas de capacidade, de abrandamento do crédito à economia e de volatilidade dos preços das "commodities".

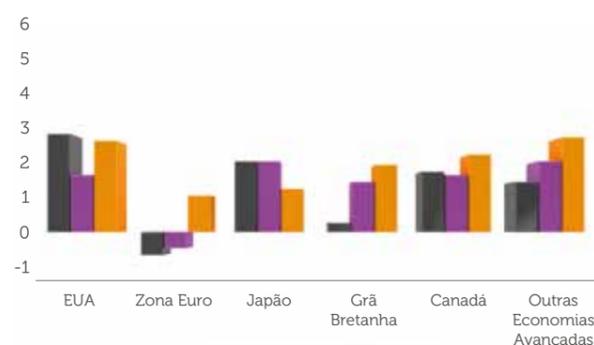
Taxas de Crescimento das Economias Mundial, Avançadas e Emergentes



Fonte: WEO

Mesmo num clima de incerteza, os analistas prevêem que a Economia Mundial irá recuperar em 2014, para taxas da ordem dos 3,6%, com praticamente o mesmo crescimento para as Economias Emergentes, em 2013 e 2014, de cerca de cinco por cento e uma aceleração no crescimento das Economias Avançadas, que irão crescer 2%, contra os 1,2%, 1,5% e 1,7%, em 2013, 2012 e 2011, respectivamente.

Desempenho do PIB nas Principais Economias (taxas de variação)



Fonte: WEO

Em 2013 a Zona Euro continuou a apresentar um crescimento do PIB negativo, embora em menor grau que no ano anterior, ou seja, -0,4% contra -0,6%, esperando-se que já cresça 1% em 2014.

Os Estados Unidos da América, apresentaram uma desaceleração em 2013, relativamente ao ano transacto, ou seja, 1,6% contra 2,8%, prevendo-se que recuperem em 2014 para taxas da ordem dos 2,6%.

Contrariamente, o Japão, após ter apresentado taxas da ordem dos 2% em 2012 e 2013, crescerá apenas 1,2% em 2014.

As dificuldades económicas dos Países Desenvolvidos, também têm reflexos negativos nos Países Em Desenvolvimento, nomeadamente através da quebra das exportações e do aumento da volatilidade dos fluxos de capital.

As grandes Economias em Desenvolvimento, também enfrentam alguns problemas internos, como é o caso da China, a segunda maior potência mundial, havendo um declínio do investimento e restrições de financiamento em alguns sectores da economia.

Assim, apesar de haver perspectivas positivas para 2014, ainda persistem muitas incertezas, desafios e riscos, que poderão abrandar o crescimento da Economia Mundial em 2014.

Economias Avançadas: Crescimento PIB Real, Inflação e Desemprego (em%)

	PIB pm Projecções			Inflação Projecções			Desemprego Projecções		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
EUA	2,8	1,6	2,6	2,1	1,4	1,5	8,1	7,6	7,4
Zona Euro	-0,6	-0,4	1,0	2,5	1,5	1,5	11,4	12,3	12,2
Japão	2,0	2,0	1,2	0,0	0,0	2,9	4,4	4,2	4,3
Grã-Bretanha	0,2	1,4	1,9	2,8	2,7	2,3	8,0	7,7	7,5
Canadá	1,7	1,6	2,2	1,5	1,1	1,6	7,3	7,1	7,1
Outras Economias Avançadas	1,4	2,0	2,7	2,1	1,7	2,1	1,5	1,0	1,1

Fonte: WEO

A crise mundial de Emprego continua. O desemprego permanece muito elevado em todo o mundo e em particular nos Países Desenvolvidos, onde a média do desemprego atingiu cerca de 8% em 2012 e 2013, sobretudo na Europa, onde a situação é mais crítica.

Para além das conhecidas crises da Grécia, da Irlanda e de Portugal, também grandes economias, como a França, a Itália e a Espanha, estão a dar sinais preocupantes. Na Zona Euro, a taxa de desemprego estimada para 2013, é da ordem dos 12,3% e prevê-se 12,2% para 2014.

No Japão, em 2013, estima-se que 4,2% da força de trabalho estivesse desempregada, prevendo-se um desemprego da mesma ordem para 2014, ou seja, 4,3%. Nos EUA, os dados previsionais do desemprego, embora ainda elevados, tiveram uma quebra, passando de 8,1% em 2012, para 7,6% e 7,4% em 2013 e 2014, respectivamente.

Para 2014, o problema da criação de empregos duradouros e sustentáveis deverá ser uma das prioridades das políticas económicas dos Países Desenvolvidos. Como as taxas de crescimento económico se vão manter baixas, é provável que as taxas de desemprego se mantenham elevadas até 2016. Este cenário é também preocupante nos países menos avançados, que estão mais expostos às variações nos preços das "commodities" e recebem menos ajudas externas, devido às dificuldades e duras medidas de austeridade dos tradicionais países doadores. A Inflação, apresentou taxas moderadas na maioria dos Países Desenvolvidos.

As quedas dos salários, do consumo, da procura em geral e a baixa produção, têm reflexos na manutenção dos preços baixos, que deverá prosseguir nos próximos anos. Nos EUA, espera-se que a inflação caia de 2,1% em 2012, para 1,4% em 2013 e 1,5% em 2014. Na Zona Euro, a inflação também terá tendência para a queda, passando de 2,5% em 2012, para 1,5% em 2013 e 2014, respectivamente.

Uma tendência inversa se regista no Japão, que passou de zero em 2012 e 2013, para 2,9% em 2014, devido à prevista dinamização da economia.

Na maioria dos Países Em Desenvolvimento, a inflação embora tenha caído em 2012, ainda permanece relativamente elevada.

Em 2013 registou-se um aumento dos preços mundiais dos alimentos, em consequência nomeadamente da seca em algumas regiões produtoras e dos elevados preços do petróleo, o que exerceu uma pressão inflacionista sobretudo nos Países em Desenvolvimento, que também têm economias mais dinâmicas.

Os Termos de Troca, que medem os preços que um país recebe pelas suas exportações, em comparação com o que paga pelas importações, foram mais favoráveis para os Países Emergentes e Em Desenvolvimento.

Varição Anual dos Preços de Bens e dos Termos de Troca

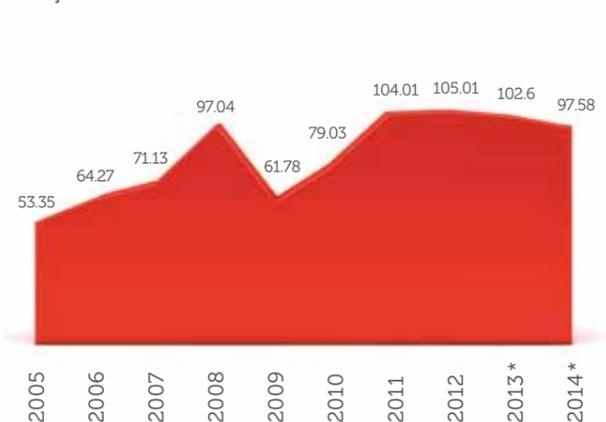
	2011	2012	2013	2014*
Varição de Preços				
Produtos Manufacturados	6,6	-1	0,2	-1
Petróleo Bruto	31,6	1	-0,5	-3
Produtos Primários Não Energéticos	17,9	-9,9	-1,5	-4,2
Alimentos	19,9	-2,2	0,6	-6,4
Bebidas	16,6	-18,6	-14,7	-3,2
Produtos Primários Agrícolas	22,7	-12,7	1,3	2,6
Metal	13,5	-16,8	-3,9	-4,6
Varição dos Termos de Troca				
Economias Avançadas	-1,6	-0,7	0	-0,2
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	3,2	0,5	-0,5	-0,4

*Previsão Fonte: WEO

As previsões para 2013 e 2014, revelam uma quebra dos preços dos Produtos Primários Não Energéticos, embora inferior à de 2012, com destaque para as "Bebidas" e "Metal", devido às perspectivas em alta para o crescimento das Economias Avançadas.

O preço do Petróleo Bruto também poderá ser afectado por esta tendência, podendo cair cerca de -0,5% em 2013 e -3,0% em 2014, após ter crescido 31,6% em 2011 e 1,0% em 2012, embora ainda se mantenha elevado, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Preço do Petróleo Bruto



*Previsão Fonte: FMI

No que concerne às Taxas de Juro e também de acordo com o FMI, continuam a obedecer a um comportamento estável e a uma política de manutenção de taxas baixas. As Economias Avançadas encontram-se mais perto do zero.

A Zona Euro variou de 1% em 2011, para 0,5% em 2013, devido sobretudo às decisões do Banco Central Europeu de reduzir as taxas de juro, devido à crise da dívida soberana dos países desta Zona.

Por razões idênticas, os EUA tinham em 2012 taxas de juro na ordem dos 0,25%, como medida de estímulo à economia, decretada pelo Federal Reserve e esta tendência deve permanecer em 2013 e 2014.

Taxas de Juros



*Previsão Fonte: FMI

Ainda no que concerne às taxas de juro e de acordo com o FMI, a LIBOR (London Interbank Offered Rate) a seis meses e em dólares dos EUA foi, em média, 0,5% em 2013 e será semelhante em 2014. Os depósitos em euros a três meses, rodaram os 0,2% em 2013 e serão da ordem dos 0,4% em 2014. Os depósitos de seis meses em ienes, por seu turno, serão da ordem dos 0,2% em 2013 e 2014.

Economia Angolana

Em 2013 a economia angolana continuou a crescer a um ritmo muito considerável, a inflação situou-se num novo mínimo e prosseguiu com sucesso a estratégia de estabilização económica.

O ano de 2013 foi efectivamente marcado pela consolidação da política de estabilização macroeconómica, iniciada com o apoio do FMI em 2010 e que já tinha sido implementada com sucesso em 2011 e 2012.

Os principais indicadores, nomeadamente a inflação, a taxa de câmbio, o nível de reservas em divisas internacionais e as contas públicas, revelaram em 2013 uma convergência nesse sentido de estabilização, devido à política económica prosseguida, nomeadamente no âmbito das políticas monetárias e orçamental.

Desde 2013 que a trajectória da economia angolana se esquadra também no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de médio prazo, para o período de 2013 a 2017.

Neste Plano, as grandes opções consistem no alargamento da base de crescimento económico, na correcção dos principais desequilíbrios que ainda subsistem no sector real da economia, de forma a reduzir a sua grande dependência do Sector Petrolífero, desenvolvendo os outros sectores estruturantes da economia, valorizando o factor produtivo trabalho, tanto pela vertente da formação e do aumento da produtividade, como pela criação de novos empregos, sobretudo no Sector Não Petrolífero.

Toda esta estratégia passa pela promoção do desenvolvimento do sector privado, através da introdução de melhorias, até na estrutura do ambiente de negócios e do empreendedorismo (Lei nº20/11, de 20 de Maio- Do Investimento Privado), do Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROAPEN), incluindo o Balcão Único do Empreendedor (BUE), a reforma fiscal (PERT-Projecto Executivo para a Reforma Tributária), além de uma política de substituição de importações e de uma maior inserção da economia angolana no contexto económico internacional.

O incremento do investimento privado de origem angolana, é um dos principais objectivos estratégicos, reflectido na Lei nº30/11, de 12 de Setembro, sobre as Micro, Pequenas e Médias Empresas, acompanhado do programa Angola Investe que, apesar de já ter aprovado cerca de 200 processos, ainda tem muitas potencialidades.

Nos últimos seis anos, a economia angolana revelou boas taxas de crescimento, não obstante a crise económica e financeira internacional foi o Sector Não Petrolífero o que mais contribuiu para esta performance, o que é também louvável, na óptica da necessária diversificação da economia.

Após a superação da crise internacional, que levou a que o Produto crescesse a taxas mais baixas, quer em 2009, com 2,4%, quer em 2010 e 2011, com 3,4%, registou-se uma substancial recuperação do ritmo de crescimento da actividade económica, em 2012 e 2013 com taxas da ordem dos 5%.

Taxas Reais de Crescimento do PIB (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
PIB pm	13,8	2,4	3,4	3,4	5,3	5,1
Sector Petrolífero	12,3	-5,1	-3,0	-5,6	4,3	2,6
Sector Não-Petrolífero	14,0	8,3	7,8	9,1	5,6	6,5
Agricultura	1,9	29,0	6,0	11,4	-22,5	8,6
Pescas e Derivados	-2,4	-8,7	1,3	3,5	9,7	9,8
Diamantes e Outros	-8,2	4,6	-10,3	-3,3	0,3	6,6
Indústria Transformadora	11,0	5,3	10,7	3,8	6,5	8,0
Construção	25,6	23,8	16,1	6,8	7,5	7,6
Energia	26,1	21,3	10,9	15,0	23,9	22,4
Serviços Mercantis	26,9	-1,4	8,7	12,3	10,0	5,4
Outros	1,9	5,9	4,7	8,2	8,3	5,0

*Previsão Fonte: MPDT

Com efeito, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 cresceu 5,1%, de acordo com as estimativas mais recentes do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial-MPDT, muito acima da média Mundial (2,9%), não comparável com a Zona Euro, em que este foi mesmo negativo (-0,4%), melhor que o dos EUA (1,6%) e do Japão (2,0%), semelhante à média das Economias Emergentes (5%) e em linha com os países exportadores de petróleo da África Subsaariana.

Esta evolução foi menos suportada pelo crescimento do Sector Petrolífero, que apresentou uma taxa de 2,6% em 2013, contra os 4,3% observados no ano transacto e cada vez mais pelos Sectores Não Petrolíferos (6,5%).

Evolução do PIB (taxas reais de crescimento em %)



*Previsão Fonte: MPDT

Dentro destes, o destaque vai para os sectores da "Energia", com uma taxa real de crescimento de 22,4%, das "Pescas e Derivados" com 9,8% e da "Agricultura" com 8,6%, que continuam a ser beneficiados por uma política de investimentos públicos, seguidos da "Indústria Transformadora" com 8,0% e da "Construção" com 7,6%.

Dentro dos sectores de actividade económica mais promissores, no âmbito do Programa de Reconstrução Nacional (PRN) e de projectos de investimento privado, destacam-se a Construção e Modernização de Infra-Estruturas, o Imobiliário, o Material de Construção e Cimentos, a Agro-Indústria, a Alimentação e Bebidas e a Distribuição.

Estes dados reflectem também a preocupação da diversificação da economia, que permanece e, como tal, a necessidade de recuperar as infra-estruturas, manter a inflação controlada e estimular o investimento estruturante, nomeadamente privado, bem como a criação de grupos económicos nacionais.

O ritmo de expansão da actividade económica foi um pouco mais baixo que o inicialmente previsto, também em parte devido à desaceleração do crédito à economia, por parte dos bancos, devido sobretudo à escassez de projectos financiáveis e a uma mais baixa execução das despesas de capital do Estado.

No sentido de promover a produção nacional, a melhoria das condições de vida da população e a gradual e desejável auto-suficiência da economia angolana, o governo continuou a implementar um conjunto diversificado de investimentos, nomeadamente no sector eléctrico, com a construção e reparação de estruturas paradas e o reforço da interligação dos três principais sistemas eléctricos, do Norte, Centro e Sul do País.

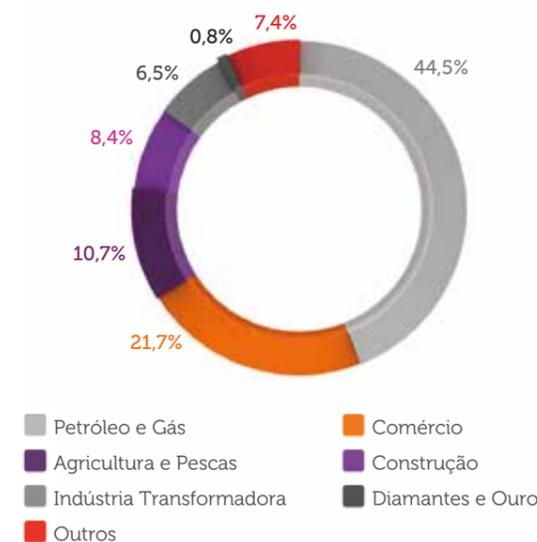
Note-se que o Sector Energético ainda revela grandes carências, nomeadamente no seu fornecimento, na baixa taxa de acesso à electricidade, nas limitações à produção da energia eléctrica, com elevados custos de produção e pesados subsídios.

Estão previstos investimentos noutras fontes de energia alternativas, como a solar, a eólica, o gás natural e os biocombustíveis.

Assistiu-se também ao combate à economia informal e a um grande esforço na melhoria das redes de distribuição. No que concerne às infra-estruturas de transportes, assistiu-se a um esforço no sentido da reabilitação de estradas, de caminhos-de-ferro e de portos.

No que concerne à estrutura sectorial do Produto, apesar de continuarem a existir boas perspectivas de crescimento dos Sectores Não Petrolíferos, a produção petrolífera ainda representou, em 2012, cerca de 44,5% do PIB e as exportações de petróleo ainda foram a grande fonte de financiamento das despesas governamentais.

Repartição do PIB por sectores 2012



*Previsão Fonte: MPDT

O Sector Petrolífero por seu turno, tem sido estimulado por várias novas descobertas e deverá haver novas licenças de exploração nos anos vindouros, para o desenvolvimento de novos campos de petróleo.

Angola é o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana, após a Nigéria, com uma produção de cerca de 1,7 milhões de barris por dia.

A repartição do PIB por sectores e segundo o BNA (Gráfico anterior), revela ainda que o segundo maior sector de actividade é o do "Comércio", com 21,7%.

O bom dinamismo e a estabilidade da economia angolana, o crescimento do mercado interno e do consumo e de uma classe média emergente, conferem ao Sector do Comércio múltiplas oportunidades.

O crescimento do poder de compra é bem patente no aumento do "PIB per capita" que, segundo o FMI, passou de USD 585 em 2000, para USD 5.061 em 2011, podendo atingir USD 6.392 em 2016.

Dentro do sector do "Comércio", destacam-se as novas estruturas de distribuição, nomeadamente do comércio a retalho, nomeadamente as chamadas "lojas de proximidade", os mercados grossistas, os centros de logística e as tão necessárias redes de acesso ao interior e exterior do País, nomeadamente rodoviário, ferroviário e marítimo.

Para além dos substanciais esforços governamentais em dotar Angola de cada vez mais estruturas comerciais, também se registaram muitos e fortes investimentos privados, que irão prosseguir.

A "Agricultura e Pescas", com 10,7%, é o segundo sector produtivo não petrolífero de Angola, com imensas potencialidades ainda não exploradas, possuindo recursos que permitirão a Angola não só ser auto-suficiente, como um dos mais ricos países agrícolas de África.

Outro sector muito dinâmico e ainda com imensas potencialidades, é o das "Telecomunicações", que tem sido uma prioridade da política económica e social angolana e que irá prosseguir nos próximos anos.

Apesar do seu forte progresso, o sistema de telecomunicações angolano ainda apresenta algumas fragilidades, havendo que recuperar e melhorar as infra-estruturas, de modo a melhorar os sistemas de comunicações cada vez mais importantes numa economia globalizada, onde se pretendem atenuar as desigualdades regionais e onde a carência das auto-estradas dos transportes têm que ser suplantadas pelas das comunicações.

O sector da "Construção" foi o terceiro mais dinâmico, dentro dos não petrolíferos, com 8,4%. O processo de reconstrução do País, após 30 anos de guerra civil, leva à necessidade imperiosa de criar e restaurar não só habitações, mas todas as infra-estruturas de transportes e comunicações, de equipamentos sociais, de água e energia, de saneamento básico e na saúde e educação.

Este esforço irá certamente prosseguir.

O controle da Inflação foi um dos objectivos de política económica melhor conseguidos do governo, apesar do considerável crescimento económico. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a inflação anual foi da ordem dos 9% em 2013. A conjugação das políticas monetárias, cambial e orçamental, tem facilitado estes bons resultados, que beneficiam os agentes económicos, quer os consumidores, quer os investidores e é muito importante para a preservação do poder de compra das classes mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que reforça a confiança na moeda nacional.

Variações do IPC (%)

	2013				2013				2013
	2009	2010	2011	2012	I Trim.	II Trim.	III Trim.	IV Trim.	
IPC Total	13,99	15,31	11,38	9,02	9,02	2,11	1,91	n.d.	99,02
Homóloga do IPC *	13,72	15,73	11,91	9,65					8,97

* Inflação Homóloga de Agosto Fonte: BNA, INE

Espera-se que esta tendência se mantenha, não obstante a entrada em vigor da Nova Pauta Aduaneira proteccionista, em 1 de Março de 2014.

A necessidade de proteger a produção nacional, criando barreiras alfandegárias, para que se possam desenvolver os sectores secundário e primário da economia nacional, vai a par da necessidade de preservar o poder de compra, sobretudo das classes de baixa renda, pelo que a chamada "Cesta Básica" não irá sofrer qualquer aumento.

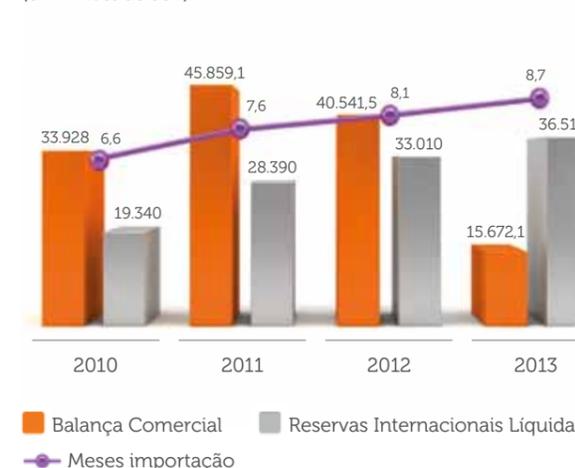
No que concerne à Balança de Pagamentos, em termos globais, estima-se que apresente em 2014 um excedente e uma queda das importações, como consequência da Nova Pauta Aduaneira, contra um saldo nulo previsto para 2013.

Esta evolução terá reflexos nas Reservas, com um aumento de activos líquidos de Angola face ao exterior, o que permitirá alcançar um saldo acumulado de Reservas Brutas da ordem dos 33 mil milhões de USD em 2013 e de USD 35,6 mil milhões em 2014, segundo o BNA - Banco Nacional de Angola.

A evolução favorável das reservas oficiais em divisas, é um importante factor de confiança no valor da moeda nacional.

Esta confiança reflecte-se favoravelmente também e entre outros factores, num pequeno diferencial entre as taxas de câmbio do mercado oficial e paralelo.

Evolução das Reservas (em milhões de USD)



* Previsão Fonte: BNA

As políticas monetárias e cambiais visaram, no ano de 2013, a preservação do poder de compra e responder às necessidades de liquidez do mercado. Houve um esforço, por parte do BNA, para controlar a inflação induzida pela velocidade de circulação da moeda, o que levou ao acompanhamento cauteloso dos principais factores que influenciam a base monetária.

No que concerne à política cambial, também se registou uma certa estabilidade, visando dar resposta às necessidades de divisas no mercado e à manutenção da taxa de câmbio USD/AOA na ordem dos 96,4, que até revelou uma ligeira depreciação. No segundo semestre de 2013, devido ao novo regime cambial aplicável às empresas petrolíferas, houve um aumento da oferta de divisas e uma menor pressão compradora junto do BNA.

Quanto à política monetária, e no que concerne ao Mercado Primário, até Agosto de 2013, exceptuando os Bilhetes de Tesouro (BT), que entre Maio e Agosto registaram emissões líquidas significativas, foi expansionista para todos os restantes títulos públicos, devido às operações de resgates líquidos.

A interrupção da emissão de Títulos do Banco Central (TBC), para efeitos de gestão de liquidez, criou condições para o aumento do crédito titulado ao Tesouro Nacional. As condições de financiamento do tesouro público registaram uma ligeira melhoria.

O mercado de Obrigações do Tesouro (OT), emitidas em kwanzas e indexadas às flutuações cambiais, apresentaram taxas de juro em torno dos 7%, para todas as maturidades, à semelhança de 2011.

O mercado de BT, registou entre Maio e Agosto de 2013, reduções ligeiras das taxas de juro em todas as maturidades, prosseguindo a tendência da melhoria das condições de financiamento do tesouro público, iniciado há alguns anos.

As transacções destes títulos da dívida pública, vão ser dinamizados pela nova Bolsa de Dívida e de Valores de Angola (BODIVA), prevista para 2014 que, tal como a Central de Valores Mobiliários de Angola (CEMAVA), foram aprovados pela Comissão Económica do Conselho de Ministros, em Janeiro de 2014.

Quanto ao Mercado Secundário, as intervenções do BNA no mercado interbancário, no sentido de influenciar as condições monetárias oferecidas pelo sistema bancário ao público em geral, nomeadamente a aplicação de taxas de juro de crédito mais baixas, até para controlar a inflação, tiveram um efeito cumulativo de contracção monetária.

A taxa de desconto passou para cerca de metade, de 20% para 11%, por decisão do Comité de Política Monetária, em meados de 2013 e novamente a 25 de Novembro, para 10,25%.

O mercado interbancário revelou quedas da LUIBOR em todas as maturidades, o que para além da diminuição da Taxa de Juro Básica de 9,75% para 9,25% e da manutenção da Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 0,75%, foi em tudo consistente com a evolução da queda da taxa de inflação.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) melhoraram.

Agregados Monetários

Situação Monetária (Mil Milhões de Kwanzas)	2013		
	II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre
Activos Externos Líquidos	3 509,54	3 590,06	3 801,92
Reservas Internacionais Líquida	3 124,03	3 201,97	3 267,45
Mil Milhões de USD	32,44	33,25	33,93
Activos Internos Líquidos	555	539	827
Crédito Interno Líquido	1 840	1 964	2 524
Crédito ao Governo Central	-1 280	-1 123	-1 021
Crédito a Economia	2 753	2 721	3 171
Meios de Pagamento M3	4 065	4 127	4 629

Fonte: BNA

Os stocks de Activos Externos Líquidos (AEL), situaram-se nos terceiro e quarto trimestres de 2013, em AOA 3.590,06 e AOA 3.801,92 mil milhões, respectivamente. Isto deveu-se sobretudo ao aumento significativo dos depósitos dos bancos comerciais em moeda estrangeira, devido à implementação da última fase da nova Lei do Regime Cambial das empresas petrolíferas que, em parte, também levou a que mais bancos tivessem iniciado a sua actividade em Angola.

O sector bancário é um dos mais dinâmicos e sofisticados de Angola, tendo crescido muito na última década. Tem-se assistido a uma concorrência crescente e à melhoria substancial da taxa de bancarização que, apesar de tudo, ainda é baixa. Os principais bancos tem-se expandido muito, quer em número de balcões, quer na tentativa de já estarem presentes nas 18 províncias de Angola.

Por último, no que concerne os Meios de Pagamento e de acordo com o BNA, os agregados monetários M1, M2 e M3, em moeda nacional, apresentaram nos dois primeiros trimestres de 2013 uma contracção face aos períodos homólogos do ano anterior.

Meios de Pagamentos

Meios de Pagamentos (Mil Milhões de Kwanzas)	2012	2013		
		II Trimestre	III Trimestre	IV Trimestre
Meios de Pagamento M3 (em MN)	3 876	4 065	4 127	4 629
Meios de Pagamento M2	2 048	2 023	2 206	2 480
M2 em MN	3 799	1 984	2 162	2 431
Moeda M1	2 009	2 387	2 590	2 880
M1 em MN	1 286	1 225	1 365	1 572
Notas e Moedas em poder do público	245	201	225	286
Depósitos à Ordem	1 970	2 186	2 364	2 594
Depósitos à Ordem MN	1 041	1 024	1 139	1 286
Depósitos à Ordem ME	929	1 162	1 225	1 308
Quase Moeda (QM)	1 584	1 604	1 753	1 802
Depósitos a prazo MN	724	759	797	859
Depósitos a prazo ME	861	845	956	943
Outros Instrumentos Financeiros	77	74	84	92
Outros Instrumentos Financeiros MN	39	39	45	49
Depósitos Totais	3 555	3 790	3 818	4 251
Depósitos MN	1 765	1 783	1 926	2 290
Depósitos ME	1 790	2 007	1 891	1 961

Fonte: BNA

Contudo a rubrica Depósitos à Ordem em Moeda Estrangeira, apresentou uma forte expansão no segundo trimestre, certamente justificada pela antecipação das operações das empresas petrolíferas, decorrentes da introdução da nova Lei Cambial, em Julho de 2013.

No que respeita ao Mercado de Capitais, no mês de Outubro, foi publicado um pacote legislativo muito importante, com a definição do enquadramento regulamentar para o arranque e funcionamento deste mercado em Angola.

Assim, os Decretos Legislativos Presidenciais (DLP) nº 4 e 5, de 9 de Outubro, aprovaram as bases do Mercado Regulamentado da Dívida Pública e o Regime Jurídico das Sociedades Corretoras e Distribuidoras de Valores Mobiliários, respectivamente.

O DLP nº6/13, de 10 de Outubro, aprovou o regime jurídico das Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentados de Serviços Financeiros sobre Valores Mobiliários, que integram as Sociedades Gestoras de Câmaras de Compensação, as Sociedades Gestoras de Sistemas de Liquidação e as Sociedades Gestoras do Sistema Centralizado de Valores Mobiliários.

Por último, o DLP nº 7/13, de 11 de Outubro, aprovou o Regime Jurídico das OIC - Organismos de Investimento Colectivo, que podem ser "Fundos de Investimento" ou "Sociedades de Investimento".

Espera-se que durante 2014 arranque o mercado de capitais em Angola, mas inicialmente apenas para a dívida pública titulada.

Análise Financeira

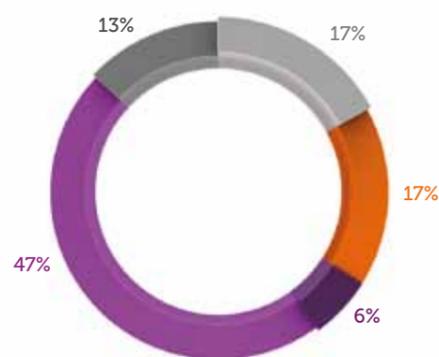
O ano de 2013 foi bastante positivo para o sector financeiro Angolano, em que, apesar do conjunto de medidas instrutivas impostas pelo Banco Nacional de Angola no sentido de regular cada vez melhor a actividade Bancária, de acordo com as normas e boas práticas internacionais, o sistema manteve o nível de crescimento dos anos anteriores.

Para o Banco de Negócios Internacional, o ano de 2013 fica marcado pela postura conservadora na concessão de crédito, devido ao elevado nível de incumprimento verificado na Banca Nacional.

Estabelecido em 14 províncias, com um total de 735 colaboradores e 77 agências, o BNI serviu em 2013 um total de 127 667 clientes. Estes indicadores associados a uma gestão ousada, comprometida com as boas práticas de governação e a satisfação dos clientes, permitiu atingir valiosos resultados, como atingir os USD 1 367 565 milhares em Recursos de clientes, alcançar um Activo líquido de USD 1 886 690 milhares, Fundos Próprios no valor de USD 221 400 milhares e um rácio de Solvabilidade de 14,92% (14,73% em 2012).

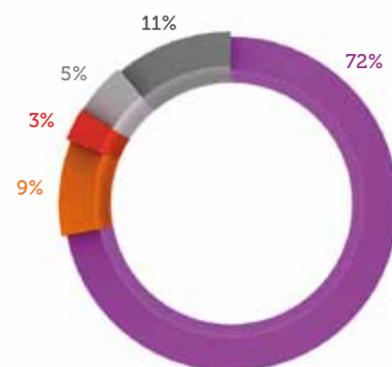
Composição do Balanço 2013

Activo



- Disponibilidades
- Aplicações de Liquidez
- Títulos e Valores Imobiliários
- Crédito a Clientes
- Outros Activos

Passivo e Fundos Próprios



- Depósitos de Clientes
- Outras Captações
- Fundos Próprios
- Captações de Liquidez
- Outros Passivos

Activo

Em Dezembro de 2013 o **Activo** líquido do Banco alcançou AOA 184 175 934 milhares (USD 1 886 690 milhares) contra AZ 162 144 578 milhares (USD 1 692 075 milhares) em 2012, perfazendo um crescimento de 13,59%, ou seja, AOA 22 031 356 milhares (USD 194 615 milhares), estimulado essencialmente pelo crédito concedido a clientes fixado em AOA 85 963 777 milhares (USD 880 609 milhares), representando 46,76% (2012: 46,76%) sobre o activo líquido do Banco.

O Activo do Banco é financiado maioritariamente pelos Depósitos de clientes, com um peso de 72%.

	2013			2012			Δ %
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	
Total do Activo	184 175 934	1 886 690	-	162 144 578	1 692 075	-	14%
Disponibilidades	31 438 716	322 057	17%	44 785 881	467 367	28%	-30%
Aplicações de liquidez	32 040 647	328 223	17%	5 676 096	59 233	4%	464%
Títulos e valores mobiliários (mantidos até ao vencimento)	10 247 433	104 974	6%	12 818 929	133 773	8%	-20%
Créditos a sistemas de pagamentos	600	6	0%	10 405	109	0	-94%
Operações cambiais	780 948	8 000	0%	774 166	8 079	0	1%
Crédito total	85 963 777	880 609	47%	75 825 141	791 280	47%	13%
Outros valores	8 094 746	82 922	4%	6 792 528	70 884	4%	19%
Imobilizações	15 609 068	159 899	8%	15 461 432	161 349	10%	1%

Disponibilidades

As **Disponibilidades** estabeleceram-se em AOA 31 438 716 milhares (USD 322 057 milhares) registando um decréscimo de 29,80% equivalente a AOA (13 347 165) milhares (USD (145 310) milhares), representando 17,41% (2012: 27,62%) do activo líquido.

A pressionar esta redução esteve o decréscimo das Disponibilidades em Instituições Financeiras, com um total de AOA 5 472 103 milhares (USD 56 055 milhares), apresentando uma redução de AOA (14 855 239) milhares (USD (156 072) milhares) e um peso de 2,97% (2012: 12,54%) do activo líquido.

	2013			2012			Δ %
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	
Disponibilidades	31 438 716	322 057	-	44 785 881	467 367	-	-30%
Caixa	6 137 012	62 867	20%	5 330 194	55 624	12%	15%
Disponibilidades no Banco Central	19 829 601	203 134	63%	19 128 345	199 616	43%	4%
Disponibilidades em instituições financeiras	5 472 103	56 056	17%	20 327 342	212 128	45%	-73%

Aplicações de Liquidez

As **Aplicações de Liquidez** fixaram-se em AOA 32 040 647 milhares (USD 328 223 milhares) beneficiando de um crescimento de 464,48%, AOA 26 364 551 milhares (USD 268 990 milhares). Este incremento irá permitir rentabilizar o excedente de liquidez em ME e de igual modo fazer face aos novos limites de exposição cambial impostos pelo Banco Nacional de Angola. As aplicações

de liquidez representam 17,40% do Activo total do Banco. Assim sendo, AOA 5 000 000 milhares (USD 51 220 milhares) representam o montante aplicado em Kwanzas, AOA 26 207 307 milhares (USD 268 467 milhares) representam o montante aplicado em Instituições no exterior do país em Dólares norte americanos e AOA 833 340 milhares (USD 8 537 milhares) em Euros.

Títulos

A carteira de **Títulos** do BNI é composta por Títulos da Dívida Pública Angolana, mantidos até ao vencimento, fixados em AOA 10 247 433 milhares (USD 104 974 milhares) contra AOA 12 818 929 milhares (USD 133 773 milhares) em 2012, tendo registado uma variação homóloga negativa de 20,06%, cerca de AOA (2 571 496) milhares (USD (28 799) milhares), representando 5,56% (7,91% em 2012) do Activo líquido.

Os Títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central) representam 20,86% da carteira de Títulos do Banco, sendo que os restantes 79,14% respeitam Títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Relativamente a moeda, os Títulos em MN (TBC's, BT's, OT's reajustadas e OT's indexadas ao IPC) representam 92,65% (94,21% em 2012) da carteira, enquanto os Títulos denominados em ME (Obrigações do tesouro) representam os restantes 7,35% (5,79% em 2012).

O Banco classifica os Títulos na categoria de mantidos até ao vencimento uma vez que tem a intenção e a capacidade financeira de os manter até ao respectivo vencimento.

Crédito

Em Dezembro de 2013 o **Crédito total** cifrou-se em AOA 85 963 777 milhares (USD 880 609 milhares) alcançando um crescimento de 13,37%, ou seja, AOA 10 138 636 milhares (USD 89 329 milhares), face a igual período de 2012, passando a representar 46,67% do Activo líquido do banco.

O Crédito bruto em 2013 perfez AOA 87 674 332 milhares (USD 898 132 milhares), reflectindo um crescimento de 12,50%, ou seja AOA 9 741 327 milhares (USD 84 855 milhares) em relação ao período homólogo.

	2013			2012			Δ
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	
Crédito total	85 963 777	880 609	-	75 825 141	791 280	-	13%
Crédito vivo e vencido	87 674 332	898 132	-	77 933 005	813 277	-	12%
Em moeda nacional	67 702 350	693 540	79%	56 778 073	592 513	75%	19%
Empresas	61 187 435	626 802	71%	50 969 526	531 897	67%	20%
Particulares	6 514 915	66 738	8%	5 808 547	60 616	8%	12%
Em moeda estrangeira	17 282 016	177 036	20%	19 228 149	200 657	25%	-10%
Empresas	16 361 306	167 604	19%	17 903 138	186 830	23%	-9%
Particulares	920 710	9 432	1%	1 325 011	13 827	2%	-31%
Juros a receber	2 689 966	27 556	3%	1 926 783	20 107	3%	40%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)	(1 710 555)	(17 523)	-2%	(2 107 864)	(21 997)	-3%	-19%

A 31 de Dezembro de 2013, o Crédito em MN alcançou AOA 67 702 350 milhares (USD 693 540 milhares), e o Crédito em ME AOA 17 282 016 milhares (USD 177 036 milhares), com pesos de 78,76% (2012: 74,88%) e 20,10% (2012: 25,36%) sobre o crédito total, respectivamente, reflectindo o esforço do Banco no sentido de reduzir a exposição do crédito em ME.

A 31 de Dezembro de 2013 o **Crédito vencido** cifrou-se em AOA 1 838 478 milhares (USD 18 833 milhares) contra AOA 2 055 440 milhares (USD 21 450 milhares) em 2012, reflectindo um abrandamento de 10,56%, cerca de AOA (216 962) milhares (USD (2 617) milhares) alcançando um rácio de crédito vencido de 2,10% (2,64% em 2012).

O trabalho de recuperação de Crédito mal parado realizado durante o exercício de 2013 beneficiou igualmente o rácio de cobertura de crédito vencido por provisões de crédito de liquidação duvidosa que cifrou-se em 93,04% contra 102,55% no período homólogo.

Composição do Crédito por moeda



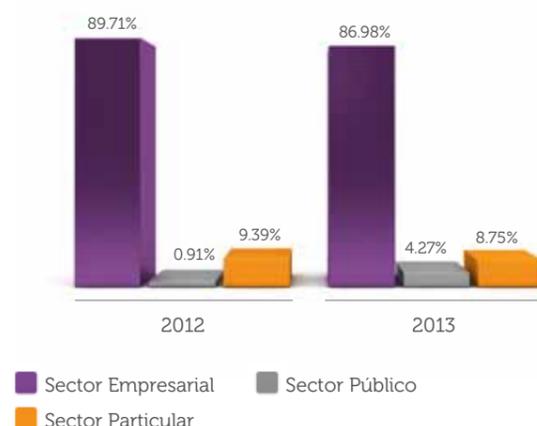
Qualidade do Crédito

	2013			2012			Δ
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	
Crédito líquido	85 963 777	880 609	-	75 825 141	791 280	-	13%
Provisões para crédito	(1 710 555)	(17 523)	-2%	(2 107 864)	(21 997)	-3%	-19%
Crédito bruto	87 674 332	898 132	-	77 933 005	813 277	-	12%
Crédito vincendo	85 835 854	879 299	100%	75 877 565	791 827	100%	13%
Crédito vencido	1 838 478	18 833	2%	2 055 440	21 450	3%	-11%
Nº dias de atraso							
15-30	357 671	3 664	19%	348 237	3 634	17%	3%
30-60	27 110	278	1%	263 455	2 749	13%	-90%
60-90	103 932	1 065	6%	112 809	1 178	5%	-8%
90-150	298 435	3 057	16%	330 886	3 453	16%	-10%
150-180	277 652	2 844	15%	161 856	1 689	8%	72%
>180	773 678	7 926	42%	838 197	8 747	41%	-8%

(*) O peso apresentado reflecte a carteira de crédito total líquida de provisões.

As **Provisões específicas** no exercício de 2013 situaram-se em AOA 1 710 555 milhares (USD 17 523 milhares), representando um custo do risco de 0,79% (1,75% em 2012) e cobrindo 93,04% do crédito vencido (102,55% em 2012).

Composição do Crédito por sector



Passivo

O Banco concluiu o exercício de 2013 com um **Passivo** de AOA 163 057 172 milhares (USD 1 670 351 milhares) beneficiando de um crescimento de 14,08%, mais AOA 20 122 494 milhares (USD 178 743 milhares) face ao período homólogo.

A alavancar o **Passivo** estiveram os Depósitos de clientes cifrados em AOA 133 499 669 milhares (USD 1 367 565 milhares), com um peso de 81,87% (87,52% em 2012), seguido das Captações de liquidez fixadas em AOA 15 749 888 milhares (USD 161 341 milhares), com um peso de 9,66% sobre o total do passivo do Banco.

	2013		Peso (%)	2012		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Total do Passivo	163 057 172	1 670 351	-	142 934 679	1 491 609	-	14%
Depósitos	133 499 669	1 367 565	82%	125 102 191	1 305 516	88%	7%
Captações para liquidez	15 749 888	161 341	10%	6 201 050	64 712	4%	154%
Obrigações no sistema de pagamentos	1 083 198	11 096	1%	2 241 542	23 392	2%	-52%
Operações cambiais	782 904	8 020	0%	776 155	8 100	1%	1%
Outras captações	5 219 814	53 472	3%	5 274 529	55 043	4%	-1%
Outras obrigações	6 355 123	65 102	4%	2 961 851	30 908	2%	115%
Provisões para responsabilidades prováveis	366 577	3 755	0%	377 361	3 938	0%	-3%

Depósitos de Clientes

Os **Depósitos de clientes** alcançaram em 2013 um total de AOA 133 499 669 milhares (USD 1 367 565 milhares), favorecido por um crescimento de 6,71%, ou seja, AOA 8 397 478 milhares (USD 62 049 milhares) representando 81,87% do passivo total do Banco.

A carteira de depósitos é composta por depósitos à ordem, a prazo e outros depósitos, com pesos de 47,66%, 52,34% e 0,00%, respectivamente.

Os Depósitos à ordem estabeleceram-se em AOA 63 626 375 milhares (USD 651 786 milhares), obtendo um crescimento de 25,88% face a igual período no ano anterior. Os Depósitos a prazo totalizaram AOA 69 870 655 milhares (USD 715 752 milhares), alcançando um crescimento na ordem dos 18,17% face a igual período no ano anterior.

Os Outros depósitos situaram-se nos AOA 2 639 milhares (USD 27 milhares), obtendo um decréscimo de 99,98%, cerca de AOA (15 426 529) milhares (USD (160 986) milhares) face ao período homólogo.

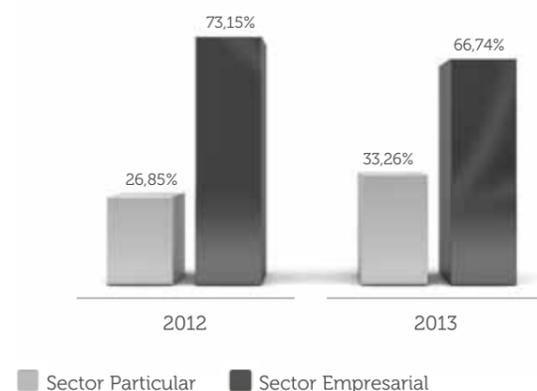
	2013		Peso (%)	2012		Peso (%)	Δ %
	AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000		
Depósitos de clientes	133 499 669	1 367 565	-	125 102 191	1 305 516	-	7%
Depósitos à ordem	63 626 375	651 786	48%	50 545 499	527 472	40%	26%
Depósitos a prazo	69 870 655	715 752	52%	59 127 524	617 031	47%	18%
Outros depósitos	2 639	27	0%	15 429 168	161 013	12%	-100%

Composição dos Depósitos de Clientes por moeda



Os depósitos em ME representam 27,74% (31,17% em 2012) do total dos depósitos sendo que os restantes 72,26% (62,83% em 2012) respeitam os depósitos em MN, reflectindo uma redução dos depósitos em ME em relação a angolana. O rácio de transformação dos depósitos dos clientes fixou-se em 65,67%, contra 62,30% em 2012.

Composição dos Depósitos de Clientes por sector



Resultado do acordo celebrado em 2011 entre o Banco de Negócios Internacional e o Banco Nacional de Angola, com o objectivo de incrementar o índice da população bancarizada no país, em Dezembro de 2013, o número de contas à ordem Bankita estabeleceu-se em 11 236 (2012: 5 844) e 161 (2012: 63) contas à prazo Bankita a crescer, perfazendo um total aplicado de AOA 96 661 milhares (USD 990 milhares).

Margem Financeira

A **Margem financeira** totalizou em 2013 AOA 5 944 272 milhares (USD 61 614 milhares) contra AOA 5 684 889 milhares (USD 59 572 milhares) verificados em igual período do ano anterior, alcançando um crescimento de 4,56%, ou seja, AOA 259 383 milhares (USD 2 042 milhares).

Para tal, contribuiu o aumento dos Proveitos de Créditos em 15,44%, cerca de AOA 1 282 412 milhares (USD 12 349 milhares) face a 2012, assim como os Proveitos de Aplicações de liquidez que aumentaram 1809%, cerca de AOA 394 429 milhares (USD 4 086 milhares).

	2013	2013	Peso	2012	2012	Peso	Δ
	AOA'000	USD'000	(%)	AOA'000	USD'000	(%)	%
Margem Financeira	5 944 272	61 614	-	5 684 889	59 572	-	5%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	10 660 824	110 503	-	9 162 645	96 015	-	16%
Proveitos de aplicações de liquidez	416 227	4 314	4%	21 798	228	0%	1809%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	657 705	6 817	6%	836 368	8 764	9%	-21%
Proveitos de créditos	9 586 892	99 372	90%	8 304 479	87 023	91%	15%
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	(4 716 552)	(48 889)	-	(3 477 756)	(36 443)	-	36%
Custos de depósitos	(3 787 404)	(39 258)	80%	(2 787 543)	(29 210)	80%	36%
Custo de captações para liquidez	(638 059)	(6 614)	14%	(402 332)	(4 216)	12%	59%
Custos de outras captações	(291 089)	(3 017)	6%	(287 881)	(3 017)	8%	1%

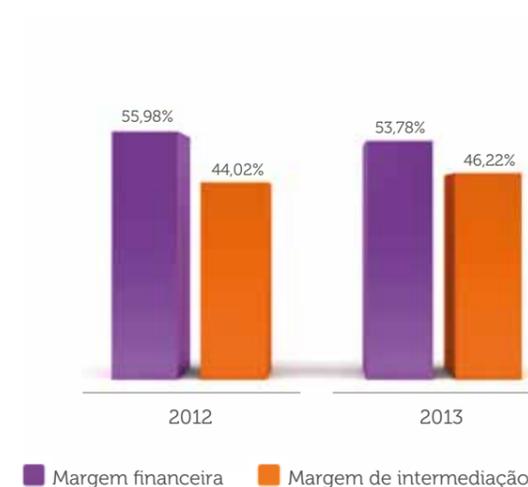
Margem Complementar

A **Margem complementar** totalizou 5 108 746 milhares (USD 52 954 milhares) contra AOA 4 469 904 milhares (USD 46 840 milhares) em 2012, obtendo um crescimento de 14,29%, ou seja, AOA 638 842 milhares (USD 6 114 milhares) face a igual período no ano anterior.

	2013	2013	Peso	2012	2012	Peso	Δ
	AOA'000	USD'000	(%)	AOA'000	USD'000	(%)	%
Margem complementar	5 108 746	52 954	-	4 469 904	46 840	-	14%
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	-	-	-	26 132	274	1%	-
Resultados de operações cambiais	2 682 562	27 805	53%	2 126 546	22 284	48%	26%
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 426 184	25 148	47%	2 317 226	24 282	52%	5%

Resultado da Intermediação Financeira

Comparativamente ao período homólogo o **Resultado da intermediação financeira** beneficiou de um incremento de 6,51%, ou seja, AOA 633 775 milhares (USD 5 461 milhares).



Custos de Estrutura

Comportam os **Custos de estrutura**, os custos com Pessoal, Fornecimento de terceiros, Amortizações do exercício e Outros custos, perfazendo um total de AOA 7 436 305 milhares (USD 77 080 milhares) contra AOA 6 029 255 milhares (USD 63 181 milhares) em 2012, alcançando um incremento de 23,34%, ou seja, AOA 1 407 050 milhares (USD 13 899 milhares).

O incremento nos custos é explicado essencialmente pelo crescimento da estrutura comercial, ampliação do quadro pessoal, inauguração da segunda Sede do Bando e desgaste do imobilizado do Banco.

O rácio de **cost to income** cifrou-se em 70,17% contra 58,32% em 2012.

	2013			2012			Δ
	AOA'000	USD'000	Peso (%)	AOA'000	USD'000	Peso (%)	
Custos Administrativos e de Comercialização	7 436 305	77 080	-	6 029 255	63 181	-	23%
Custos com o pessoal	2 688 542	27 868	36%	1 893 030	19 837	31%	42%
Fornecimentos de terceiros	3 273 571	33 932	44%	2 518 753	26 394	42%	30%
Impostos e taxas	110 231	1 141	1%	13 110	137	0%	741%
Penalidades	33 968	352	0%	5 324	56	0%	538%
Depreciações e Amortizações	1 329 993	13 786	18%	1 599 037	16 756	27%	-17%

Rentabilidade

O Banco concluiu o exercício de 2013 com um **Resultado líquido** de AOA 2 759 277 milhares (USD 28 600 milhares) contra AOA 3 378 526 milhares (USD 35 404 milhares) alcançados em 2012, apresentando um decréscimo de 18,33%, cerca de AOA (619 249) milhares (USD (6 804) milhares) que no período homólogo.

Para o ano de 2013, foi estimado o imposto industrial AOA 1 458 254 milhares (USD 15 115 milhares).

	2013		2012		Δ
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000	
Resultado					%
Margem financeira	5 944 272	61 614	5 684 889	59 572	5%
Margem complementar	5 108 746	52 954	4 469 904	46 840	14%
Produto bancário	11 053 018	114 568	10 154 793	106 412	9%
(-) Provisões	(688 691)	(7 139)	(424 242)	(4 446)	62%
Resultado da intermediação financeira	10 364 327	107 428	9 730 551	101 966	7%
(-) Custos de estrutura	(7 436 305)	(77 080)	(6 029 255)	(63 181)	23%
(-) Provisões sobre outros valores	(44 148)	(458)	198 132	(2 076)	-78%
(-) Recuperações de custos	157 732	1 635	57 044	598	177%
(-) Outros proveitos e custos operacionais	1 631 597	16 912	384 901	4 033	324%
Resultados operacionais	4 673 203	48 437	3 945 110	41 341	18%
Resultados não operacionais	(455 672)	(4 723)	183 567	1 924	148%
(-) Provisões para impostos sobre lucros	(1 458 254)	(15 115)	(750 151)	(7 861)	94%
Resultado líquido	2 759 277	28 600	3 378 526	35 404	-18%

A rentabilidade dos Capitais próprios (**ROE**) situando-se em 12,77% contra 15,97% em 2012. A rentabilidade dos Activos (**ROA**) fixou em 1,49% registando um abrandamento de 0,59 p.p. em relação a data homóloga, promovido pelo incremento verificado no Activo do Banco durante o ano de 2013.

	2013	2012	Δ p.p.
	%	%	
Rentabilidade			
ROA	1,50%	2,08%	-0,59%
ROE	12,77%	15,97%	-3,21%
RAI/Capitais próprios	22,97%	26,08%	-3,11%

Fundos Próprios Regulamentares e Solvabilidade

Os **Fundos Próprios Regulamentares** do Banco, calculados nos termos do instrutivo n.º 3 / 2011 do Banco Nacional de Angola, alcançaram em 2013 os AOA 21 612 701 milhares (USD 221 400 milhares) contra AOA 21 151 671 milhares (USD 220 730 milhares) em 2012, atingindo um crescimento de 2,18% estimulado pela aplicação do resultado de 2012 em Reserva legal (20%), Resultados transitados (57,50%) e Dividendos (22,50%), assim como pelo Resultado líquido do exercício de 2013.

Os **Activos Ponderados** pelo risco totalizaram AOA 143 878 738 milhares (USD 1 473 888 milhares) de acordo com o novo modelo de cálculo, baseado no instrutivo n.º 3 / 2011 de 08 de Junho.

Evolução Fundos Próprios Regulamentares e Activos Ponderados pelo Risco

	2013		2012		Δ
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000	
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	14,92%	-	14,73%	-	1%
Fundos Próprios Regulamentares	21 612 701	221 400	21 151 671	220 730	2%
Activo Líquido Ponderado	143 878 738	1 473 888	124 373 377	1 297 910	16%
Exigência de Capital p/ Risco Cambial	101 951	1 044	1 922 783	20 065	-95%

O **Rácio de Solvabilidade**, calculado com base no mesmo instrutivo do Banco Nacional de Angola, cifrou-se em 14,93 % contra 14,73% em 2012.

Um bom investimento

// Demonstrações Financeiras
// Parecer Auditoria
// Parecer do Conselho Fiscal



Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013		2012	
		AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Activo					
Disponibilidades	3	31 438 716	322 057	44 785 881	467 367
Aplicações de liquidez		32 040 647	328 223	5 676 096	59 233
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	32 040 647	328 223	5 676 096	59 233
Títulos e valores mobiliários		10 247 433	104 974	12 818 929	133 773
Mantidos até ao vencimento	5	10 247 433	104 974	12 818 929	133 773
Créditos no sistema de pagamento	6	600	6	10 405	109
Operações cambiais	7	780 948	8 000	774 166	8 079
Crédito total		85 963 777	880 609	75 825 141	791 280
Crédito vivo e vencido	8	87 674 332	898 132	77 933 005	813 277
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1 710 555)	(17 523)	(2 107 864)	(21 997)
Outros valores	9	8 094 746	82 922	6 792 528	70 884
Imobilizações financeiras	10	3 226 943	33 057	1 637 265	17 086
Imobilizações corpóreas e em curso	11	12 098 254	123 934	13 326 005	139 065
Imobilizações incorpóreas	11	283 870	2 908	498 162	5 199
Total do activo		184 175 934	1 886 690	162 144 578	1 692 075
Passivo					
Depósitos		133 499 669	1 367 565	125 102 191	1 305 516
Depósitos à ordem	12	63 626 375	651 786	50 545 499	527 472
Depósitos a prazo	12	69 870 655	715 752	59 127 524	617 031
Outros depósitos	12	2 639	27	15 429 168	161 013
Captações para liquidez		15 749 888	161 341	6 201 050	64 712
Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	15 749 888	161 341	6 201 050	64 712
Obrigações no sistema de pagamentos	14	1 083 198	11 096	2 241 542	23 392
Operações cambiais	7	782 904	8 020	776 155	8 100
Outras captações		5 219 814	53 472	5 274 529	55 043
Dívida subordinada	15	4 959 881	50 809	4 867 157	50 792
Outras captações contratadas	15	259 933	2 663	407 372	4 251
Outras obrigações	16	6 355 123	65 102	2 961 851	30 908
Provisões para responsabilidades prováveis	17	366 577	3 755	377 361	3 938
Total do passivo		163 057 172	1 670 351	142 934 679	1 491 609
Capital social	18	6 039 104	61 865	6 039 104	63 022
Reservas e fundos	19	4 536 729	46 474	3 865 657	40 340
Resultados de conversão	2	-	(335)	-	(148)
Resultados transitados	19	7 869 264	80 612	5 926 612	61 848
(-) Acções ou Quotas Proprias Tesouraria		(85 612)	(877)	-	-
Resultado líquido do exercício		2 759 277	28 600	3 378 526	35 404
Total dos fundos próprios		21 118 762	216 339	19 209 899	200 466
Total do passivo e fundos próprios		184 175 934	1 886 690	162 144 578	1 692 075

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Resultados Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	2013		2012	
		AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Proveitos de instrumentos financeiros activos		10 660 824	110 503	9 162 645	96 015
Proveitos de aplicações de liquidez	20	416 227	4 314	21 798	228
Proveitos de títulos e valores mobiliários	20	657 705	6 817	836 368	8 764
Proveitos de créditos	20	9 586 892	99 372	8 304 479	87 023
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos		(4 716 552)	(48 889)	(3 477 756)	(36 443)
Custos de depósitos	21	(3 787 404)	(39 258)	(2 787 543)	(29 210)
Custo de captações para liquidez	21	(638 059)	(6 614)	(402 332)	(4 216)
Custos de outras captações	21	(291 089)	(3 017)	(287 881)	(3 017)
Margem financeira		5 944 272	61 614	5 684 889	59 572
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo		-	-	26 132	274
Resultados de operações cambiais	22	2 682 562	27 805	2 126 546	22 284
Resultado da prestação de serviços financeiros	23	2 426 184	25 148	2 317 226	24 282
(-) Provisões p/ crédito de liq. duvidosa e prest. garantias	8 e 24	(688 691)	(7 139)	(424 242)	(4 446)
Resultado da Intermediação Financeira		10 364 327	107 428	9 730 551	101 966
(-) Pessoal	25	(2 688 542)	(27 868)	(1 893 030)	(19 837)
(-) Fornecimentos de terceiros	26	(3 273 571)	(33 932)	(2 518 753)	(26 394)
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado		(110 231)	(1 141)	(13 110)	(137)
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(33 968)	(352)	(5 324)	(56)
(-) Depreciações e amortizações	27	(1 329 993)	(13 786)	(1 599 037)	(16 756)
(-) Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	28	(44 148)	(458)	198 132	2 076
Recuperação de custos		157 732	1 635	57 044	598
Outros proveitos e custos operacionais	29	1 631 597	16 912	384 901	4 033
Resultado operacional		4 673 203	48 437	3 945 110	41 341
Resultado não operacional	30	(455 672)	(4 723)	183 567	1 924
Resultado antes do imposto e outros encargos		4 217 531	43 715	4 128 677	43 264
(-) Encargos sobre resultado corrente	31	(1 458 254)	(15 115)	(750 151)	(7 861)
Resultado líquido do exercício		2 759 277	28 600	3 378 526	35 404

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Mutação dos Fundos Próprios

Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

AOA'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6 039 104	3 171 532	31 540	4 074 711	13 316 887	3 220 695	-	16 537 582
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(698 509)	-	(698 509)
Constituição do fundo social	-	-	26 146	-	26 146	(26 146)	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(7 700)	-	7 700	-	-	(7 700)
Constituições de reservas	-	644 139	-	-	644 139	(644 139)	-	-
Transferência de resultados de 2011	-	-	-	1 851 901	1 851 901	(1 851 901)	-	-
Resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	-	-	3 378 526	-	3 378 526
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6 039 104	3 815 671	49 986	5 926 612	15 831 373	3 378 526	-	19 209 899
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(713 265)	-	(713 265)
Constituição do fundo social	-	-	46 903	-	46 903	(46 903)	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(51 537)	-	(51 537)	-	-	(51 537)
Constituições de reservas	-	675 706	-	-	675 706	(675 706)	-	-
Transferência de resultados de 2012	-	-	-	1 942 652	1 942 652	(1 942 652)	-	-
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(85 612)	(85 612)
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	-	2 759 277	-	2 759 277
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	6 039 104	4 491 377	45 352	7 869 264	18 445 097	2 759 277	(85 612)	(21 118 762)

USD'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Reserva de conversão	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	63 381	33 286	331	42 765	139 763	34 301	-	(499)	173 565
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(7 441)	-	-	(7 441)
Constituição do fundo social	-	-	278	-	278	(278)	-	-	-
Utilização do fundo social	-	-	80	-	80	-	-	-	80
Constituições de reservas	-	6 860	-	-	6 860	(6 860)	-	-	-
Transferência de resultados de 2011	-	-	-	19 722	19 723	(19 722)	-	-	-
Desvalorização cambial	(359)	(327)	(7)	(640)	(1 333)	-	-	352	(982)
Resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	-	-	35 404	-	-	35 404
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	63 022	39 818	522	61 848	165 209	35 404	-	(148)	200 466
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(7 474)	-	-	(7 474)
Constituição do fundo social	-	-	492	-	492	(492)	-	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(540)	-	(540)	-	-	-	(540)
Constituições de reservas	-	7 081	-	-	7 081	(7 081)	-	-	-
Transferência de resultados de 2012	-	-	-	20 357	20 357	(20 357)	-	-	-
Desvalorização cambial	(1 157)	(890)	(9)	(1 593)	(3 650)	-	-	(187)	(3 816)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	-	-	(877)	-	(897)
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	-	28 600	-	-	28 600
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	61 865	46 009	465	80 612	188 950	28 600	(877)	(335)	(216 339)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012	2013	2012
	AOA'000	AOA'000	USD'000	USD'000
I Fluxo de Caixa da Margem Financeira (I+II)	4 601 246	4 514 190	47 135	47 108
II Recebimentos de Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)	9 567 857	8 109 513	98 013	84 628
1 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	41 172	19 237	422	201
2 Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários	747 283	861 096	7 655	8 986
4 Recebimentos de Proveitos de Créditos	8 779 402	7 229 180	89 936	75 441
III Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	(4 966 611)	(3 595 323)	(50 878)	(37 519)
5 Pagamentos de Custos de Depósitos	(4 072 817)	(2 934 318)	(41 722)	(30 621)
6 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez	(605 799)	(402 332)	(6 206)	(4 199)
7 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
8 Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
9 Pagamentos de Custos de Outras Captações	(287 995)	(258 673)	(2 950)	(2 699)
IV Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-	26 132	-	273
V Fluxo de Caixa dos Resultados de Operações Cambiais	2 682 510	2 126 546	27 480	22 192
VI Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	2 426 184	2 317 226	24 854	24 182
VII Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	-	-	-	-
VIII Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação Financeira (I+IV+V+VI+VII)	9 709 940	8 984 094	99 468	93 754
IX Fluxo de Caixa dos Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	-	-	-	-
10 Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização	(5 696 193)	(3 846 721)	(58 352)	(40 143)
11 Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	(1 458 254)	(750 151)	(14 938)	(7 828)
12 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos	(1 148 539)	1 375 810	(11 766)	14 357
13 Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	1 826 076	(4 232 424)	18 706	(44 168)
14 Recebimentos de Proveitos de Imobilizações Financeiras	-	-	-	-
15 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	1 631 597	384 902	16 714	4 017
X Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais (10+11+12+13+14+15)	(4 845 313)	(7 068 584)	(49 635)	(73 765)
XI Fluxo de Caixa das Operações (VIII+IX+X)	4 864 627	1 915 510	49 833	19 989
16 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	(26 364 551)	(507 012)	(270 077)	(5 291)
17 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos	2 571 496	(194 035)	26 342	(2 025)
18 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
19 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais	(6 782)	(774 166)	(69)	(8 079)
20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(9 741 327)	(13 035 863)	(99 790)	(136 037)

XII Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação Financeira (16+17+18+19+20)	(33 541 164)	(14 511 076)	(343 594)	(151 432)
XII Fluxo de Caixa dos Investimentos em Outros Valores	-	-	-	-
21 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(1 314 428)	(6 590 067)	(13 465)	(68 771)
22 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	-	-	-	-
23 Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	(455 672)	183 567	(4 668)	1 916
XIV Fluxo de Caixa das Imobilizações (21+22+23)	(1 770 100)	(6 406 500)	(18 133)	(66 856)
XV Fluxo de Caixa dos Investimentos (XII+XIII+XIV)	(35 311 264)	(20 917 576)	(361 727)	(218 287)
24 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	8 397 477	39 024 919	86 023	407 248
25 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez	9 548 838	6 201 050	97 818	64 712
26 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
27 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	-	-
28 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Operações Cambiais	6 749	772 353	69	8 060
29 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações	(54 715)	(5 120 893)	(560)	(53 440)
XVI Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação Financeira (24+25+26+27+28+29)	17 898 349	40 877 429	183 350	426 580
XVII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Minoritários	-	-	-	-
30 Recebimentos por Aumentos de Capital	-	-	-	-
31 Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-	-
32 Pagamentos de Dividendos	(713 265)	(698 509)	(7 307)	(7 289)
33 Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	2 677 301	-	27 426	-
34 Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria	(2 762 913)	-	(28 303)	-
XVIII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Fundos Próprios (30+31+32+33+34)	(798 877)	(698 509)	(8 184)	(7 289)
XIX Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Obrigações	-	-	-	-
XX Fluxo de Caixa dos Financiamentos (XVI+XVII+XVIII+XIX)	17 099 472	40 178 920	175 166	419 291
Saldo em Disponibilidades no Início do Período	44 785 881	23 609 027	458 785	246 374
Saldo em Disponibilidades ao Final do Período (Nota 4)	31 438 716	44 785 881	322 057	467 367
Variações em Disponibilidades (XI+XV+XX)	(13 347 165)	21 176 854	(136 728)	220 993

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. Constituição e actividade

O Banco de Negócios Internacional, S.A., doravante igualmente designado por "Banco", com sede em Luanda, é um Banco de capitais privados constituído em 02 de Fevereiro de 2006, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites da lei Angolana. A actividade comercial teve início no dia 13 de Novembro de 2006.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por "BNA"), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente a Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do BNI relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2014.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola, de acordo com a política contabilística 2.2 b).

As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Kwanzas (AOA'000) em observância da convenção do custo histórico e de acordo com os princípios contabilísticos e normas do Plano Contabilístico do Sistema Bancário conforme estabelecido pelo Banco Nacional de Angola.

No sentido de proporcionar a divulgação das demonstrações financeiras em referencial comparativo universal, as demonstrações financeiras são também apresentadas em milhares de Dólares Americanos (USD'000), de acordo com a seguinte política de conversão.

As taxas de câmbio AOA/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.12	95,429	95,826
31.12.13	96,475	97,619

As demonstrações financeiras expressas em AOA foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de encerramento – para a totalidade dos activos, passivos e capitais próprios;
- Taxa média – para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de capitais próprios denominada "Reserva de conversão".

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando: a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As operações em moeda estrangeira são convertidas com base na taxa de câmbio praticada no dia da operação (câmbio da operação). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio praticada à data de balanço.

Os proveitos e os custos decorrentes de operações activas e passivas indexadas à variação cambial (não realizadas em moeda estrangeira) são registados nas contas representativas do proveito ou custo da aplicação ou captação efectuada.

Os activos e passivos não monetários, excepto participações financeiras, são registados ao custo histórico.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, adquiridos em moeda estrangeira, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio média publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "Operações cambiais" do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação dos créditos

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados ao longo da vida das operações de crédito independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e perdas por imparidade

As responsabilidades relativas a créditos por assinatura são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº4/2011, de 8 de Junho, revogado pelo Aviso nº3/2012 de 28 de Março que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, o Banco classifica as operações de crédito concedido e os créditos por assinatura por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorre da avaliação efectuada em Banco, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a data em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" (Nota 8) e as provisões para garantias prestadas e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias" (Nota 17).

Créditos transferidos para prejuízo

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e utiliza a respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

Recuperação dos créditos

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de "Resultado não operacional".

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

d) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- i. Títulos para negociação;
- ii. Títulos disponíveis para venda;
- iii. Títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Títulos para negociação

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Títulos mantidos até o vencimento

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor (IPC) encontram-se sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e os juros corridos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

Valor de mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
 - a. Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iii) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:

- i. imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
- ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;

3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:

- i. imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
- ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos.

e) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

O Banco aplica o método da equivalência patrimonial para a valorização das suas participações em coligadas e equiparadas nas seguintes situações:

- a) quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou
- b) quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que tenham administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus administradores, controladores e empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

- a) o seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou
- b) o valor contabilístico das várias participadas, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos activos líquidos das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir passivo a descoberto, na participada, e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

Nas situações em que a valorização pelo método da equivalência patrimonial não é aplicável, as imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespases, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	6 e 10
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	10

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões/centros de atendimento em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos Edifícios e os balcões/centros de atendimento entrarem em funcionamento.

g) Redução no Valor Recuperável de Outros Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- 4) valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- 6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- 7) Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

h) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de "Resultado da Actualização Monetária", por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de "Resultado da Actualização Monetária" da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica "Capital Social", que deve ser classificada numa rubrica específica ("Reserva de actualização monetária do Capital Social") que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

i) Benefícios a colaboradores

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2013, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte (Nota 16).

j) Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei n.º 18/92, de 3 de Julho, sendo, actualmente, a taxa de Imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5/99, de 6 de Agosto (Nota 31).

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2008 a 2012. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

A 31 de Dezembro de 2013, o Banco não possui activos ou passivos diferidos, nas suas Demonstrações Financeiras.

Reforma tributária

Em 30 de Dezembro de 2011 foi publicado um novo pacote legislativo que altera os principais códigos fiscais angolanos, introduzindo alterações significativas ao nível dos vários impostos que compõem o ordenamento jurídico-fiscal angolano.

Até à data apenas foram publicados os códigos fiscais do Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais e Imposto de Consumo. Assim, ainda se encontra em falta a publicação dos códigos do Imposto Industrial, Imposto sobre o Rendimento do Trabalho e Segurança Social.

Nesse sentido, as principais alterações que se espera que venham a ser introduzidas pela reforma fiscal podem ser resumidas como segue:

- Redução da taxa de imposto industrial de 35% para 30%;
- Tributação de variações patrimoniais positivas, com excepção das que decorrem de entradas de capital ou de coberturas de prejuízos efectuadas pelos titulares de capital;
- Limitação dos custos ou perdas dedutíveis e definição de custos e perdas não dedutíveis, sujeitos a tributação autónoma, incluindo custos não devidamente documentados;
- Revogação da tabela das taxas anuais de reintegrações e amortizações, aprovada pela Portaria n.º 755/72, de 26 de Outubro, sendo aprovada uma nova tabela pelo Decreto executivo sobre amortizações e reintegrações do imobilizado;
- Auto-liquidação provisória de imposto industrial correspondente a 15% do resultado derivado de operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício anterior.

Salienta-se ainda que no ano de 2013 foi publicado o Estatuto dos Grandes Contribuintes em Angola, que regula determinados direitos e obrigações dos Grandes Contribuintes, nomeadamente na sua relação com a Administração Fiscal. De entre as várias regras deste diploma, é estabelecida a criação do regime de Preços de Transferência entre entidades relacionadas, bem como o Regime de Tributação de Grupos de Sociedades.

k) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

m) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

n) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Provisões para responsabilidades prováveis e Impostos sobre os lucros.

o) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

p) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

3. Disponibilidades

A rubrica Disponibilidades é analisada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Disponibilidades	31 438 716	322 057	44 785 881	467 367
Caixa e disponibilidades Banco Central	25 966 613	266 002	24 458 539	255 239
Caixa	6 137 012	62 869	5 330 194	55 623
Notas e moedas nacionais	5 221 102	53 485	4 092 444	42 706
Notas e moedas estrangeiras				
Em Dólares dos Estados Unidos	703 692	7 209	792 049	8 266
Em Euros	182 113	1 866	431 899	4 507
Em Randes	7 088	73	10 773	112
Em Libras	23 017	236	3 029	32
Depósitos no Banco Central	19 829 601	203 133	19 128 345	199 616
Moeda nacional	14 269 318	146 174	13 231 523	138 079
Moeda estrangeira				
Em Dólares dos Estados Unidos	5 560 283	56 959	5 896 822	61 537
Disponibilidades instituições financeiras	5 472 103	56 055	20 327 342	212 128
Em instituições de crédito no país	78 900	808	314 409	3 281
Cheques a cobrar	78 900	808	314 409	3 281
Em instituições de crédito no estrangeiro	5 393 203	55 247	20 012 933	208 847
Depósitos à ordem				
Em Dólares dos Estados Unidos	5 209 217	53 363	19 638 082	204 936
Em Euros	181 696	1 861	355 426	3 709
Em Randes	680	7	1 863	19
Em Libras	1 610	16	17 562	183

A rubrica de Depósitos no Banco Central inclui o saldo junto do Banco Nacional de Angola com vista a satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em moeda nacional e estrangeira.

As reservas obrigatórias são apuradas de acordo com o Instrutivo nº 02/2011, de 28 de Abril, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

O coeficiente aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de depósitos de clientes é de 20% para moeda nacional e 15% para moedas estrangeiras, exceptuando os depósitos do governo central e governo local para os quais se aplica um coeficiente de 100% e 50% para moeda nacional e 100% e 0% para moeda estrangeira.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras instituições de crédito no estrangeiro, não são remunerados.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto dos bancos correspondentes inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

Os saldos junto de entidades relacionadas ascendem a AOA 2 935 250 milhares, equivalentes a USD 30 069 milhares (Nota 33).

4. Aplicações de liquidez

A rubrica Aplicações de liquidez é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Aplicações de liquidez	32 040 647	328 223	5 676 096	59 233
Aplicações em instituições de crédito no país	5 000 000	51 220	-	-
Em Kwanzas	5 000 000	51 220	-	-
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	27 040 647	277 003	5 676 096	59 233
Em Dólares dos Estados Unidos	25 826 439	264 565	4 937 430	51 525
Em Euros	833 196	8 535	732 710	7 646
Proveitos a receber	381 012	3 903	5 956	62

A 31 de Dezembro de 2013 a rubrica de Aplicações em instituições de crédito no país em Kwanzas é referente a aplicações junto do Banco Nacional de Angola.

A rubrica Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro inclui os colaterais de cartões de crédito Visa e Mastercard totalizando AOA 1 076 244 milhares (2012: AOA 1 056 481 milhares), equivalente a USD 11 025 milhares (2012: USD 11 025 milhares).

	2013		2012	
	Taxa Média	Montante Divisa	Taxa Média	Montante Divisa
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro				
Em Dólares dos Estados Unidos	1,80%	268 467	0,40%	36 500
Em Euros	0,14%	6 201	0,49%	5 798

Em 31 de Dezembro de 2013 os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros à taxas que variaram entre 0,12% e 2,83% em Dólares americanos, e entre 0,08% e 0,25% em Euros. Em 31 de Dezembro de 2012 os depósitos a prazo no estrangeiro venciam juros às taxas de 0,20% e 1,25% em Dólares americanos, e entre 0,10% e 0,50% em Euros.

O prazo residual de vencimento das operações a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é apresentado como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	27 040 647	277 003	5 676 096	59 233
Até 3 meses	5 936 449	60 813	2 655 513	27 712
De 3 a 6 meses	3 641 295	37 301	622 331	6 494
De 6 meses a 1 ano	1 369 745	14 032	958 467	10 002
Prazo indeterminado	16 093 158	164 857	1 439 785	15 025

5. Títulos e valores mobiliários

A rubrica Títulos e valores mobiliários é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Títulos mantidos até ao vencimento	10 247 433	104 974	12 818 929	133 773
Títulos do Banco Central moeda nacional	298 473	3 058	1 569 936	16 383
Juros a receber	25	0	21 982	230
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	1 820 348	18 648	4 965 840	51 822
Juros a receber	18 573	190	106 495	1 111
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	6 972 659	71 428	5 342 997	55 757
Juros a receber	89 043	912	69 890	729
Obrigações do Tesouro reajustadas	291 700	2 988	-	-
Juros a receber	2 954	30	-	-
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	743 872	7 620	730 213	7 620
Juros a receber	9 786	100	11 576	121

A 31 de Dezembro de 2013, a carteira de títulos do Banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente Títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, Obrigações do Tesouro reajustadas e Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira emitidas em 2007 e 2008 com vencimento entre 8 a 11 anos.

As taxas médias de remuneração dos títulos mantidos até ao vencimento em 2013 e 2012 são apresentadas como segue:

	2013 %	2012 %
Títulos mantidos até ao vencimento		
Títulos do Banco Central moeda nacional	3,03%	3,88%
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	4,26%	3,83%
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	6,52%	8,95%
Obrigações do Tesouro reajustadas	6,98%	-
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	3,64%	3,90%

A informação relativa à quantidade, valor nominal, valor de aquisição, valor médio de aquisição, valor de cotação e valor de balanço, encontra-se detalhada como se segue:

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor do balanço
Títulos de Investimento Até ao vencimento			2 248 304	-	10 127 135	10 247 433
Bilhetes do tesouro	BNA	A	1 887 521	1 000	1 820 347	1 838 921
Títulos do Banco Central	BNA	A	300 000	1 000	298 473	298 498
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	57 102	6 593 957	6 972 743	7 061 702
Obrigações do Tesouro reajustadas	MINF	A	2 917	350 000	291 700	294 654
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	764	488 093	743 872	753 659

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a análise da carteira de títulos, por maturidades, é apresentada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Títulos	10 247 433	104 974	12 818 929	133 773
< 3 meses	3 111 871	31 878	-	-
3 - 6 meses	1 120 360	11 477	3 503 662	36 563
6 - 12 meses	374 000	3 831	3 160 591	32 982
1 - 5 anos	4 887 543	50 068	5 412 887	56 487
> 5 anos	753 659	7 720	741 789	7 741

6. Créditos no sistema de pagamentos

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos é analisada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Créditos no sistema de pagamento	600	6	10 405	109
Relações com correspondentes				
Compensação de valores - cartões	-	-	6 245	65
Compensação de valores - outros	600	6	4 160	44

7. Operações cambiais

A rubrica Operações cambiais é analisada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Operações cambiais - Activo	780 948	8 000	774 166	8 079
Compra de moeda estrangeira - USD	780 948	8 000	774 166	8 079
Operações cambiais - Passivo	782 904	8 020	776 155	8 100
Venda de moeda nacional	782 904	8 020	776 155	8 100

A carteira de operações cambiais do Banco é composta por operações com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

8. Crédito Total

A rubrica de Crédito total é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito total	85 963 777	880 609	75 825 141	791 280
Crédito vivo, vencido e juros a receber	87 674 332	898 132	77 933 005	813 277
Em moeda nacional	67 702 350	693 540	56 778 073	592 513
Empresas	61 187 435	626 802	50 969 526	531 897
Particulares	6 514 915	66 738	5 808 547	60 616
Em moeda estrangeira	17 282 016	177 036	19 228 149	200 657
Empresas	16 361 306	167 604	17 903 138	186 830
Particulares	920 710	9 432	1 325 011	13 827
Juros a receber	2 689 966	27 556	1 926 783	20 107
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)	(1 710 555)	(17 523)	(2 107 864)	(21 997)

O Crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os juros a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas e compromissos irrevogáveis.

O Crédito total classificado como crédito vivo e crédito vencido é apresentado como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	87 674 332	898 132	77 933 005	813 277
Crédito vivo	85 835 854	879 299	75 877 565	791 827
Moeda nacional	66 083 562	676 957	55 209 527	576 144
Moeda estrangeira	17 098 095	175 152	18 821 331	196 412
Juros a receber	2 654 197	27 190	1 846 707	19 271
Crédito vencido	1 838 478	18 833	2 055 440	21 450
Até 60 dias	357 066	3 658	573 024	5 980
Há mais de 60 dias	1 445 643	14 809	1 402 340	14 634
Juros a receber	35 769	366	80 076	836

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2013, o saldo de crédito concedido aos colaboradores do Banco, foi de AOA 1 353 510 milhares (USD 13 865 milhares). Em 2012, o crédito concedido aos colaboradores foi de AOA 992 611 milhares (USD 10 359 milhares).

A análise do Crédito vivo e vencido por modalidade de financiamento é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	87 674 332	898 132	77 933 005	813 277
Crédito rendas	22 117 287	226 569	13 751 953	143 509
Sector público	-	-	-	-
Sector empresarial	16 384 616	167 843	8 813 168	91 970
Particulares	5 732 671	58 726	4 938 785	51 539
Financiamento	28 753 350	294 548	29 430 517	307 125
Sector público	2 613 026	26 768	690 582	7 207
Sector empresarial	25 056 451	256 677	26 971 994	281 469
Particulares	1 083 873	11 103	1 767 941	18 450
Contas correntes caucionadas	29 568 231	302 896	28 219 476	294 487
Sector público	-	-	-	-
Sector empresarial	29 447 352	301 658	28 219 476	294 487
Particulares	120 879	1 238	-	-
Cartões	292 151	2 993	259 929	2 713
Sector público	-	-	-	-
Sector empresarial	36 780	377	32 650	341
Particulares	255 371	2 616	227 279	2 372
Descobertos	4 253 347	43 570	4 344 347	45 336
Sector público	1 018 251	10 431	-	-
Sector empresarial	2 992 265	30 651	4 144 794	43 253
Particulares	242 831	2 488	199 553	2 082
Juros a receber	2 689 966	27 556	1 926 783	20 107

A 31 de Dezembro de 2013 o Crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

2013		
AOA'000		
	Crédito vivo, vencido e juros a receber	%
Total	87 674 332	100%
Imobiliário	13 807 047	15,75%
Agricultura e pastorícia	13 007 872	14,84%
Indústrias transformadoras	8 991 623	10,26%
Outros sectores	7 697 942	8,78%
Comércio a grosso e a retalho	8 830 365	10,07%
Construção geral	8 579 941	9,79%
Particulares	7 435 874	8,48%
Prestação de serviços	7 196 644	8,21%
Extração e preparação minérios	3 895 935	4,44%
Transporte, armazenagem e comunicação	1 905 664	2,17%
Telecomunicações	1 315 333	1,50%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 204 403	1,37%
Órgãos públicos	1 018 251	1,16%
Alojamento e restauração	97 472	0,11%
Juros a receber	2 689 966	3,07%

2013		
USD'000		
	Crédito vivo, vencido e juros a receber	%
Total	898 132	100%
Imobiliário	141 439	15,75%
Agricultura e pastorícia	133 252	14,84%
Indústrias transformadoras	92 110	10,26%
Outros sectores	78 857	8,78%
Comércio a grosso e a retalho	90 458	10,07%
Construção geral	87 893	9,79%
Particulares	76 172	8,48%
Prestação de serviços	73 722	8,21%
Extração e preparação minérios	39 910	4,44%
Transporte, armazenagem e comunicação	19 522	2,17%
Telecomunicações	13 474	1,50%
Instituições bancárias e intermediação monetária	12 338	1,37%
Órgãos públicos	10 431	1,16%
Alojamento e restauração	998	0,11%
Juros a receber	27 556	3,07%

A 31 de Dezembro de 2012 o Crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

2012		
AOA'000		
	Crédito vivo e vencido	%
Total	77 933 005	100%
Prestação de serviços	26 395 762	33,87%
Particulares	7 133 920	9,15%
Comércio a grosso e a retalho	6 823 986	8,76%
Transporte, armazenagem e comunicação	6 021 867	7,73%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 322 468	1,70%
Construção geral	8 381 263	10,75%
Extração e preparação minérios	4 283 230	5,50%
Indústrias transformadoras	5 918 821	7,59%
Agricultura e pastorícia	8 655 104	11,11%
Órgãos públicos	785 790	1,01%
Alojamento e restauração	109 839	0,14%
Outros sectores	174 173	0,22%
Juros a receber	1 926 783	2,47%

2012		
USD'000		
	Crédito vivo e vencido	%
Total	813 277	100%
Prestação de serviços	275 455	33,87%
Particulares	74 447	9,15%
Comércio a grosso e a retalho	71 212	8,76%
Transporte, armazenagem e comunicação	62 842	7,73%
Instituições bancárias e intermediação monetária	13 801	1,70%
Construção geral	87 463	10,75%
Extração e preparação minérios	44 698	5,50%
Indústrias transformadoras	61 766	7,59%
Agricultura e pastorícia	90 321	11,11%
Órgãos públicos	8 200	1,01%
Alojamento e restauração	1 146	0,14%
Outros sectores	1 818	0,22%
Juros a receber	20 107	2,47%

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2013, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	Total 2013	Total 2013
	AOA'000	AOA'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	69 578 877	18 095 455	87 674 332	898 132
Até 3 meses	17 776 732	7 392 313	25 169 045	257 831
De 3 meses a 1 ano	14 044 644	6 502 406	20 547 050	210 483
De 1 ano até 3 anos	10 386 733	613 824	11 000 557	112 689
De 3 anos até 5 anos	6 479 815	1 278 507	7 758 322	79 476
Mais de 5 anos	17 395 640	1 311 045	18 706 683	191 631
Prazo indeterminado	1 618 786	183 921	1 802 709	18 466
Juros a receber	1 876 527	813 439	2 689 966	27 556

A análise do crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2012, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	Total 2012	Total 2012
	AOA'000	AOA'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	58 457 144	19 475 861	77 933 005	813 277
Até 3 meses	17 271 395	6 495 199	23 766 594	248 018
De 3 meses a 1 ano	12 079 449	9 038 376	21 117 825	220 377
De 1 ano até 3 anos	6 580 152	472 291	7 052 443	73 596
De 3 anos até 5 anos	4 246 199	685 617	4 931 816	51 466
Mais de 5 anos	15 032 332	2 129 848	17 162 180	179 098
Prazo indeterminado	1 568 546	406 818	1 975 364	20 615
Juros a receber	1 679 071	247 712	1 926 783	20 107

A análise do crédito vivo e vencido por moeda e taxas de Juro médias ponderadas da carteira de crédito é apresentada como segue:

	2013	2013	2012	2012		
	Taxa de juro média	Em moeda Nacional	Em moeda Nacional	Taxa de juro média	Em moeda Nacional	Em moeda Nacional
		AOA'000	USD'000		AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber		87 674 332	898 132		77 933 005	813 277
Kwanzas	12,36%	67 702 350	693 540	13,27%	58 457 144	610 035
Euros (*)	20,00%	14	0	0,00%	2 439 794	25 461
Dólares Americanos	7,36%	17 281 797	177 034	8,48%	17 035 855	177 779
Randes (*)	20,00%	205	2	20,00%	212	2
Juros a receber		2 689 966	27 556		1 926 783	20 107

(*) Trata-se do efeito líquido resultante de uma operação passiva.

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a análise da carteira de crédito entre residentes e não residentes é apresentada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	87 674 332	898 132	77 933 005	813 277
Em moeda nacional	67 702 350	693 540	56 778 073	592 513
Residentes	67 698 912	693 505	56 773 380	592 464
Não Residentes	3 438	35	4 693	49
Em moeda estrangeira	17 282 016	177 036	19 228 149	200 657
Residentes	17 282 015	177 036	19 228 147	200 657
Não Residentes	1	0	2	0
Juros a receber	2 689 966	27 556	1 926 783	20 107

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os 10 maiores clientes do Banco representavam em conjunto 43,92% e 41,32% da carteira de crédito vivo e vencido, respectivamente.

A distribuição do crédito vivo e vencido por classe de risco e as respectivas provisões é apresentada como segue:

2013						
AOA'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		85 835 854	1 838 478	87 674 332	1 710 555	-
Nulo	A	141 745	2 200	143 945	0	0%
Muito Reduzido	B	80 762 399	331 083	81 093 482	892 513	1%
Reduzido	C	1 940 440	413 001	2 353 441	73 758	3%
Moderado	D	67 861	116 499	184 360	18 807	10%
Elevado	E	64 704	300 822	365 526	74 606	20%
Muito Elevado	F	106 269	304 871	411 140	209 703	50%
Perda	G	98 239	334 233	432 472	441 168	100%
Juros a receber		2 654 197	35 769	2 689 966	-	-

2013						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		879 299	18 833	898 132	17 523	-
Nulo	A	1 452	22	1 475	0	0%
Muito Reduzido	B	827 327	3 392	830 718	9 143	1%
Reduzido	C	19 878	4 231	24 109	756	3%
Moderado	D	695	1 193	1 889	193	10%
Elevado	E	663	3 082	3 744	764	20%
Muito Elevado	F	1 089	3 123	4 212	2 148	50%
Perda	G	1 005	3 424	4 430	4 519	100%
Juros a receber		27 190	366	27 556	-	-

2012						
AOA'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		75 877 565	2 055 440	77 933 005	2 107 864	-
Nulo	A	3 817 720	14 260	3 831 980	-	0%
Muito Reduzido	B	65 892 300	285 117	66 177 417	696 093	1%
Reduzido	C	3 417 038	460 151	3 877 189	113 456	3%
Moderado	D	2 273	285 199	287 472	28 318	10%
Elevado	E	156 938	270 815	427 753	83 821	20%
Muito Elevado	F	35 286	343 771	379 057	186 464	50%
Perda	G	709 303	316 051	1 025 354	999 712	100%
Juros a receber		1 846 707	80 076	1 926 783	-	-

2012						
USD'000						
Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		791 826	21 450	813 276	21 997	-
Nulo	A	39 840	149	39 989	-	0%
Muito Reduzido	B	687 624	2 975	690 599	7 264	1%
Reduzido	C	35 659	4 802	40 461	1 184	3%
Moderado	D	23	2 976	2 999	296	10%
Elevado	E	1 638	2 826	4 464	875	20%
Muito Elevado	F	368	3 588	3 956	1 946	50%
Perda	G	7 403	3 298	10 701	10 433	100%
Juros a receber		19 271	836	20 107	-	-

A recuperação de créditos transferidos para prejuízo ascendeu a AOA 543 608 milhares (USD 5 569 milhares) em 2013 e a AOA 1 556 820 milhares (USD 16 314 milhares) em 2012.

Os movimentos de provisões para crédito de liquidação duvidosa são analisados como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Saldo em 1 de Janeiro	2 107 864	21 997	2 255 383	23 671
Dotações	1 292 446	13 240	300 585	3 150
Reposições	(594 941)	(6 095)	-	-
Utilizações	(1 094 814)	(11 215)	(448 104)	(4 676)
Diferença cambial	-	(404)	-	(148)
Saldo em 31 de Dezembro	1 710 555	17 523	2 107 864	21 997

9. Outros valores

A rubrica Outros valores é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outros valores	8 094 746	82 922	6 792 528	70 884
Direitos junto de consorciados	2 545	26	-	-
Devedores diversos	5 660 539	57 986	6 185 260	64 547
Despesas antecipadas	193 090	1 978	85 799	895
Material de expediente	30 982	317	30 982	323
Bens não de uso próprio	2 207 135	22 610	484 059	5 051
Outros adiantamentos	455	5	6 428	68

A rubrica Devedores diversos é composta majoritariamente por valores a receber de accionistas pela compra das acções próprias do Banco no montante de AOA 2 677 301 milhares (USD 27 426 milhares) e valores a receber do Estado por comissões na cobrança de impostos no montante de AOA 455.694 milhares (USD 4 668 milhares).

A variação na rubrica de Bens não de uso próprio deve-se a reclassificação da antiga sede, que se encontrava em Imobilizado corpóreo para Bens não de uso próprio.

10. Imobilizações financeiras

A rubrica Imobilizações financeiras é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Imobilizações financeiras	3 226 943	33 057	1 637 265	17 086
Participações em outras sociedades	152 865	1 566	183 473	1 915
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	36 848	378	36 848	385
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	116 017	1 188	146 625	1 530
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	3 074 078	31 491	1 453 792	15 171

A 31 de Dezembro de 2013, o Banco BNI detém uma participação de 99,972%, no capital do BNI Europa, S.A. que corresponde a AOA 3 074 078 milhares (USD 31 500 milhares).

A variação da participação de Facilcred – Sociedade de Microcrédito, S.A. deve-se à equivalência patrimonial correspondendo a AOA 30 608 milhares (USD 314 milhares).

A descrição das participações é a seguinte:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% Participação	N.º de Acções detidas
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	AOA	910 000	Acções	1,98%	18 018
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	EUR	25 000	Acções	97,97%	4 998
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.	AOA	287 500	Acções	51,00%	1 275

11. Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2013:

Imobilizado bruto	AOA'000				
	Saldo em 31-Dez-12	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31-Dez-13
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	14 571 777	1 169 739	(2 837 792)	885 457	13 789 181
Outras imobilizações	5 523	539 059	(1 395)	(537 664)	5 523
Imobilizações em curso	1 530 120	151 862	-	(347 793)	1 334 189
Imobilizado corpóreo	16 107 420	1 860 660	(2 839 187)	-	15 128 893
Imobilizado incorpóreo	1 424 991	13 070	-	-	1 438 061
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(2 781 415)	(1 105 701)	856 477	-	(3 030 639)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(2 781 415)	(1 105 701)	856 477	-	(3 030 639)
Imobilizado incorpóreo	(929 829)	(224 362)	-	-	(1 154 191)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	13 326 005	754 959	(1 982 710)	-	12 098 254
Imobilizado incorpóreo líquido	498 162	(214 292)	-	-	283 870

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-12	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-13
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	152 065	11 983	(29 070)	9 071	(2 792)	141 256
Outras imobilizações	58	5 522	(14)	(5 508)	(1)	57
Imobilizações em curso	15 968	1 556	-	(3 563)	(294)	13 668
Imobilizado corpóreo	168 090	19 060	(29 084)	-	(3 087)	154 980
Imobilizado incorpóreo	14 871	133	-	-	(273)	14 731
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(29 026)	(11 488)	8 935	-	533	(31 046)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(29 026)	(11 488)	8 935	-	533	(31 046)
Imobilizado incorpóreo	(9 672)	(2 298)	-	-	147	(11 823)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	139 065	7 572	(20 149)	-	(2 554)	123 934
Imobilizado incorpóreo líquido	5 199	(2 165)	-	-	(126)	2 908

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2012:

AOA'000					
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-11	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Saldo em 31-Dez-12
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	7 100 425	3 557 298	-	3 914 054	14 571 777
Outras imobilizações	5 523	-	-	-	5 523
Imobilizações em curso	4 695 322	1 243 572	(308 066)	(4 100 708)	1 530 120
Imobilizado corpóreo	11 801 270	4 800 870	(308 066)	(186 654)	16 107 420
Imobilizado incorpóreo	983 447	532 990	(25 165)	(66 281)	1 424 991
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(1 375 081)	(1 404 687)	-	(1 647)	(2 781 415)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(1 375 081)	(1 404 687)	-	(1 647)	(2 781 415)
Imobilizado incorpóreo	(786 142)	19 4350	1 645	52 018	92 9829
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	10 426 190	3 396 183	(308 066)	(188 301)	13 326 005
Imobilizado incorpóreo líquido	197 305	338 640	(23 520)	(14 263)	498 162

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-11	Adições	Abates	Regularizações / Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-12
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	74 520	37 123	-	40 845	(423)	152 065
Outras imobilizações	58	-	-	-	-	58
Imobilizações em curso	49 278	12 977	(3 215)	(42 793)	(280)	15 968
Imobilizado corpóreo	123 856	50 100	(3 215)	(1 948)	(703)	168 090
Imobilizado incorpóreo	10 321	5 562	(263)	(692)	(59)	14 871
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(14 432)	(14 720)	-	(17)	143	(29 026)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(14 432)	(14 720)	-	(17)	143	(29 026)
Imobilizado incorpóreo	(8 251)	(2 036)	17	543	(55)	(9 672)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	109 424	35 380	(3 215)	(1 965)	(560)	139 065
Imobilizado incorpóreo líquido	2 071	3 525	(245)	(149)	(4)	5 199

Na rubrica de móveis, utensílios, instalações e equipamentos, o valor das aquisições inclui o valor do silo automóvel e a transferência do projecto imobiliário "Jaguar", que se encontrava classificado como bens de não uso próprio. O valor dos abates inclui a reclassificação da antiga sede como bens de não uso próprio.

A rubrica imobilizações em curso refere-se essencialmente a agências em construção.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de imobilizado incorpóreo contemplava custos plurianuais, software e organismos em expansão.

12. Depósitos

A rubrica de Depósitos de clientes a 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 é apresentada como segue:

Depósitos	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depósitos	133 499 669	1 367 565	125 102 191	1 305 516
Depósitos à vista	63 626 375	651 785	50 545 499	527 472
Em moeda nacional	50 280 214	515 068	34 402 776	359 013
Em moeda estrangeira	13 346 161	136 718	16 142 723	168 459
Depósitos a prazo	69 870 655	715 752	59 127 524	617 031
Em moeda nacional	45 768 574	468 851	34 251 514	357 435
Em moeda estrangeira	23 347 008	239 166	24 385 181	254 474
Juros a pagar	755 073	7 735	490 829	5 122
Outros depósitos	2 639	27	15 429 168	161 013

Em 31 de Dezembro de 2013 os saldos das entidades relacionadas ascendem a AOA 7 883 325 milhares (USD 80 756 milhares) e em 31 de Dezembro de 2012 ascendem a AOA 1 943 420 milhares (USD 20 281 milhares), conforme a nota 33.

A decomposição dos depósitos a prazo em função da sua duração residual e por moeda é a seguinte forma:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depósitos à prazo	69 870 655	715 752	59 127 524	617 031
Em moeda nacional	45 768 574	468 851	34 251 514	357 435
Até 3 meses	26 599 293	272 482	23 959 663	250 033
De 3 a 6 meses	12 713 542	130 237	7 028 208	73 344
De 6 meses a 1 ano	6 455 630	66 131	3 263 535	32 874
Mais de 1 ano	109	1	108	1 184
Em moeda estrangeira	23 347 008	239 166	24 385 181	254 474
Até 3 meses	5 185 790	53 123	14 655 278	152 937
De 3 a 6 meses	9 877 117	101 181	2 256 723	23 550
De 6 meses a 1 ano	8 255 447	84 568	7 438 399	77 624
Mais de 1 ano	28 654	294	34 781	363
Juros a pagar	755 073	7 735	490 829	5 122

A 31 de Dezembro de 2013 os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 5,54%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 4,58% e 4,36%, respectivamente.

13. Captações de liquidez

A rubrica Captações de liquidez é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Captações de liquidez	15 749 888	161 341	6 201 050	64 712
Tomadas de posição a curto-prazo em moeda nacional	-	-	6 201 050	64 712
Tomadas de posição a longo-prazo em moeda estrangeira	15 749 888	161 341	-	-

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Captações de liquidez era composta por tomadas de posição a

Em 31 de Dezembro de 2012 os depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 5,99%. Os depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros a taxa de 4,70% e 5,45%, respectivamente.

longo prazo, junto de banco central, em Dólares norte americanos, com uma taxa média de 2,83%.

14. Obrigações no sistema de pagamentos

A rubrica Obrigações no sistema de pagamentos é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Obrigações no sistema de pagamentos	1 083 198	11 096	2 241 542	23 392
Recursos de outras entidades	1 083 198	11 096	2 241 542	23 392
Compensação de cheques e outros papéis	787 135	8 063	304 215	3 175
Outros pendente de liquidação	67 292	689	1 626 516	16 973
Relações com correspondentes	228 771	2 344	310 811	3 244

A rubrica Obrigações no sistema de pagamentos é composta essencialmente por cheques visados transacionados nos últimos dias de 2013 compensados no início de 2014.

15. Outras captações para liquidez

A rubrica Outras captações para liquidez é analisada como se segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outras captações para liquidez	5 219 814	53 472	5 274 529	55 043
Divida subordinada	4 959 881	50 809	4 867 157	50 792
Valor nominal	4 880 925	50 000	4 791 295	50 000
Juros a pagar	78 956	809	75 862	792
Outras captações	259 933	2 663	407 372	4 251
Depositos de instituições de crédito no estrangeiro	88 634	908	-	-
Recursos pré-pagos	171 299	1 755	407 372	4 251

Em 2010, o Banco emitiu 5 000 obrigações subordinadas no valor nominal de USD 10 cada, com vencimento previsto a partir do 7º ano após o início da subscrição.

Os juros vencem a uma taxa fixa de 6% ao ano, pagos trimestral e postecipadamente.

16. Outras obrigações

A rubrica Outras obrigações é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outras obrigações	6 355 123	65 102	2 961 851	30 908
Dividendos a pagar	74 506	763	11 766	123
De natureza fiscal	1 628 502	16 682	837 454	8 739
De natureza cível	4 248 158	43 518	1 928 618	20 125
Pessoal, salários e remunerações	403 957	4 138	181 669	1 896
Outros custos administrativos	-	-	2 344	25

A rubrica Outras obrigações de natureza fiscal inclui o montante de AOA 1 458 254 milhares (2012: AOA 750 151 milhares) referente a imposto industrial, a liquidar, conforme mencionado na nota 31.

A 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Outras obrigações de natureza cível inclui o montante de AOA 3 468 556 milhares referente a cauções recebidas de clientes.

A 31 de Dezembro de 2013 a rubrica Pessoal, salários e remunerações corresponde a valores já registados em custos mas não liquidados (provisão para férias e para subsídio de férias).

17. Provisões para responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões para responsabilidades prováveis refere-se a provisões para contingências fiscais, por responsabilidades de natureza administrativa, por natureza cível, de sobrevivência e prestação de garantias.

Os movimentos da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis, por natureza, durante 2013 e 2012 são analisados como se segue:

AOA'000	31/12/12	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31/12/13
Provisões para responsabilidades prováveis	377 361	155 953	(120 619)	(46 118)	-	366 577
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	78 983	-	(55 796)	-	-	23 187
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	60 000	-	-	-	-	60 000
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	59 149	55 518	-	(46 118)	(278)	68 271
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	-	44 426	-	-	-	44 426
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	179 229	56 009	(64 823)	-	278	170 693

AOA'000	31/12/11	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31/12/12
Provisões para responsabilidades prováveis	55 572	332 332	(10 544)	-	-	377 361
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	78 983	-	-	-	78 983
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	-	60 000	-	-	-	60 000
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	-	59 149	-	-	-	59 149
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias	55 572	134 201	(10 544)	-	-	179 229

USD'000	31/12/12	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Diferenças cambiais de conversão	31/12/13
Provisões para responsabilidades prováveis	3 938	1 598	(1 236)	(472)	-	(72)	3 755
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	824	-	(572)	-	-	(15)	238
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	626	-	-	-	-	(11)	615
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	617	569	-	(472)	(3)	(11)	700
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	-	455	-	-	-	-	455
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e crédito doc.	1 871	574	(664)	-	3	(35)	1 749

USD'000	31/12/11	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Diferenças cambiais de conversão	31/12/12
Provisões para responsabilidades prováveis	583	3 372	-	-	-	(17)	3 938
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	-	828	-	-	-	(4)	824
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	-	628	-	-	-	(2)	626
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	-	620	-	-	-	(3)	617
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias	583	1 296	-	-	-	(8)	1 871

18. Capital social

O Banco de Negócios Internacional foi constituído com um capital social de AOA 1 606 960 milhares (USD 20 000 milhares à taxa de câmbio de AOA 80,35 em 2 de Fevereiro de 2006), representado por 2 000 000 de acções de valor nominal equivalente a USD 10 cada.

Durante os exercícios de 2008 e 2010, o Banco realizou aumentos de capital no montante de AOA 2 559 033 milhares e AOA 1 873 111 milhares, respectivamente. Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2013, o capital social do Banco é de AOA 6 039 104 milhares (USD 61 865 milhares), integralmente subscrito e realizado, dividido e representado por 2 000 000 acções, com valor nominal de AOA 3 milhares (USD 31) cada.

As participações accionistas apresentam-se da seguinte forma:

Accionistas	Nº Acções	Valor AOA'000	% Participações
Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares	565 600	1 707 858	28,28%
João Baptista de Matos	232 600	702 348	11,63%
BGI	200 000	603 910	10,00%
Valdomiro Minoru Dondo	135 200	408 243	6,76%
José Teodoro Garcia Boyol	108 200	326 716	5,41%
Ivan Leite de Moraes	105 800	319 469	5,29%
Óscar Tito Cardoso Fernandes	100 400	303 163	5,02%
Rute Marisa Proença Brito	100 000	301 955	5,00%
Arnaldo Leiro Octávio	86 400	260 889	4,32%
Joaquim Manuel Nunes	74 000	223 447	3,70%
Leonel da Rocha Pinto	64 200	193 855	3,21%
Kanda Nimi Kassoma	63 000	190 232	3,15%
Rui da Cruz	42 200	127 425	2,11%
Mário de Almeida Dias	42 200	127 425	2,11%
Manuel Arnaldo Calado	22 000	66 430	1,10%
Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues	20 000	60 391	1,00%
Conselho Nacional de Carregadores	20 000	60 391	1,00%
António de Sousa Marques de Oliveira	10 000	30 196	0,50%
	1 991 800	6 014 343	99,59%
Acções em Carteira	8 200	24 761	0,41%
Total	2 000 000	6 039 104	100,00%

Dando cumprimento ao n.º 3, do art.º 446 da Lei n.º 1/04 de 13 de Fevereiro, as detenções de capital por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização são as seguintes:

Accionista	Cargo	Aquisição	Nº Acções	% Participações
Mário Palhares	Presidente	Valor Nominal	565 600	28,28%
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente	Valor Nominal	108 200	5,41%
Carlos M. de Carvalho Rodrigues	Presidente Conselho Fiscal	Valor Nominal	20 000	1,00%

O Conselho de Administração propõe para deliberação da Assembleia-Geral no dia 31 de Março de 2014 a seguinte aplicação de resultados:

O Resultado líquido do exercício, no montante de AOA 2 759 277 milhares, corresponde a um lucro por acção de AOA 1 380 milhares (2012 foi de AOA 1 689 milhares).

Reserva legal - AOA 551 855 milhares (USD 5 720 milhares) - 20,00 % do resultado líquido;

Resultados transitados - AOA 2 207 422 milhares (USD 22 880 milhares) - 80,00 % do resultado líquido.

19. Reservas, fundos e resultados transitados

A rubrica de Reservas, fundos e resultados transitados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é apresentada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Reservas e fundos	4 536 729	46 474	3 865 657	40 340
Reserva legal	3 006 282	30 796	2 330 576	24 321
Fundo social	45 352	465	49 986	522
Outras reservas	1 485 095	15 213	1 485 095	15 497
Resultados transitados	7 869 264	80 612	5 926 612	61 848

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, o Banco tem transferido anualmente para esta reserva 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

20. Proveitos de instrumentos financeiros activos

A rubrica Proveitos de instrumentos financeiros activos é apresentada como segue:

	2013	2013	2012	2012
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Proveitos de instrumentos financeiros activos	10 660 824	110 503	9 162 645	96 015
De aplicações de liquidez	416 227	4 314	21 798	228
De títulos e valores mobiliários	657 705	6 817	836 368	8 764
Mantidos até ao vencimento	657 705	6 817	836 368	8 764
De crédito	9 586 892	99 372	8 304 479	87 023

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente aos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro, assim como de operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários respeitam aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

A rubrica Proveitos de crédito reflecte os juros dos contractos de créditos concedidos a clientes.

21. Custos de instrumentos financeiros passivos

A rubrica Custos de instrumentos financeiros passivos é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Custos de instrumentos financeiros passivos	(4 716 552)	(48 889)	(3 477 756)	(36 443)
De depósitos	(3 787 404)	(39 258)	(2 787 543)	(29 210)
De depósitos à ordem	(7 814)	(81)	(18 054)	(189)
De depósitos à prazo	(3 779 590)	(39 177)	(2 769 489)	(29 021)
De captações liquidez	(638 059)	(6 614)	(402 332)	(4 216)
De outras captações	(291 089)	(3 017)	(287 881)	(3 017)
De captações com dívida subordinada	(291 089)	(3 017)	(287 881)	(3 017)

A rubrica Custos de captações liquidez inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

22. Resultados em operações cambiais

A rubrica Resultados em operações cambiais é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultados em operações cambiais	2 682 562	27 805	2 126 546	22 284
Reavaliação da posição cambial				
Lucros	7 567 712	78 442	17 362 218	181 938
Prejuízos	(4 885 150)	(50 637)	(15 235 672)	(159 654)
Líquido	2 682 562	27 805	2 126 546	22 284

Os resultados em operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

23. Resultado da prestação de serviços financeiros

A rubrica Resultado da prestação de serviços financeiros é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultado da prestação de serviços financeiros	2 426 184	25 148	2 317 226	24 282
Comissões recebidas	3 075 539	31 879	3 352 774	35 133
Cartões Visa e Mastercard	1 208 702	12 529	1 433 032	15 017
Transferências	851 412	8 825	553 277	5 798
Abertura de linhas de crédito	308 974	3 203	522 118	5 471
Crédito documentário	180 792	1 874	222 825	2 335
Outras operações bancárias	55 322	573	204 913	2 147
Outros serviços bancários	345 303	3 579	392 402	4 112
Outros compromissos	125 034	1 296	24 207	253
Comissões pagas	(649 355)	(6 731)	(1 035 548)	(10 851)
Cartões Visa e Mastercard	(602 741)	(6 248)	(965 578)	(10 118)
Linhas de crédito irrevogáveis	(40 420)	(419)	(63 328)	(663)
Outras comissões	(6 194)	(64)	(6 642)	(70)

A rubrica Outras operações bancárias refere-se a proveitos com comissões de gestão da carteira de crédito.

A rubrica Outros serviços bancários inclui proveitos com comissões resultantes do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para arrecadação de

receitas no montante de AOA 326 705 milhares (2012: AOA 219 790 milhares).

A rubrica Outros compromissos inclui proveitos com prémios de garantias prestadas no montante de AOA 117 903 milhares (2012: AOA 22 792 milhares).

24. Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prest. garantias

A rubrica Provisões para crédito de liquidação duvidosa regista as dotações líquidas de reversões e é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Total	(688 691)	(7 139)	(424 242)	(4 446)
Crédito interno (Nota 8)	(697 505)	(7 230)	(300 585)	(3 150)
Dotações	(1 292 446)	(13 397)	(300 585)	(3 150)
Reposições	594 941	6 167	-	-
Responsabilidades prováveis (Nota 17)	8 814	91	(123 657)	(1 296)
Dotações	(56 009)	(573)	(134 201)	(1 406)
Reposições	64 823	664	10 544	110

25. Custos com o pessoal

A rubrica de Custos com pessoal é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Custos com pessoal	(2 688 542)	(27 868)	(1 893 030)	(19 837)
Órgãos de gestão e fiscalização	(623 939)	(6 467)	(302 377)	(3 169)
Salário base	(299 676)	(3 106)	(259 809)	(2 723)
Subsídios e Bónus	(324 263)	(3 361)	(42 568)	(446)
Colaboradores	(1 906 780)	(19 765)	(1 463 602)	(15 337)
Salário base	(1 446 714)	(14 996)	(1 155 179)	(12 105)
Subsídios e Bónus	(460 066)	(4 769)	(308 423)	(3 232)
Encargos sociais	(157 823)	(1 636)	(127 051)	(1 331)
Obrigatórios	(151 091)	(1 566)	(119 584)	(1 253)
Facultativos	(6 732)	(70)	(7 467)	(78)

O número de colaboradores do Banco no final do exercício de 2013 foi de 735 (569 em 2012), dividindo-se nas seguintes categorias profissionais:

	2013	2012
Administração	7	5
Assessores	2	2
Directores	25	13
Sub - Directores		
Coordenadores	19	38
Chefes Deptos		
Gerentes BNI Prime	65	52
Gerentes BNI		
Técnicos	617	459
	735	569

26. Fornecimentos de terceiros

A rubrica de Fornecimento de terceiros é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Fornecimentos de terceiros	(3 273 571)	(33 932)	(2 518 754)	(26 394)
Comunicações	(101 664)	(1 054)	(94 561)	(991)
Água e energia	(18 841)	(195)	(16 251)	(170)
Transportes, deslocações e alojamentos	(219 119)	(2 271)	(170 445)	(1 786)
Publicações, publicidade e propaganda	(82 891)	(859)	(261 627)	(2 742)
Segurança, conservação e reparação	(317 465)	(3 291)	(120 922)	(1 267)
Auditorias, consultorias e outros serv. técnicos especializados	(1 217 779)	(12 623)	(932 801)	(9 775)
Seguros	(124 402)	(1 289)	(99 200)	(1 040)
Alugueres	(369 320)	(3 828)	(336 641)	(3 528)
Materiais diversos	(567 655)	(5 884)	(299 062)	(3 134)
Outros fornecimentos de terceiros	(254 435)	(2 638)	(187 244)	(1 961)

A rubrica de Auditorias e consultorias inclui serviços de consultoria informática no montante de AOA 348 301 milhares (2012: AOA 316 635 milhares), segurança no montante de AOA 473 366 milhares (2012: AOA 378 143 milhares) e serviços de consultoria financeira no montante de AOA 122 974 milhares (2012: AOA 120 685 milhares).

27. Depreciações e amortizações

A rubrica de Depreciações e amortizações é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Depreciações e amortizações	(1 329 993)	(13 786)	(1 599 037)	(16 756)
Imobilizações corpóreas	(1 105 701)	(11 461)	(1 406 457)	(14 738)
Imóveis de serviço próprio	(617 055)	(6 396)	(735 082)	(7 703)
Outras imobilizações	(53 845)	(558)	(266 048)	(2 788)
Equipamento	(434 801)	(4 507)	(405 327)	(4 247)
Imobilizações incorpóreas	(224 292)	(2 325)	(192 580)	(2 018)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 integrava o imobilizado incorpóreo custos plurianuais, software e organismos em expansão.

28. Provisões sobre outras responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões sobre outras responsabilidades prováveis é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	(44 148)	(458)	198 132	2 076
Provisões s/ resp. prováveis de natureza fiscal	(55 796)	(578)	78 983	828
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	-	-	60 000	628
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	55 518	575	59 149	620
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	44 426	460	-	-

29. Outros proveitos e custos operacionais

A rubrica de Outros proveitos e custos operacionais é analisada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Outros proveitos e custos operacionais	1 631 597	16 912	384 901	4 033
Outros proveitos operacionais	1 752 034	18 160	1 115 736	11 692
Recuperação de créditos anulados	543 814	5 637	-	-
Anuidades	142 702	1 479	153 660	1 610
Outras prestações de serviços	883 702	9 160	262 234	2 748
Outros proveitos	181 813	1 884	699 842	7 334
Irreconciliáveis	2	0	-	-
Irregulares	1	0	-	-
Outros custos operacionais	(120 437)	(1 248)	(730 835)	(7 658)
Regulares	(44 713)	(463)	(20)	-
Furtos	(3 789)	(39)	(960)	(10)
Custos e prejuízos diversos	(71 935)	(746)	(729 852)	(7 648)
Irregulares	-	-	(3)	(0)

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Outros prestações de serviços inclui o montante de AOA 583 664 milhares, (USD 6 050 milhares) referentes à assessorias financeiras.

30. Resultado não operacional

A rubrica de Resultado não operacional é apresentada como se segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Resultados não operacionais	(455 672)	(4 723)	183 567	1 924
Ganhos e perdas nas imobilizações	54 087	561	-	-
Imobilizações financeiras	(30 608)	(317)	-	-
Imobilizações corpóreas	84 695	878	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(509 759)	(5 284)	183 567	1 924
Ganhos de exercícios anteriores	348 794	3 615	677 416	7 099
Perdas de exercícios anteriores	(858 553)	(8 899)	(493 849)	(5 175)

31. Encargos sobre o resultado corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2013 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 72º, da Lei n.º 18 / 92, de 3 de Julho, sendo a taxa de imposto aplicável de 35%, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 5 / 99, de 6 de Agosto (notas 2.2 j).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados ascende ao montante de AOA 1 458 254 milhares e AOA 750 151 milhares, respectivamente.

O cálculo do Imposto Industrial é apresentado como se segue:

	2013		2012	
	AOA'000	AOA'000	AOA'000	AOA'000
Resultado Antes de Imposto	4 217 531	4 128 677		
Deduções e abatimentos	(665 593)	(2 262 737)		
Acréscimos	640 908	277 349		
Matéria colectável	4 192 846	2 143 289		
Imposto Industrial (35%)	1 458 254	750 151		
Resultado líquido	2 734 592	1 393 138		
Taxa efectiva de imposto	34,6%	18,2%		

32. Balanço por moedas

Estrutura do balanço por moedas à 31 de Dezembro de 2013:

AOA'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	57 441 313	3 664 177	7 971	24 628	123 037 845	184 175 934
Disponibilidades	11 473 191	363 808	7 768	24 628	19 569 321	31 438 716
Aplicações de liquidez	26 207 307	833 340	0	0	5 000 000	32 040 647
Títulos e valores mobiliários	753 659	0	0	0	9 493 774	10 247 433
Créditos no sistema de pagamento	0	0	0	0	600	600
Operações cambiais	780 948	0	0	0	(0)	780 948
Créditos	17 695 343	14	203	0	68 268 217	85 963 777
Outros valores	530 865	2 467 015	0	0	5 096 866	8 094 746
Imobilizações	0	0	0	0	15 609 067	15 609 067
Total Passivo	(55 979 122)	(2 486 450)	(3 029)	(4 100)	(104 584 471)	(163 057 172)
Depósitos	(34 637 505)	(2 397 750)	(3 028)	(431)	(96 460 955)	(133 499 669)
Captações para liquidez	(15 749 888)	(0)	(0)	(0)	(0)	(15 749 888)
Obrigações no sist. de pagamentos	(75)	(0)	(0)	(0)	(1 083 123)	(1 083 198)
Operações cambiais	(0)	(0)	(0)	(0)	(782 904)	(782 904)
Outras captações	(4 963 186)	(84 965)	(0)	(3 669)	(167 993)	(5 219 814)
Outras obrigações	(614 284)	(3 735)	(1)	(0)	(5 737 103)	(6 355 123)
Provisões para resp. prováveis	(14 184)	(0)	(0)	(0)	(352 393)	(366 577)
Total dos Fundos Próprios	(46)	2 860	(0)	(0)	(21 121 576)	(21 118 762)

Estrutura do balanço por moedas à 31 de Dezembro de 2012:

AOA'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	50 080 258	5 190 102	12 848	22 980	106 838 389	162 144 578
Disponibilidades	26 326 953	787 325	12 636	20 591	17 638 376	44 785 881
Aplicações de liquidez	4 942 184	733 912	-	-	-	5 676 096
Títulos e valores mobiliários	741 789	-	-	-	12 077 140	12 818 929
Créditos no sist. de pagamentos	46	-	-	-	10 359	10 405
Operações cambiais	774 166	-	-	-	-	774 166
Crédito total	17 121 423	2 439 794	212	-	56 263 712	75 825 141
Outros valores	173 697	1 229 071	-	2 389	5 387 371	6 792 528
Imobilizações	-	-	-	-	15 461 432	15 461 432
Total Passivo	(58 390 159)	(4 483 035)	(6 011)	(707)	(80 054 768)	(142 934 679)
Depósitos	(51 870 161)	(4 319 424)	(6 010)	(707)	(68 905 890)	(125 102 191)
Captações de liquidez	-	-	-	-	(6 201 050)	(6 201 050)
Obrigações no sist. de pagamentos	(1 524 113)	(136 883)	-	-	(580 546)	(2 241 542)
Operações cambiais	-	-	-	-	(776 155)	(776 155)
Outras captações	(4 870 522)	-	-	-	(404 007)	(5 274 529)
Outras obrigações	(125 363)	(26 728)	(1)	-	(2 809 759)	(2 961 851)
Provisões para resp. prováveis	-	-	-	-	(377 361)	(377 361)
Total dos Fundos Próprios	8 309 901	(707 067)	(6 837)	(22 273)	(26 783 621)	(19 209 899)

33. Partes relacionadas

Accionistas

Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares
João Baptista de Matos
BCI
Valdomiro Minoru Dondo
José Teodoro Garcia Boyol
Ivan Leite de Moraes
Oscar Tito Cardoso Fernandes
Rute Marisa Proença Brito
Arnaldo Leiro Octávio
Joaquim Manuel Nunes
Leonel da Rocha Pinto
Kanda Nimi Kassoma
Rui da Cruz
Mário de Almeida Dias
Manuel Arnaldo Calado
Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues
Conselho Nacional de Carregadores
António de Sousa Marques de Oliveira

Outras entidades relacionadas

Predigest – Empreendimentos, Lda.	Cliente
BPI – Banco Privado Internacional	Correspondente

Orgãos Sociais

Mário Palhares	Presidente do Conselho de Administração
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Carlos Rodrigues	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Sandro Africano	Administrador Executivo
Lara Boyol	Administrador Executivo
Pedro Palhares	Administrador Executivo
Bruno Inglês	Administrador Executivo
João de Matos	Presidente Mesa de Assembleia Geral
Mário Dias	Vice-Presidente Mesa de Assembleia Geral
Luís Manuel Neves	Presidente Conselho Fiscal
Licínio de Assis	Vogal Conselho Fiscal
Dina Maria Leote de Oliveira	Vogal Conselho Fiscal

Empresas subsidiárias e associadas

Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.
Facilcred - Sociedade de Microcrédito, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	598 162	23 024	-	2 935 250	3 556 436
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	2 935 250	2 935 250
Crédito total (Nota 8)	598 162	23 024	-	-	621 186
Outros valores (Nota 9)	-	-	-	-	-
Passivo	6 812 663	464 111	-	442 665	7 719 439
Depósitos (Nota 12)	6 812 663	464 111	-	442 665	7 719 439

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	6 128	236	855	30 069	37 288
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	30 069	30 069
Crédito total (Nota 8)	6 128	236	-	-	6 364
Outros valores (Nota 9)	-	-	855	-	855
Passivo	69 789	4 754	1 679	4 534	80 756
Depósitos (Nota 12)	69 789	4 754	1 679	4 534	80 756

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante global de activos, passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	693 752	8 092	307 097	18 153 472	19 162 413
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	18 153 472	18 153 472
Crédito total (Nota 8)	693 752	8 092	-	-	701 844
Outros valores (Nota 9)	-	-	307 097	-	307 097
Passivo	1 921 543	21 877	-	-	1 943 420
Depósitos (Nota 12)	1 921 543	21 877	-	-	1 943 420

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	7 240	84	3 205	189 442	199 971
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	189 442	189 442
Crédito total (Nota 8)	7 240	84	-	-	7 324
Outros valores (Nota 9)	-	-	3 205	-	3 205
Passivo	20 052	228	-	-	20 280
Depósitos (Nota 12)	20 052	228	-	-	20 280

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AOA'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	3 773	20	-	-	3 793
Crédito (Nota 20)	3 773	20	-	-	3 793
Custos	16 082	720	898	1 673	19 373
Depósitos (Nota 21)	16 082	720	898	1 673	19 373

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	39	0	-	-	39
Crédito (Nota 20)	39	0	-	-	39
Custos	167	7	9	18	201
Depósitos (Nota 21)	167	7	9	18	201

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

	AOA'000				
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	94 997	23 967	-	-	118 964
Crédito (Nota 20)	94 997	23 967	-	-	118 964
Custos	114 633	9 023	25 480	-	149 136
Depósitos (Nota 21)	114 633	9 023	25 480	-	149 136

	USD'000				
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	995	251	-	-	1 246
Crédito (Nota 20)	995	251	-	-	1 246
Custos	1 201	95	267	-	1 563
Depósitos (Nota 21)	1 201	95	267	-	1 563

34. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Responsabilidades perante terceiros	19 153 212	196 205	17 286 358	180 393
Garantias prestadas	13 712 533	140 471	11 235 983	117 254
Compromissos assumidos perante terceiros	5 440 679	55 734	6 050 375	63 139

Os montantes de garantias prestadas são apresentados como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Garantias prestadas	13 712 533	140 471	11 235 983	117 254
Garantias prestadas	6 203 353	63 547	7 170 185	74 825
Crédito documentário	7 509 180	76 924	4 065 798	42 429

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro

de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os montantes de Responsabilidades por prestações de garantias são apresentados como segue:

	2013		2012	
	AOA'000	USD'000	AOA'000	USD'000
Responsabilidades por prestação de serviços	(7 468 350)	(76 505)	(10 676 787)	(111 419)
Serviços prestados por terceiros	(9 544 645)	(97 775)	(12 610 021)	(131 593)
Depósito e guarda de valores	(9 544 645)	(97 775)	(12 610 021)	(131 593)
Serviços prestados pela instituição	2 076 295	21 270	1 933 234	20 174
Cobrança	2 076 295	21 270	1 933 234	20 174

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente requerem o pagamento de uma comissão.

35. Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

36. Factos relevantes

A 31 de Março de 2014, será proposto em Assembleia Geral, um reforço de capital social do Banco no valor de AOA 8 603 704 milhares (USD 88.136 milhares), tendo por base a incorporação dos resultados transitados, perfazendo um total de AOA 14 642 808 milhares (USD 150.000 milhares), pressupondo um reforço de capital na ordem dos 142,5%.

Com o aumento do capital social o Banco BNI pretende aumentar a sua credibilidade e visibilidade a nível Nacional e Internacional, assim como garantir a estabilidade dos seus principais rácios.

Parecer Auditoria



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A. Telefone: +244 227 28 01 01
Rua do Assalto ao Quartel de Monçada, nº15 - 2º Fax: +244 227 28 01 19
Luanda - Angola

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do
Banco de Negócios Internacional, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Negócios Internacional, S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 184.175.934 milhares de AKZ e um total de fundos próprios de 21.118.762 milhares de AKZ, incluindo um resultado líquido de 2.759.277 milhares de AKZ), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras ("CONTIF") e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola ("BNA"), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

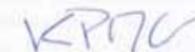
Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Negócios Internacional, S.A., em 31 de Dezembro de 2013 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 28 de Março de 2014



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Parecer do Conselho Fiscal

BANCO DE NEGOCIOS INTERNACIONAL, S.A

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1 – Dando cumprimento ao mandato que V^{as} Exs nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V^{as} Ex^{as}., o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2013.
- 2 - O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que julgadas pertinentes, tendo em função disso, concluído que as mesmas foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e normas estabelecidas para o sector.
- 3 – A actividade do Banco, no decorrer do exercício económico em análise, continuou a caracterizar-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade Comercial, baseada na execução do Plano de Actividade e Orçamento reportados ao exercício findo, tendo como pontos de relevante importância, o cumprimento dos avisos nº 1 e nº 2 do Banco Nacional de Angola que regulamenta as obrigações das Instituições Financeiras no âmbito da Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno o Banco de acordo com cronograma de acções, documentos e prazos estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola.
- 4 – Suportado na opinião e parecer dos auditores independentes que referem estarem as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados para os diversos elementos patrimoniais, em conformidade com os requisitos legais estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola, merecem a concordância do Conselho Fiscal, pelo que as Contas que são presentes aos Exm^{os}. Senhores Accionistas, reflectem os registos contabilísticos expressos nos respectivos balancetes e demais elementos que compõem as Demonstrações Financeiras.
- 5 – Face ao referido no ponto anterior, a situação económica e financeira pode ser resumida do seguinte modo:
- a) - A Demonstração de Resultados apresenta um Lucro Líquido em milhares em AKZ no valor 2.759.277, decorrente de Proveitos Operacionais e não Operacionais no valor de milhares de AKZ 17.558.899 e de Custos Operacionais e Não Operacionais no valor de milhares AKZ 13.341.368 respectivamente e encargos sobre o resultado corrente no valor de AKZ 1.458.254.
- b) - O balanço apresenta um total do Activo em milhares de AKZ 184.175.934, um total do Passivo de milhares de AKZ 163.057.172, e o Capital e Fundos Próprios no valor de milhares de AKZ 21.118.762 que inclui os resultados líquidos transitados e do exercício.

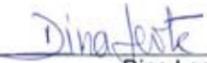
6 – O Conselho Fiscal tomou conhecimento e recomenda a Assembleia Geral pela aprovação da proposta do reforço do capital social do banco no valor de AKZ 8.603.704 milhares, tendo por base a incorporação dos resultados transitados, perfazendo um total de AKZ 14.642.808 milhares, pressupondo um reforço de capital na ordem dos 142,5%.

7 – Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.**, naquela data, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 28 de Março de 2014.


Luis Neves
(Presidente)


Licinio de Assis
(1º Vogal).


Dina Leote
(2º Vogal)



